



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RACHEL UCHÔA BATISTA

A MODALIDADE DEÔNICA COMO EXPRESSÃO DE VALORES VITORIANOS
NA PEÇA *LADY WINDERMERE'S FAN*

FORTALEZA

2015

RACHEL UCHÔA BATISTA

A MODALIDADE DEÔNTICA COMO EXPRESSÃO DE VALORES VITORIANOS NA
PEÇA *LADY WINDERMERE'S FAN*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fabíola Vasconcelos Lopes

FORTALEZA

2015

RACHEL UCHÔA BATISTA

A MODALIDADE DEÔNTICA COMO EXPRESSÃO DE VALORES VITORIANOS NA
PEÇA *LADY WINDERMERE'S FAN*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Letras Vernáculas do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Maria Fabíola Vasconcelos Lopes

Aprovada em: 23 / 02 / 2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Fabíola Vasconcelos Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Valéria da Silva Medeiros
Universidade Federal do Tocantins

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B337m Batista, Rachel Uchôa.
 A modalidade deôntica como expressão de valores vitorianos na peça *Lady Windermere's fan* /
Rachel Uchôa Batista. – 2015.
 150 f. : il., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento
de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.
 Área de Concentração: Descrição e análise linguística.
 Orientação: Profa. Dra. Maria Fabíola Vasconcelos Lopes.
1. Língua inglesa – Modalidade – Séc. XIX. 2. Gramática funcional do discurso. 3. Wilde, Oscar,
1854-1900. *Lady Windermere's fan*; *An ideal husband*; *The importance of being earnest*. 4. Grã-
Bretanha – História – Vitória, 1837-1901. 5. Grã-Bretanha – Condições morais – Séc. XIX. 6. Valores –
Grã-Bretanha – Séc. XIX. 7. Valores sociais – Grã-Bretanha – Séc. XIX. I. Título.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelos ensinamentos e pelo apoio incessante.

À minha irmã, pela compreensão.

À professora Maria Fabíola Vasconcelos Lopes, pela oportunidade concedida, ainda na graduação, de entrar em contato com a pesquisa acadêmica e pela orientação no mestrado.

Às professoras Márcia Teixeira Nogueira e Vlândia Maria Cabral Borges, pelas valiosas colaborações que possibilitaram o aprimoramento deste trabalho.

À Rachel Macedo, pela paciência nos momentos de desespero, pela atenção dada quando necessitei oralizar meus pensamentos e dúvidas com alguém, pelo incentivo constante e pelo carinho com que todas essas coisas foram feitas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido em forma de bolsa, sem o qual não poderíamos ter realizado esta pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho buscou investigar a relação entre as expressões linguísticas da modalidade deôntica e a construção de discursos que revelam valores da era vitoriana. Nossa pesquisa foi desenvolvida sob a ótica funcionalista, visto que, para analisarmos os efeitos de sentidos expressos por meio daquela modalidade, faz-se necessário transitar entre forma linguística e sentido em um determinado contexto específico. Assim, a investigação foi desenvolvida com base em Palmer (1986), Dik (1997), Verstraete (2004), Neves (2006), dentre outros autores que nos auxiliaram na compreensão da modalidade linguística, em especial a deôntica, e dos aspectos relacionados à sua ocorrência. Analisamos 299 enunciados modalizados deonticamente, de personagens dos gêneros masculino e feminino, presentes em todos os atos da peça *Lady Windermere's fan*, de Oscar Wilde. A modalidade deôntica diz respeito à possibilidade ou necessidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis e foi analisada, em cada um desses enunciados, sob o ponto de vista sintático, semântico e pragmático, integradamente. A partir de análise dos dados obtidos, constatamos que os meios linguísticos de expressão da modalidade de maior produtividade foram aqueles agrupados na categoria 'Verbos auxiliares', categoria na qual inserimos os auxiliares modais e a expressão 'have to + infinitive' (ter que/de + infinitivo), que corresponderam à 51% das ocorrências analisadas, seguidos do modo verbal (26,4% dos casos) e do verbo pleno (16%). Já o valor deôntico mais instaurado foi o de obrigação, correspondendo a 58% de todas as ocorrências, ou seja, 174 ocorrências, dentre as quais, 139 foram do tipo interna, contrariamente ao que esperávamos. O tipo de fonte deôntica mais recorrente foi 'Enunciador', com 234 ocorrências. Acreditávamos que a fonte 'Instituição' seria a de maior frequência. Quanto à inclusão da fonte no alvo deôntico, observamos que, em 68% dos casos, o valor deôntico não recaiu sobre a fonte, causando um efeito de distanciamento entre fonte e alvo deôntico que estabeleceram limites entre patrão e empregado, por exemplo, ou reforçaram a divisão social de classes, característica do período vitoriano. Contrariamente ao que acreditávamos, as personagens do gênero feminino instauraram um maior número de valores deônticos, sendo responsáveis por 65,6% dos enunciados analisados (196 casos), dentre os quais, em 120 ocorrências, uma obrigação foi instaurada; em 31, o valor de permissão foi registrado; e, em 21, uma proibição foi instaurada. Desse modo, concluímos que os modalizadores deônticos presentes nos enunciados dos personagens da peça *Lady Windermere's fan* não se prestam, exclusivamente, à expressão de valores vitorianos.

Palavras-chave: Modalidade. Deôntica. Era vitoriana.

ABSTRACT

This research has tried to investigate the relationship between linguistic expressions of deontic modality and the construction of speeches which reveal values of the Victorian age. The study was developed under the functionalist linguistic theory once it allows us to go through both linguistic expressions and meaning in a specific context in order to analyze the effects in meaning expressed by means of deontic modality. In this sense, the investigation was based on Palmer (1986), Dik (1997), Verstraete (2004), Neves (2006), among other authors who helped us understand the linguistic modality, specially the deontic type, and the features related to its occurrence. We have analyzed 299 deontically modalized pieces of enunciation from both male and female characters from the play *Lady Windermere's fan*, by Oscar Wilde, concerning all the acts of the play. Deontic modality is related to the possibility or necessity of acts executed by morally responsible agents and was analyzed under the manifestation of syntactic, semantic and pragmatic aspects as a whole. The data we analyzed have shown us that the 'Auxiliary verbs' category correspond to the linguistic means of expression of modality more frequently used and was registered in 51% of the cases. Within this category we have considered both modal auxiliaries and the 'have to + infinitive' expression. The 'Auxiliary verbs' category was followed by 'Verbal Modes' (26,4) and 'Main verbs' (16%) categories. As for deontic values, obligation corresponded to 58% of the cases, that is, 174 occurrences. Among these, 139 were internal obligation, not corresponding to our expectations. One can also observe the high frequency of the type of deontic source 'Enunciator' (234 cases). We believed the frequency of the source 'Institution' would be the highest. About the inclusion of the deontic source in the deontic target, we have registered the non-inclusion in 68% of the cases. This last aspect caused an effect of distance between deontic source and target in the play and helped establishing boundaries between boss and employee, or reinforcing the social class division, which is a characteristic of the Victorian period. Contrary to what we believed, female characters were responsible for 65,6% pieces of enunciation (196 cases), which means they produced more deontic values than male characters. Among these cases, 120 occurrences corresponded to an obligation, 31 occurrences corresponded to a permission, and 21 cases were a prohibition. In this sense, we have concluded that the deontic modals in the pieces of enunciation from the characters from the play *Lady Windermere's fan* do not serve to express exclusively Victorian values.

Key words: Modality. Deontic. Victorian age.

LISTADE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de interação verbal de Dik	23
Figura 2 – Representação das camadas abstratas da oração	26
Figura 3 – A estrutura hierárquica subjacente da oração	30
Figura 4 – Representação da relação lógica entre ‘necessário’ e ‘possível’	39
Figura 5 – <i>Continuum</i> dos valores de permissão	72
Figura 6 – Ficha de ocorrências de enunciados deonticamente modalizados	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fonte/agente modal e tipos de modalidade	48
Tabela 2 – Ocorrências parciais de modalidade deôntica por ato.....	84
Tabela 3 – Codificação dos meios de expressão	85
Tabela 4 – Codificação do modo verbal	86
Tabela 5 – Codificação dos valores deônticos	87
Tabela 6 – Subtipos de obrigação e permissão	87
Tabela 7 – Codificação dos tipos de fonte deôntica	88
Tabela 8 – Codificação dos tipos de alvo deôntico	89
Tabela 9 – Codificação da inclusão da fonte no alvo deôntico	89
Tabela 10 – Codificação do gênero dos personagens	90
Tabela 11 – Expressão da modalidade deôntica	94
Tabela 12 – Valores deônticos	104
Tabela 13 – Subtipos de obrigação e permissão	108
Tabela 14 – Relação entre tipos de fonte e valores deônticos	119
Tabela 15 – Tipos de alvo deôntico	121
Tabela 16 – Relação entre valores deônticos e tipos de alvo	122
Tabela 17 – Inclusão da fonte no alvo deôntico	123
Tabela 18 – Gênero dos personagens	125
Tabela 19 – Relação entre gêneros e valores deônticos	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLP Círculo Linguístico de Praga

NLUs Usuários de uma Língua Natural (*Native Language Users*)

GF Gramática Funcional

EC Estado-de-coisas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS	17
2.1	O funcionalismo de Dik	20
2.1.1	<i>A interação mediada pela linguagem</i>	22
2.1.2	<i>A representação da oração em camadas</i>	25
2.1.3	<i>Tipologia semântica dos ECs</i>	32
2.2	Síntese	34
3	A CATEGORIA MODALIDADE	37
3.1	Concepções modais sob o viés da Lógica e da Linguística	38
3.2	Propostas tipológicas das modalidades linguísticas	44
3.3	A manifestação da modalidade	57
3.4	Síntese	60
4	MODALIDADE DEÔNTICA	62
4.1	Características em discussão	62
4.2	Modalidade deôntica e função referencial	66
4.3	Os valores deônticos	68
4.4	Síntese	73
5	METODOLOGIA	76
5.1	Constituição do <i>corpus</i>	76
5.1.1	<i>Os valores vitorianos</i>	78
5.1.2	<i>Procedimentos metodológicos e delimitação do corpus</i>	80
5.2	Categorias de análise	84
5.3	Síntese	90

6	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	92
6.1	Os meios de expressão da modalidade deôntica	93
6.2	Valores deônticos	103
6.3	Fonte deôntica	117
6.4	Alvo e inclusão da fonte no alvo deôntico	120
6.5	O gênero do enunciador	124
6.6	Síntese	127
7	CONCLUSÃO	129
	REFERÊNCIAS	136
	ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

A categoria modalidade constitui um campo fértil para o desenvolvimento de pesquisas de diversas áreas e sob diversos enfoques teóricos. Como Lyons (1977) aponta, a categoria modalidade tem sua origem na Lógica filosófica de Aristóteles, e as noções desenvolvidas por essa ciência geraram o tipo de modalidade classificada como alética, tendo interesse na verdade e/ou falsidade dos enunciados. A Lógica modal contribuiu para o crescimento de estudos sobre modalidade e deixou um legado conceitual que cooperou para a definição dessa categoria em Linguística. É possível, inclusive, percebermos a forte influência da Lógica em textos que discutem a modalidade tomando como base uma concepção de língua como representação.

No âmbito da Linguística, um dos questionamentos iniciais geralmente feitos acerca da modalidade diz respeito à possibilidade da existência do ‘não-modal’ quando da ausência de marcas explícitas. Para muitos estudiosos, enunciar implica modalizar, logo todos os enunciados seriam automaticamente modalizados, uma vez que a modalidade é o resultado de relações entre locutor, realidade objetiva e enunciado, como nos explica Neves (2006, p.152).

Quanto à sua definição, a modalidade vem sendo compreendida como a “gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante” (PALMER, 1986, p.16, tradução nossa¹)², ou seja, trata-se de uma categoria gramatical geral, mais ampla, utilizada pelos falantes de uma língua natural com a finalidade de expressar não somente suas opiniões acerca do que dizem, mas também suas atitudes e julgamentos em relação aos enunciados produzidos pelos próprios falantes. Contudo, é válido lembrar que a categoria aqui em questão não é de fácil delimitação nem de fácil definição, e isso constitui uma das problemáticas presentes nos trabalhos desenvolvidos sobre essa categoria.

Outra problemática diz respeito à classificação dos tipos e subtipos das modalidades. Tal discussão será mais desenvolvida no capítulo 2, mas, de antemão, apresentamos uma proposta clássica que diz respeito à tripartição da modalidade. Lyons (1977) faz a distinção entre três tipos de modalidade: alética, epistêmica e deôntica. A primeira diz respeito à Lógica, como já explicado anteriormente e, dada sua preocupação com o valor de verdade, não constitui interesse para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas. A segunda, modalidade epistêmica, está relacionada à verdade de uma proposição partindo da crença ou do

¹ Todas as trações foram realizadas por nós, exceto se informado o contrário.

² (...) *the grammaticalization of speaker's (subjective) attitudes and opinions*. (PALMER, 1986, p.16)

conhecimento do falante, como explica Nogueira (2011, p.62). Neste tipo de modalidade, a atitude ou o julgamento do falante será expresso de acordo com o que esse acredita, opina ou pensa, baseando-se em seus próprios conhecimentos e exprimindo valores escalares de possibilidade, que podem variar do certo ao impossível, intercalados pelo provável, o possível e o improvável. O terceiro tipo diz respeito às noções de obrigação e permissão relacionadas a questões morais e sociais e constitui o domínio da conduta. Sua ocorrência está associada a enunciados realizados por agentes moralmente responsáveis, isto é, agentes cuja autoridade é reconhecida.

Esse tipo de modalidade se situa no domínio do ‘dever’, relacionando-se aos eixos do obrigatório, do proibido e do permitido. Ela é responsável, também, por orientar a atitude do ouvinte para o cumprimento de obrigações, deveres, normas e condutas. Ou, como se pode depreender no estudo de Pessoa (2011), na modalidade deôntica, os enunciados produzidos por um falante implicam futuridade e pretendem causar em um ouvinte um estado de coisas (EC) que será realizado, ou não.

Contudo, corroborando com Pessoa (2008; 2011), nota-se que vários estudos realizados sobre modalidade deôntica voltam seu olhar para os meios de expressão da modalidade, não sendo contemplados os efeitos de sentidos obtidos na produção de um determinado discurso, não sendo levada em consideração, conseqüentemente, a integração dos componentes gramaticais.

Partindo da necessidade de investigar a relação entre a ocorrência de valores deônticos e os efeitos de sentido obtidos, o presente trabalho trata de uma análise empreendida sobre a modalidade deôntica e tem como objetivo geral investigar se os modalizadores deônticos, analisados sob a ótica funcionalista, contribuem para a construção discursiva revelando valores vitorianos ao longo do drama *Lady Windermere's fan*.

Uma investigação de tal tipo necessita de um aparato teórico-metodológico que nos permita transitar entre uma forma linguística e seu sentido dentro de um contexto específico. Dessa forma, situamos nosso trabalho no paradigma funcionalista, segundo o qual os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos são analisados integradamente. Além disso, esse posicionamento nos permite adotar uma visão de língua como instrumento de interação social, cuja função principal é a de estabelecer comunicação entre os usuários de uma língua natural.

Ao adotarmos uma abordagem funcionalista, como aponta Dik (1997), buscamos compreender como Falante e Ouvinte conseguem ter êxito em uma instância comunicativa, por

meio de expressões linguísticas, e modificar a informação pragmática do interlocutor e, em última instância, o comportamento prático. Por isso, precisamos levar em consideração, em uma análise linguística, os interlocutores, o propósito comunicativo e o contexto.

Tendo em vista nosso objetivo geral, analisaremos os modalizadores deônticos nos enunciados dos personagens de nosso *corpus*, a peça *Lady Windermere's fan*, portanto dentro de um contexto literário. Mas, de antemão, esclarecemos que não buscamos propor um modelo de análise literária. Nosso objetivo é investigar os efeitos de sentidos produzidos por aqueles modalizadores. Por entendermos que é do interesse do linguista a palavra e o seu uso em suas mais diversas formas de expressão, não julgamos ser problemática a escolha de nosso *corpus*. Desse modo, a pesquisa aqui empreendida é referente aos quatro atos que compõem a peça, ao longo dos quais foram analisados 299 enunciados modalizados deonticamente.

Como hipótese básica, sustentamos que construções discursivas deonticamente modalizadas enunciadas pelos personagens daquela peça codificam e revelam, ao longo do drama, valores vitorianos. Isso acontece porque, ao modalizarmos deonticamente um enunciado, qualificamo-lo e revelamos nosso posicionamento acerca de obrigações, permissões e proibições relativas a valores em que acreditamos ou valores da sociedade em que vivemos.

Assim, para cumprimento de nosso objetivo geral, dois problemas secundários nortearam o trabalho, a saber:

- a) A relevância da fonte instauradora da modalidade deôntica na sociedade representada pela peça influencia a construção discursiva e a obtenção de efeitos de sentidos?
- b) Que relação pode se estabelecer entre o gênero dos personagens (masculino ou feminino) e a construção de discursos deonticamente modalizados que revelem valores de sua sociedade?

Para o questionamento (a), partimos da hipótese de que os efeitos de sentido obtidos na construção discursiva reveladora de valores vitorianos podem ser influenciados pelo papel que a fonte deôntica ocupa dentro da sociedade retratada no drama. Portanto, personagens que ocupam uma posição privilegiada nessa sociedade, ao instaurarem um valor deôntico X, podem causar um efeito de sentido Y, ao passo que personagens de uma camada menos privilegiada podem causar um efeito Z se instaurarem o mesmo valor X.

Para a indagação (b), assumimos a hipótese de que os enunciados produzidos por personagens do gênero feminino codificarão valores deônticos relativos a pedido de permissão em maior quantidade, visto que a mulher tinha um papel tipicamente submisso na sociedade vitoriana. Os personagens do gênero masculino, por outro lado, codificarão mais valores deônticos de obrigação, proibição e permissão – quanto a esse último valor, principalmente o subtipo ‘autorização’ – ao longo de sua construção discursiva.

Uma vez que pretendemos analisar os efeitos de sentido na construção discursiva dos personagens, os enunciados deonticamente modalizados serão analisados em termos de categorias que contemplem os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, a saber: meios de expressão da modalidade, modo verbal, valores deônticos, tipos de fonte e de alvo deônticos, inclusão da fonte no valor deôntico e marcas de atenuação e asseveração. Além dessas, analisaremos também a categoria extralinguística referente ao gênero do enunciador em relação aos valores deônticos instaurados para verificarmos se a hipótese descrita no parágrafo acima se confirma.

O trabalho apresenta uma divisão em sete capítulos, a serem brevemente apresentados abaixo, que são enumerados desde esta Introdução até a análise e discussão dos dados.

No primeiro capítulo, apresentamos o tema e sua delimitação; o suporte teórico escolhido para embasarmos nossa pesquisa, a saber, o funcionalismo linguístico; nosso objetivo geral; os problemas e hipóteses que nos ajudaram a alcançar nosso objetivo; a justificativa para a realização desta pesquisa; e a organização dos capítulos desta dissertação.

No segundo capítulo, situamos nosso trabalho no paradigma funcionalista. Abordamos os pressupostos relevantes para o desenvolvimento de nossa investigação e justificamos nossa escolha por tal orientação. Abordamos, também, a proposta de Gramática Funcional de Dik (1997) e sua relação com a análise da categoria modalidade.

O terceiro capítulo trata da categoria modalidade. Observamos, com base em Palmer (1986), que se trata de uma categoria de difícil definição, o que a faz ser de interesse multidisciplinar. Realizamos uma breve discussão sobre noções oriundas da lógica modal, devido a sua importância para os estudos sobre modalidade, e situamos a categoria em questão no âmbito da Linguística, com base em autores como Lyons (1977), Cervoni (1989), Neves (1996), dentre outros. Por fim, explicitamos os meios de expressão linguística que codificam a

modalidade e expusemos algumas propostas tipológicas das modalidades linguísticas, momento em que realizamos algumas tomadas de posições.

No quarto capítulo tratamos de um tipo específico de modalidade linguística, visto ser o objeto de nosso estudo: a modalidade deôntica. Discorremos sobre os traços que caracterizam esse tipo de modalidade, os valores expressos por ela (obrigação, permissão e proibição) e seus subtipos, com base em Lyons (1977), discorremos sobre a relação entre polaridade e valores deônticos e assumimos analisar essa relação em cada caso para que seu tratamento não se dê de modo categórico. Além disso, assumimos i) os valores de habilidade e volição, com base na proposta de Palmer (1986), quando estiverem a serviço da modalidade deôntica; e ii) o traço de subjetividade expresso na modalidade deôntica, referente à deseabilidade de ações, com base em Verstraete (2004).

A metodologia que caracteriza nossa pesquisa é abordada no quinto capítulo, com base em Gil (2008). Além disso, discorremos sobre a constituição e delimitação de nosso *corpus* e apresentamos um resumo do enredo da peça para melhor situar nosso leitor. Tratamos, também, nesse capítulo, das características da era vitoriana, com base em estudos acadêmicos sobre essa época. Assim, ao analisarmos que efeitos os modalizadores deônticos escolhidos pelo autor e usados nos enunciados dos personagens produzem, podemos compará-los com as características daquela época para averiguar se a modalidade deôntica na peça *Lady Windermere's fan* contribui na expressão de valores vitorianos. Apresentamos, por fim, detalhadamente, as categorias de análise, já mencionadas acima, a codificação que estabelecemos para cada uma delas e observações pertinentes, quando necessário.

No sexto capítulo, empreendemos uma análise e descrição de enunciados modalizados deônticamente, contemplando as categorias de análise. Investigamos, neste momento, se os modalizadores deônticos se prestaram à produção de enunciados que revelassem valores da sociedade vitoriana, caracterizando os personagens como membros típicos dessa sociedade. Apresentamos, também, os dados quantitativos obtidos mediante análise e seu significado para nossa pesquisa.

Apresentamos, no último capítulo, as conclusões. Trata-se de uma reflexão sobre o percurso percorrido por nós e os efeitos de sentido depreendidos por meio da análise da modalidade deôntica no enunciado dos personagens da peça *Lady Windermere's fan*. Nessa perspectiva, revisitamos, brevemente, os resultados de nossa pesquisa e apresentamos um parecer final sobre nosso objetivo geral.

Salientamos, ainda, que ao final de cada capítulo buscamos tecer uma síntese das principais questões discutidas, de modo a estabelecermos um elo entre o capítulo lido e o capítulo consecutivo.

Em anexo, disponibilizamos trechos com enunciados deonticamente modalizados dos quatro atos de nosso *corpus*, tornando possível ao leitor o acesso ao contexto em que os enunciados se inserem. Devido à extensão do *corpus* e à facilidade de acesso a ele, principalmente por meio do *Project Gutenberg*, explanado no quinto capítulo, decidimos não disponibilizá-lo em sua inteireza.

2 PRESSUPOSTOS FUNCIONALISTAS

É possível, dentro de uma ciência, fazermos classificações tendo como critérios os pressupostos teóricos compartilhados pelas diversas teorias. Em Linguística, podemos observar duas grandes correntes: o Formalismo e o Funcionalismo.

Dentro do Formalismo, encontramos o estruturalismo de Ferdinand de Saussure, a glossemática de Hjelmslev e o gerativismo de Chomsky. O primeiro modelo foi de extrema importância para os estudos linguísticos, pois possibilitou o desenvolvimento da sistematização das pesquisas sincrônicas acerca da linguagem. Hjelmslev, por sua vez, partindo dos postulados de Saussure, preocupou-se em desenvolver uma teoria aplicável a qualquer instrumento semiótico. Com Chomsky, os interesses voltaram-se para o desenvolvimento de pesquisas sobre o processo de aquisição da linguagem, apresentando uma base mentalista e modular.

Ainda que essas propostas pareçam diferentes, elas compartilham a noção de autonomia dos componentes sintático, semântico e pragmático da língua. Desta forma, em uma análise de cunho formalista, o foco é direcionado para as formas linguísticas, admitindo-se uma preocupação com questões internas ao sistema linguístico. Prioriza-se, portanto, a fonologia, a morfologia e a sintaxe. Note-se, contudo, que não intencionamos, com essa caracterização simplificada, atribuir qualquer valoração a esse paradigma. Entendemos e reconhecemos sua importância, mas para cumprimento do objetivo desta pesquisa, nos deteremos na discussão dos pressupostos do outro paradigma acima mencionado.

No tocante ao Funcionalismo, o paradigma no qual nosso trabalho está situado, esse agrega diferentes modelos teóricos que podem ser, como propõe Nichols (1984), mais radicais ou extremados, que negam a estrutura e consideram que as regras das línguas naturais baseiam-se na função; conservadores, que apontam inadequações do formalismo ou do estruturalismo, mas não propõem uma análise funcional da estrutura; ou, ainda, moderados que, contrariamente aos conservadores, apontam inadequações e propõem uma análise funcional da estrutura.

Optando pelo funcionalismo moderado, compartilhamos das ideias propostas pelos estudos desenvolvidos por pesquisadores como Halliday (funcionalismo inglês), Dik e Hengeveld (funcionalismo holandês), por exemplo – algumas das quais trataremos ao longo da discussão. É válido mencionarmos, contudo, que ainda que essa corrente seja composta por diferentes modelos teóricos, há características mais gerais que se aplicam a todos os modelos, classificando-os como Funcionalistas.

Uma dessas características é, como aponta Dik (1997, p.5), o entendimento da língua primeiramente como um instrumento (no sentido de que ela não existe sozinha, por si, mas porque é usada para determinados propósitos) de interação social, pois seu objetivo primeiro é estabelecer a comunicação entre os usuários de uma língua. Comunicação é entendida, aqui, como uma atividade dinâmica e interativa por meio da qual os participantes de uma situação comunicativa realizam mudanças na informação pragmática (a ser tratada mais detalhadamente na próxima subseção) uns dos outros.

Explicitado o principal objetivo de uma língua, esclarecemos aqui que a opção pelo paradigma funcionalista não implica a não consideração do sistema linguístico. Desde o Círculo Linguístico de Praga (CLP), a língua é entendida como um sistema funcional, isto é, tanto os aspectos sistêmicos (estruturais) quanto funcionais são considerados simultaneamente. Em uma análise funcionalista, portanto, as expressões linguísticas só podem ser compreendidas se consideradas em funcionamento, ou seja, sendo usadas em um contexto linguístico. Entende-se, assim, que a língua é um sistema regido por regras linguísticas e pragmáticas.

Depreende-se da afirmação final do parágrafo anterior que uma gramática funcional tem alta consideração pela capacidade que os indivíduos têm de realizarem a troca comunicativa de modo satisfatório, a partir de escolhas paradigmáticas realizadas dentro de uma ampla gama de itens linguísticos disponíveis no sistema. Ou seja, uma gramática funcional, enquanto teoria que busca integrar organização gramatical de uma língua natural e interação social, valoriza a competência comunicativa.

Não se deve confundir a expressão “competência comunicativa” com o termo “competência” de Chomsky. O termo proposto pelo gerativista se dá em oposição ao termo “performance” e diz respeito ao conhecimento mental puro de uma língua particular por parte de seu falante (gramática interiorizada). Por outro lado, aquela expressão, considerada sob a ótica da abordagem funcionalista, diz respeito a um conjunto de capacidades (a ser tratado na subseção 2.1) que possibilitam a comunicação efetiva em uma dada situação de intercâmbio linguístico. Isso significa que a competência comunicativa envolve, nas palavras de Dik (1997, p.6)³, “não apenas a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, como também

³ *not only the ability to construe and interpret linguistic expressions, but also the ability to use these expressions in appropriate and effective ways according to the conventions of verbal interaction prevailing in a linguistic community* (DIK, 1997, p.6).

a habilidade de usar essas expressões de maneira apropriada e efetiva, de acordo com as convenções de interação verbal que prevalecem em uma comunidade linguística”.

Além disso, se a comunicação se dá de modo satisfatório nas mais diversas esferas sociais, pressupõe-se que estes indivíduos são capazes de se adaptarem às diferentes situações comunicativas, adequando as formas linguísticas por eles usadas aos diferentes contextos de uso.

Outro ponto compartilhado pelas teorias funcionalistas diz respeito à multifuncionalidade de uma forma. Admite-se que um dado contexto comunicativo influi na escolha, realizada pelos usuários de uma língua, de uma forma em detrimento de outra. Essa influência ocorre uma vez que a mesma forma linguística pode desempenhar diversas funções, assim como uma função pode ser desempenhada por diversas formas, não havendo, portanto, uma relação biunívoca entre uma forma e uma função. Assim, os participantes de um contexto comunicativo realizam escolhas que cumpram seus propósitos comunicativos de modo mais eficaz. Encarar o comportamento de uma língua desse modo significa assumir “uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico”, como aponta Neves (1997, p.16).

Essa pragmatização pode evidenciar-se ainda mais, se comparada ao tratamento dado ao comportamento dos componentes gramaticais pelo paradigma formalista. Uma análise formal da estrutura de uma sentença limita sua descrição aos olhos de apenas um componente gramatical. Sob o ponto de vista do funcionalismo, tal posicionamento não é suficiente, pois uma análise linguística completa deve levar em consideração três elementos: o propósito do evento de fala, os participantes e o contexto comunicativo. Tem-se, daí, a importância da integração dos diferentes componentes linguísticos: sintático, semântico e pragmático.

A proposta de Dik (1997) envolve uma teoria da gramática funcional em que a integração dos componentes linguísticos é imprescindível, ainda que se admita que a comunicação efetiva se dá através da estruturação sintática. Trata-se de “uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal”, como esclarece Neves (1997, p.25).

É somente assumindo uma abordagem que admita essa integração e que considere as expressões linguísticas em funcionamento, levando em conta o contexto, os participantes e o propósito comunicativo, que podemos desenvolver um estudo que busca investigar a relação

da modalidade deôntica com a construção de discursos que podem revelar valores da era vitoriana, justificando, portanto, nossa opção pelo paradigma funcionalista.

Uma vez situado nosso trabalho quanto à orientação teórica adotada, discutiremos, a seguir, as propostas do funcionalismo de Dik (1997) que se fazem relevantes para a investigação a qual nos propusemos.

2.1 O funcionalismo de Dik

Não faremos aqui uma discussão exaustiva do trabalho desenvolvido por Dik (1997), pois não é este nosso objetivo. Contudo, discutiremos algumas ideias relacionadas à sua proposta de Gramática Funcional (GF), que são relevantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa, uma vez que tal proposta possibilita a localização dos modalizadores deônticos na camada da predicação, na qual ocorre a avaliação de um Estado-de-Coisa (EC), por parte do falante, em termos de aspectos sociais, morais e legais.

Ao nos apresentar a língua como um instrumento de interação social, cujo principal objetivo é estabelecer relações entre seus usuários, Dik (1997) explica que, para esse propósito ser alcançado, tais usuários realizam modificações específicas na informação pragmática de seus interlocutores em situações de troca linguística. Devemos, de acordo com o linguista, entender por ‘informação pragmática’ um conjunto de todos os itens que constituem o mundo mental de um indivíduo. Trata-se de qualquer conhecimento cognitivo que esse indivíduo possua, bem como suas opiniões, crenças, suposições, sentimentos e preconceitos.

A composição da informação pragmática pode ser dividida em três componentes, não hierárquicos, que podem ir do mais geral ao mais específico, sendo eles: i) informação geral, que diz respeito tanto ao mundo real e suas características e culturas, bem como aos mundos possíveis e imaginários; ii) informação situacional, gerada a partir da percepção e experiência dos participantes mediante situações de interação; iii) informação contextual, que provém das expressões linguísticas compartilhadas em qualquer momento da interação verbal.

É válido observarmos que os participantes de uma interação verbal normalmente compartilham grande parte da informação pragmática, mas não toda ela. Por isso, a interação verbal ocorre de fato quando há troca de informação não compartilhada.

Em concordância com os pressupostos mais gerais apresentados no início do presente capítulo, principalmente aquele que pressupõe a adaptação linguística dos indivíduos nas diferentes esferas sociais devido à sua habilidade de realizar uma troca comunicativa de

modo satisfatório, Dik (1997) apresenta um questionamento central, característico dos estudos desenvolvidos sob a ótica do funcionalismo: como os usuários de uma língua natural (*natural language users* – NLUs) fazem-se entender e influenciam o conjunto de informações pragmáticas, e até mesmo o comportamento, uns dos outros, por meio do uso de expressões linguísticas? Conclui-se, então, que, durante o uso comunicativo da língua, os interlocutores fazem uso não apenas da capacidade linguística, mas, também, de outras capacidades que lhes possibilitam agir de tal forma. São elas: a epistêmica, a social, a perceptual e a lógica.

A capacidade epistêmica permite que os NLUs construam, mantenham e explorem conhecimento de forma organizada, derivem conhecimento a partir de expressões linguísticas, arquivem e retomem esse conhecimento em momentos de interação comunicativa. A capacidade social está relacionada à adequação linguística, ou seja, em uma situação comunicativa específica, para cumprir determinado propósito, um NLU sabe o quê e como dizer. É por meio da capacidade perceptual que o usuário percebe o meio que o cerca e daí gera conhecimentos que podem ser usados para produzir ou interpretar expressões linguísticas. E é fazendo uso da capacidade lógica que o usuário de uma língua, por meio de regras de raciocínio, probabilidade lógica e dedução, deriva conhecimento a partir de conhecimentos previamente obtidos. Note-se que essas capacidades não devem ser compreendidas como módulos isolados; pelo contrário, elas atuam em conjunto e produzem, cada uma delas, um *output* essencial para o funcionamento das demais.

É a partir dessa integração que Dik (1997) propõe a Gramática Funcional (GF) enquanto uma “teoria geral que diz respeito à organização gramatical das línguas naturais” (DIK, 1997, p.2)⁴, em que as regras semânticas, sintáticas, morfológicas, fonológicas governam a constituição das expressões linguísticas, e as regras pragmáticas governam os padrões de interação verbal em que essas expressões são usadas. A interligação entre ambas as regras torna possível a compreensão de “princípios subjacentes à construção das expressões linguísticas em termos de sua funcionalidade em relação aos modos de utilização das expressões”, como aponta Menezes (2006, p.17).

Enquanto teoria geral da organização gramatical, a GF busca não ser nem demasiadamente concreta nem demasiadamente abstrata, para que assim, por meio de suas propostas, ela seja capaz de descrever apenas línguas humanas reais e fornecer meios de descrição de gramáticas de línguas particulares. Faz-se necessário, para a obtenção desse

⁴ *FG is a general theory concerning the grammatical organization of natural languages.* (DIK, 1997, p.2)

objetivo, que três padrões de adequação sejam seguidos: a tipológica, a psicológica e a pragmática.

A adequação tipológica diz respeito à capacidade de a teoria fornecer gramáticas para qualquer língua, partindo da análise de um vasto número de línguas e considerando suas semelhanças e diferenças. A adequação psicológica diz que a GF deve fornecer modelos de gramática que se aproximem dos modelos psicológicos de competência e comportamento linguísticos. Para isso, o modelo de gramática deve estar de acordo com os modelos de produção de expressões linguísticas (construção e formulação do falante) e de compreensão das mesmas (processamento e interpretação do ouvinte). A adequação pragmática, por seu turno, possibilita o tratamento das expressões linguísticas não como objetos isolados, mas como instrumentos que são usados para que os interlocutores atinjam um determinado objetivo comunicativo.

Então, o tratamento funcionalista em uma análise linguística, dado o que foi discutido até o momento, leva em consideração as expressões linguísticas em uso, visto que pragmática, semântica e sintaxe são analisadas integradamente. Portanto, toda a situação comunicativa deve ser descrita, incluindo o propósito comunicativo, os interlocutores bem como o contexto linguístico. É com base nisso e nos aspectos apresentados nessa subseção, que Dik (1997) apresenta um modelo de interação verbal.

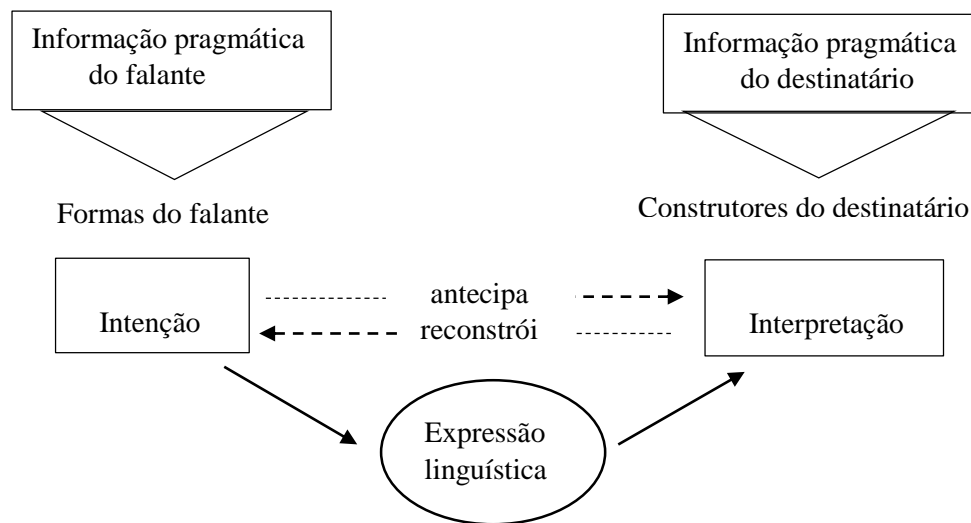
2.1.1 A interação mediada pela linguagem

Tendo em vista que a principal função de uma língua natural é estabelecer a comunicação entre seus usuários, Dik (1997) propõe um modelo prototípico de interação verbal que diz respeito a qualquer tipo de comunicação, seja oral ou escrita, e que leva em consideração o Falante⁵, o Ouvinte e suas respectivas informações pragmáticas, como mostra a figura 1 apresentada após o próximo parágrafo.

Nesse modelo, como podemos observar, parte-se do princípio de que o Falante e o Ouvinte têm informação pragmática. Ao codificar sua intenção comunicativa pelo uso de expressões linguísticas, o Falante leva em consideração a informação pragmática do Ouvinte. Este, por sua vez, parte da interpretação das expressões linguísticas usadas pelo Falante e, juntamente com sua própria informação pragmática, reconstrói a intenção do outro.

⁵ Visto que este modelo se presta a qualquer interação verbal, oral ou escrita, Falante e Ouvinte são termos teóricos e serão utilizados neste trabalho. O primeiro se refere a um falante, quando da comunicação oral, ou escritor, em caso de comunicação escrita. O segundo, por sua vez, engloba tanto um ouvinte, em um contexto comunicativo oral, quanto um leitor, em caso de textos escritos.

Figura 1 – Modelo de interação verbal de Dik (1997)



Fonte: Dik (1997)

É válido esclarecer que a expressão linguística apenas medeia a relação entre a intenção do Falante e a interpretação do Ouvinte, ou seja, a informação codificada pela expressão linguística é apenas parte do que o ouvinte processa para chegar a uma interpretação.

Esta condição de mediação se dá porque a informação pragmática de ambos, Falante e Ouvinte, atua ao longo do processo de interação verbal tanto por ocasião da enunciação – fazendo com que não seja necessária a verbalização de toda a intenção do Falante, devido ao conhecimento que ele já tem, ou passa a ter, sobre o Ouvinte durante o momento da interação – quanto por ocasião da interpretação, momento em que o Ouvinte baseia-se apenas em parte na expressão enunciada pelo Falante, visto que ele mesmo já é detentor de uma certa quantidade de informação.

Desta forma, quando assumimos o papel de Falante em uma interação verbal, produzimos expressões linguísticas de acordo com nossas intenções comunicativas, com a antecipação que fazemos da possível interpretação do Ouvinte e com a informação pragmática que detemos. Quando na posição de Ouvinte, por outro lado, nossa interpretação se faz mediante a informação pragmática que temos, a expressão linguística ouvida (visto que nem sempre ouvimos o que realmente foi produzido e, assim, ‘ativamos’ informações pragmáticas diferentes) e a antecipação que fazemos da possível intenção do Falante, buscando reconstruí-la, como se observa na figura 1.

Falante e Ouvinte não compartilham todo seu conjunto de informações pragmáticas, que dizem respeito a qualquer conhecimento, opinião, crença, preconceitos ou sentimentos,

como já destacado previamente. Quando uma informação não compartilhada é codificada pelo Falante, este efetua mudanças na informação pragmática do Ouvinte. Daí ser importante a adequação da formulação da intenção comunicativa do Falante, pois, do contrário, tais mudanças, que podem adicionar, subtrair ou rememorar informações, como explica Dik (1997, p.10), não se realizam com sucesso. Justifica-se, assim, a importância deste modelo, pois ele leva em consideração não apenas aspectos sintáticos e semânticos, mas também pragmáticos e discursivos de modo integrado.

Quanto ao significado, ou conteúdo semântico, codificado pelo falante, isto é, a expressão linguística, não se deve erroneamente assumir que se trata da intenção do falante ou da interpretação do ouvinte. Trata-se, na verdade, de um ponto de intersecção entre a informação disponível para o Falante e para o Ouvinte, possibilitando determinadas interpretações que supram esta condição. Nas palavras de Dik (1997, p.12)⁶:

o conteúdo semântico de uma expressão linguística pode ser definido como aquela informação que é necessária e suficiente para referir àquela expressão a fim de explicar como ela pode ser usada sistematicamente relacionando intenções e interpretações dadas dentro do quadro definido pela informação pragmática disponível para o Falante e para o Ouvinte.

Entendemos, portanto, na proposta de Dik (1997), que a interação social realizada por meio de uma língua é uma forma de atividade cooperativa e estruturada. Assim o é porque necessita de, no mínimo, dois participantes (daí ser cooperativa) que, para atingirem seus propósitos comunicativos, utilizam expressões linguísticas que seguem normas e convenções (daí ser estruturada).

Falante e Ouvinte alternam turnos em uma interação verbal, e assim constroem seus discursos. Ora, o discurso, em Dik (1997), pode ser compreendido como produto ou processo. Enquanto produto, é um trecho coerente, falado ou escrito, contendo mais de uma oração, normalmente, e que pode conter mais de um constituinte extra-oracional⁷. Enquanto processo, pode ser um monólogo ou um diálogo em que Falante e Ouvinte são os participantes. Na medida

⁶ (...) *the semantic content of a linguistic expression can be defined as that information which it is necessary and sufficient to attribute to that expression. In order to explain how it can be systematically used in relating given intentions to given interpretations, within the framework defined by the pragmatic information available to S and A.* (DIK, 1997, p.12)

⁷ O autor faz uma diferenciação entre ‘oração’ e ‘constituinte extra-oracional’. O primeiro termo se refere às orações principais e subordinadas da gramática tradicional, enquanto o segundo diz respeito a constituintes que não são nem orações nem parte de orações. Para exemplificar, o autor afirma que em uma construção do tipo “*Well, John, I believe that your time is up*”: “Well” (um iniciador) e “John” (um vocativo) são constituintes extra-oracionais; “*I believe that your time is up*” é a oração principal; e “*that your time is up*” é a oração subordinada. (DIK, 1997, p.49)

em que o discurso é desenvolvido, fatores relacionados ao evento discursivo entram em cena, como aponta Camacho (2006), ao apresentar uma definição de evento discursivo:

(...) é um tipo de fenômeno social caracterizado por diversos aspectos relevantes, como a identidade dos interlocutores e o relacionamento entre eles; o tempo, o lugar e as circunstâncias do discurso; as convenções sociais predominantes que determinam o uso aceitável da língua. O processo discursivo envolve decisões que afetam a construção do texto em desenvolvimento, o que inclui a escolha do gênero e a seleção do estilo (CAMACHO, 2006, p.13).

Então, em um processo discursivo, a interação verbal, caracterizada como uma atividade cooperativa estruturada, como notam Neves (1997, p.21) e Menezes (2006, p.21), tem como função de maior realce a de agir sobre o outro.

2.1.2 A representação da oração em camadas

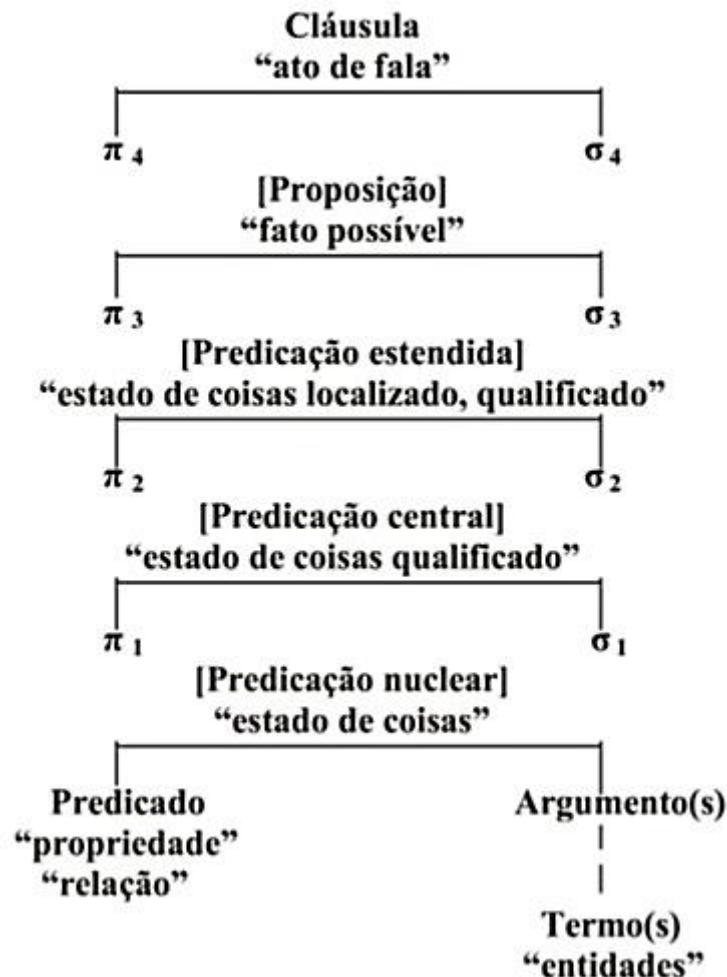
Outra característica relevante neste modelo de GF e que se faz relevante para o estudo da modalidade diz respeito à análise de uma oração enquanto estrutura hierárquica disposta em camadas, ou seja, a representação formal dos enunciados. Dik (1997) toma como pressuposto a existência de dois tipos de constituintes em qualquer texto pertencente a uma língua natural: os que pertencem às orações e os que não pertencem. Assim, a única forma de identificá-los seria segmentando a oração, de maneira exaustiva, em estruturas abstratas subjacentes. É válido salientar que este modelo não se propõe simular a ordem de produção real das orações e seria ingenuidade encará-lo dessa forma.

Nessa proposta, cada camada representa uma entidade diferente, na qual diferentes designações são feitas e diferentes tipos de termos atuam, como, por exemplo, os modalizadores. Como resultado, os diferentes tipos de modalidade estão associados ao nível no qual o respectivo modalizador age. Mais adiante, no terceiro capítulo, trataremos mais detalhadamente dessas relações, ao abordarmos as propostas tipológicas para as modalidades linguísticas. Por ora, faz-se necessário explicar o funcionamento do modelo proposto por Dik (1997).

É possível ascender em níveis na medida em que modificadores denominados operadores gramaticais (π) e satélites lexicais (σ), condizentes com um determinado nível, passam a fazer parte da estrutura subjacente de uma oração. Ao passo que operadores são responsáveis por distinções expressas gramaticalmente em uma língua (como ‘presente’, ‘passado’, ‘possibilidade’, ‘certeza’, etc.), satélites causam modificações por meio de expressões lexicais (como ‘lentamente’, ‘rapidamente’, ‘no quarto’, ‘na varanda’, etc.).

Uma representação aproximada da disposição das camadas abstratas subjacentes de uma oração e seus respectivos operadores e satélites pode ser feita da seguinte forma:

Figura 2 – Representação das camadas abstratas da oração



Fonte: Dik (1997, p.50)

Antes de termos uma predicação central propriamente dita, faz-se necessário que haja um predicado cujos argumentos sejam preenchidos com termos apropriados. Enquanto predicados designam propriedades ou relações, os termos podem ser usados para fazer referência a entidades. Quando a condição explicitada no início deste parágrafo é satisfeita, passamos a ter uma predicação nuclear. Em um predicado como ‘assistir’, por exemplo, podemos ter os termos (Ana) e (um documentário), pois funcionam como argumentos satisfatórios para tal. Como resultado, passamos a ter uma predicação nuclear formalmente representada por ‘assistir (Ana) (um documentário)’.

A predicação nuclear pode designar um EC (Estado-de-Coisa), isto é, uma interpretação linguisticamente codificada pela predicação de “algo que pode ocorrer em algum

mundo” (DIK, 1997, p.105)⁸. Ou seja, se assumirmos um mundo em que alguém chamado ‘Ana’ assiste a algo do tipo ‘documentário’, então podemos dizer que o EC utilizado como exemplo na nossa predicação nuclear existe nesse mundo. Note-se, ainda, que um EC não tem, necessariamente, que existir na ‘realidade’: pode ser algo que dizemos que irá acontecer ou ser obtido em algum mundo; pode ser localizado no tempo e espaço; pode ter um tempo de duração; pode ser visto, ouvido ou percebido de alguma forma.

A predicação nuclear é, portanto, o alicerce a partir do qual toda a oração pode ser construída, chegando-se à última camada. Desse modo, para que a predicação nuclear passe ao *status* de predicação central, é necessário que o EC por ela designado seja, agora, qualificado, por meio de operadores e satélites apropriados. Desenvolvendo nosso exemplo, podemos adicionar o operador [Progressivo] e o satélite (atentamente) para obtermos a seguinte predicação central: ‘Ana atentamente está assistindo a um documentário’. A representação formal dessa primeira camada pode ser assim expressa:

[Prog [assistir (Ana) (um documentário)] (atentamente)]

Uma vez qualificado, o EC da predicação central deve ser localizado no tempo, com operadores do tipo [Presente] ou [Passado], por exemplo, e, no espaço, por meio de satélites locativos como (no quarto), (na rua), (na escola), etc., para ascender e tornar-se uma predicação estendida, designando um EC localizado e qualificado, como em ‘Ana estava atentamente assistindo a um documentário na sala’. Nota-se que, nessa camada, temos uma descrição do EC ao situá-lo no tempo e espaço, daí seu escopo ser representacional. O exemplo aqui mencionado se utilizou do operador [Passado] e do satélite (na sala), logo sua representação formal é a seguinte:

[Pass [Prog [assistir (Ana) (um documentário)] (atentamente)] (na sala)]

Até a segunda camada, descrita acima, temos a parte representacional da estrutura da oração. Isto é, um EC sobre o qual um Falante deseja comunicar está descrito, qualificado e situado, como explica Dik (1997, p.52)⁹. Observe-se, portanto, que, até a segunda camada, de acordo com proposta de Dik (1997), não há, na oração, uma sinalização de ordem gramatical ou lexical que marque a posição subjetiva do Falante, ou seja, sua atitude, seu julgamento, seu comprometimento com o que foi dito. Nessa perspectiva, um modalizador deôntico, por

⁸ The term “State of Affairs” is here used in the wide sense of “conception of something which can be the case in some world”. (DIK, 1997, p.105)

⁹ The SoA that the Speaker wishes to communicate about has now been described, qualified, and situated. (DIK, 1997, p.52)

exemplo, que atue sobre a predicação indica que a modalidade deôntica é sempre objetiva, dado o caráter de não subjetividade da camada em que atua. Visto que a presente subseção se propõe a descrever e explicar a proposta da oração em camadas subjacentes, retomaremos esta discussão mais adiante, no próximo capítulo, quando apresentarmos as propostas tipológicas das modalidades linguísticas.

Contudo, diferentemente das predicções, na terceira camada, a da proposição, é possível a especificação de operadores e satélites subjetivos que indiquem a atitude do Falante em relação ao EC. Esses operadores proposicionais designam a atitude subjetiva ou a avaliação modal do Falante. Temos, então, na proposição, a designação de um fato possível, podendo ele ser “motivo de surpresa, de dúvida, de menção, de negação, de rejeição, de lembrança, de verdade, de falsidade” (MENEZES, 2006, p.26).

Tomemos a predicação estendida usada como exemplo anteriormente (‘Ana estava atentamente assistindo a um documentário na sala’) e adicionemos a ela o operador proposicional [Possibilidade] e o satélite proposicional (pelo que recordo). O resultado seria uma oração modalizada do tipo ‘Pelo que recordo, Ana talvez estivesse atentamente assistindo a um documentário na sala’, na qual o Falante indica um fato possível ao mesmo passo em que imprime no enunciado a marca de seu julgamento. Formalmente, a proposição aqui usada como exemplo é assim representada:

[Poss [Pass [Prog
[assistir (Ana) (um documentário)]
(atentamente)] (na sala)] (talvez) (pelo que recordo)]

A última camada, correspondente ao enunciado, diz respeito ao ato de fala utilizado para expressar determinado conteúdo com uma dada força ilocucionária, classificando-o como interrogativo, declarativo ou imperativo. Notemos que a força ilocucionária tem como escopo a proposição e não a predicação (seja ela nuclear, central ou estendida). De acordo com Dik (1997, p.53)¹⁰, isso acontece porque nós “declaramos e questionamos conteúdos proposicionais ao invés de ECs”.

A força ilocucionária é marcada na oração por meio de um significado gramatical – portanto formalmente representado por um operador – e não por meio de um item lexical. É a forma da sentença adicionada à entonação que nos permite concluir que se trata de uma oração

¹⁰ *We will assume that those items to which illocutionary forces apply are typically propositions rather than predications: we declare and question propositional contents rather than SoAs.* (DIK, 1997, p.53)

declarativa, interrogativa ou imperativa, quando da interação oral. No caso de interação escrita, temos o auxílio de marcas tipográficas. Assim, ao imprimirmos a força ilocucionária [Declarativa] à proposição que utilizamos como exemplo, teremos a seguinte representação formal:

[Decl [Poss [Pass [Prog
[assistir (Ana) (um documentário)]
(atentamente)] (na sala)] (pelo que recordo)] σ_4]

Contudo, o fato de a marcação da força ilocucionária se dar por meio de operadores não implica impossibilidade de uso de satélites ilocucionários. Se o falante fizer uso de um satélite, este será um advérbio que modifique ou especifique o valor da oração como um todo, como, por exemplo, o satélite (*honestamente*), que designa o modo de falar no qual a oração é produzida. Como exemplo, temos a oração ‘Honestamente, pelo que recordo, Ana talvez estivesse atentamente assistindo a um documentário na sala’.

Note-se que, ao representarmos formalmente a hierarquia de uma oração, na medida em que, ao ascendermos em níveis, adicionamos operadores e satélites, registramos todos os modificadores que passaram a integrar a oração. Desta forma, uma descrição formal da oração apresentada no parágrafo acima se daria da seguinte forma:

[Declaração [Possibilidade [Passado [Progressivo
[assistir (Ana) (um documentário)]
(atentamente)] (na sala)] (pelo que recordo)] (honestamente)]

É válido mencionarmos, ainda, que o exemplo acima trata-se de uma oração relativamente complexa se a compararmos com uma oração do tipo ‘Ana dormiu’. Na representação formal de uma oração mais simples, não é necessário especificarmos todos os operadores e satélites. Mas, é preciso explicitarmos, em tal representação, os espaços vazios, pois eles indicam que os operadores e satélites correspondentes àquelas camadas podem ser especificados em outras circunstâncias. Quando da não especificação, utilizamos o símbolo ‘Ø’, indicando valores neutros. Assim, na estrutura formal de ‘Ana dormiu’ devemos especificar a força ilocucionária [Declarativa], e a localização do EC no tempo [Passado]:

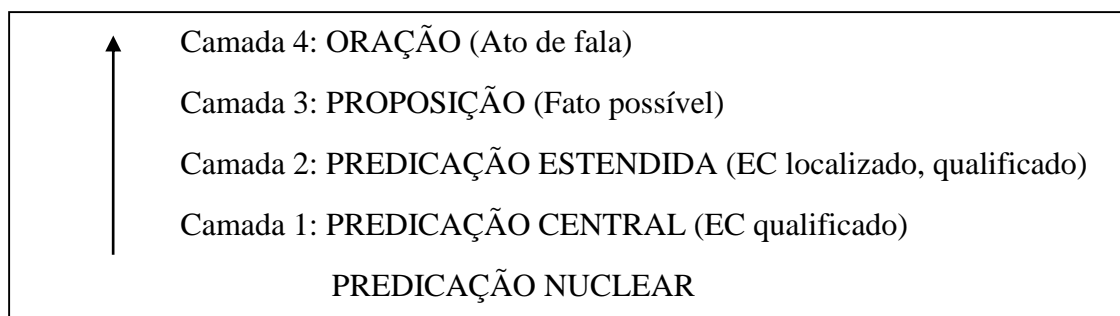
[Decl [Ø [Pass [Ø [dormir (Ana)] Ø] Ø] Ø] Ø]

A representação formal em camadas nos permite identificar o escopo de cada operador e satélite nos diferentes níveis. Na estrutura acima, por exemplo, temos o operador [Decl] situado na quarta camada e que, portanto, tem como escopo a proposição e todas as camadas abaixo. Já o operador [Pass], situado na segunda camada, que corresponde à predicação estendida, tem como escopo a predicação central e a nuclear, bem como o predicado e seus termos.

Podemos, assim, resumir a proposta de Dik (1997) de estratificação da oração em camadas com base em Neves (1996; 1997). Temos que a cláusula é organizada em estruturas subjacentes, sendo a primeira delas o predicado, que designa propriedades ou relações e se aplica a um dado número de termos. Estes se referem a entidades para produzir a segunda estrutura: uma predicação, que designa, pela codificação linguística, uma situação possível em um mundo real ou imaginário, isto é, um Estado-de-Coisas (EC). A terceira camada é a proposição, onde um conteúdo proposicional é designado e operadores ilocucionários são aplicados para, por fim, chegar-se ao último nível: a oração, ou cláusula, onde se tem o ato de fala.

Apresentamos, na figura 3, a seguir, os níveis da estrutura hierárquica subjacente da oração nomeados e dispostos com relação às camadas as quais pertencem. A seta indica a direção do nível hierarquicamente mais baixo ao mais elevado. A informação entre parênteses indica o que cada nível designa.

Figura 3 – A estrutura hierárquica subjacente da oração



Fonte: Elaborada pela autora

Reconhece-se, ainda, a existência de elementos como operadores (meios gramaticais) e satélites (meios lexicais), que atuam nos diversos níveis já explicitados, e são importantes para a análise da modalidade, pois, uma vez identificado o nível de atuação de um modalizador, possibilitam o reconhecimento do tipo de modalidade e sua relação com outras categorias como tempo, modo e aspecto.

Entendemos, então, que a estrutura subjacente de uma frase funciona como uma rede disposta em camadas e altamente complexa por ser passível de diferentes operações que podem ser realizadas por diversos elementos nos diferentes estratos. Esta constatação evidencia o caráter de integração dos componentes sintático, semântico e pragmático.

Como podemos observar, o modelo de análise da cláusula proposto por Dik (1997) parte, primeiramente, da seleção de itens lexicais para que haja, em seguida, uma expansão gradual da estrutura subjacente e se chegue à camada mais elevada. Esse modo de organização caracteriza o modelo desse autor como *bottom-up*. Quanto à expressão da subjetividade de acordo com essa proposta, esta só é possível na terceira camada.

No entanto, na subseção anterior, explanamos o modelo de interação verbal proposto por esse pesquisador e as noções e características que o delineiam. Apontamos que, nesse modelo, os usos linguísticos partem da intenção do Falante para chegarem à codificação linguística. Além disso, explicitamos que esse modelo leva em consideração Falante e Ouvinte e, por isso, Dik (1997, p.8) descreve o que acontece quando assumimos um papel ou outro em uma interação verbal. Quando Falantes, produzimos expressões linguísticas de acordo com a nossa intenção comunicativa, a nossa informação pragmática e a antecipação que fazemos de qual seja a possível interpretação do nosso interlocutor. Quando Ouvintes, nossa interpretação é feita com base na expressão linguística produzida, na nossa informação pragmática e na antecipação que fazemos da possível intenção do Falante, buscando reconstruí-la.

Ou seja, Dik (1997) propôs um modelo de análise da cláusula do tipo *bottom-up*, no qual só há marcas de subjetividade na terceira camada, e um modelo de interação verbal que parte da intenção do Falante. Tendo tais informações em mente, nos ocorre o seguinte questionamento: por que um modelo de interação verbal que tem grande consideração pela intenção comunicativa exclui a modalidade deôntica da possibilidade de exercer função subjetiva?

De acordo com Verstraete (2004, p.243), a não consideração da subjetividade na modalidade deôntica é uma “consequência natural”¹¹, dada a forma como está estruturado o modelo da Gramática Funcional de Dik (1997). Na proposta da GF, a única camada da oração que pode ser subjetivamente marcada é a proposição. A possibilidade de subjetividade na modalidade deôntica é descartada devido à não incidência de modalizadores deônticos sobre

¹¹ (...) the exclusion of deontic modality from the subjective-modal category in the traditional FG model is a natural consequence of the understanding of layering that is implicit in the model. (VERSTRAETE, 2004, p.243)

conteúdos proposicionais. Logo, de acordo com essa proposta, a camada de escopo da modalidade deôntica é representacional.

Verstraete (2004) critica a distinção das modalidades em objetiva e subjetiva apenas em função da camada, já que os modalizadores deônticos, mesmo tomando como escopo a predicação, também podem ser subjetivos, quando expressam a desejabilidade em relação a um Estado-de-Coisa. No próximo capítulo, retomaremos essa questão com mais detalhes e discutiremos as propostas tipológicas das modalidades linguísticas.

2.1.3 Tipologia semântica dos ECs

Quanto ao estudo da modalidade sob esta perspectiva, da oração estratificada, temos que o efeito modalizador expresso por operadores e satélites pode ser analisado a partir de uma tipologia semântica proposta por Dik (1997) em que um determinado estado-de-coisas se caracteriza com relação ao aspecto qualificacional do predicado, assumindo diferentes traços, ou parâmetros. Dik (1997, p.107) lista os cinco parâmetros mais relevantes: \pm Dinâmico [\pm din], \pm Télico [\pm tel], \pm Momentâneo [\pm mom], \pm Controle [\pm com] e \pm Experiência [\pm exp]. Consideremo-los em linhas gerais.

Um EC caracterizado pelo parâmetro [-din] pode ser denominado de Situação, pois não envolve mudança alguma. Nesse tipo de EC, as entidades envolvidas são apresentadas como sendo ou permanecendo as mesmas durante todo o intervalo de tempo em que o EC é obtido. Por outro lado, o parâmetro [+din] caracteriza um EC denominado de Evento, no qual, necessariamente, alguma mudança, ou dinamismo interno, ocorre, podendo ser algum padrão recorrente de mudança ao longo da duração do EC ou uma diferença entre os estados final e inicial. Abaixo, (a) e (b) são exemplos de Situações, e (c), (d), (e)¹² de Eventos:

- a) A substância era vermelha.
- b) João estava sentado na cadeira de seu pai.
- c) O relógio estava tiquetaqueando.
- d) A substância avermelhou.
- e) João abriu a porta

¹² a) *The substance was red*; b) *John was sitting in his father's chair*; c) *The clock was ticking*; d) *The substance reddened*; e) *John opened the door*. (DIK, 1997, p.107)

Quanto à telicidade, temos em um EC [+tel] a indicação da conclusão de uma ação, ao passo que em um EC [-tel] não se tem essa indicação. Podemos observar tais tipos de EC, respectivamente, nos exemplos (f) e (g)¹³. Enquanto em (f) a ação chega ao fim quando o retrato termina de ser pintado, em (g) a ação pode ocorrer por tempo indefinido:

f) João estava pintando um retrato.

g) João estava pintando retratos.

O parâmetro relacionado à duração de uma ação é o \pm Momentâneo. Assim, Eventos caracterizados pelo traço [-mom] têm um ponto inicial e final distintos, visto que ocupam um intervalo de tempo. Já os Eventos marcados pelo traço [+mom] são aqueles que não têm duração, pois seu ponto inicial coincide com seu ponto final. Os exemplos (h) e (i)¹⁴ demonstram, respectivamente, Eventos com duração e sem duração:

h) A água começou a/ continuou a/ terminou de derramar.

i) A bomba explodiu.

O parâmetro \pm Experiência só é obtido por meio das faculdades sensoriais ou mentais de um ser animado. Esse ser experiencia, deseja, percebe ou quer alguma coisa. Os exemplos (j) e (k)¹⁵ são ECs com os traços [+exp] e [-exp], respectivamente:

j) João não acreditou na história.

k) João não dormiu no chão.

O parâmetro \pm Controle, por fim, diz respeito ao poder de determinar se uma ação descrita no EC será, ou não, realizada. Dessa forma, em um EC [+con], o primeiro argumento controla o EC, ao passo que, em um EC [-con], o argumento não tem tal poder. Nos exemplos (l) e (m)¹⁶ observamos claramente o traço [+con] e [-con], respectivamente, pois em (l) João tem o poder de decidir abrir, ou não, a porta, ao passo que, em (m), a árvore não tem poder de decisão:

l) João abriu a porta.

m) A árvore caiu.

¹³ f) *John was painting a portrait*; g) *John was painting portraits*. (*Ibid.*, p.108)

¹⁴ h) *The water started/ continued/ finished pouring down*; i) *The bomb exploded*. (DIK, 1997, p.111)

¹⁵ j) *John did not believe the story*; k) *John did not sleep on the ground*. (*Ibid.*, p.116)

¹⁶ l) *John opened the door*; m) *The tree fell down*. (*Ibid.*, p.112)

O parâmetro \pm Controle é, portanto, o de maior importância para a análise da modalidade deôntica, dada a relação dessa modalidade com o agente, ou seja, com a entidade em controle de uma ação. Portanto, em ordens, pedidos e persuasões, por exemplo, o EC tem que ser caracterizado pelo traço [+con], pois aquilo que é ordenado ou pedido de um interlocutor A para um interlocutor B, em determinado contexto comunicativo, tem que estar sob o controle de B.

O mesmo ocorre com expressões que designam comprometimentos, como promessas. Nesse caso, aquilo prometido por um interlocutor A para um interlocutor B tem de estar sob o controle de A.

Esse tipo de EC é propício para a manifestação da modalidade deôntica porque se trata da codificação de uma ação a ser executada por um agente responsável, como os interlocutores B e A, mencionados acima. Ou, como explica Neves (1996, p.188), a modalidade deôntica ocorre em enunciados cujo escopo do valor deôntico seja marcado pelo traço [+con].

Temos daí que os parâmetros [+con] e [-con] viabilizam a distinção entre o valor deôntico de permissão e o de capacidade, principalmente em situações de análise de verbos modais polissêmicos. De acordo com Neves (1997), em orações como ‘Ele pode voltar’, produzida por um interlocutor que está em controle, tem-se a autorização do significado de permissão. Ou seja, a autoridade da entidade em controle é reconhecida e essa entidade pode conceder ou negar uma autorização, portanto, conferindo o traço [+con] à predicação. Já em ‘Ele pode compreender meu sofrimento’, o mesmo não pode ser dito, pois, ainda que o sujeito também seja animado, ele não pode controlar o que alguém compreende ou não. Logo, temos em ‘compreender’ o traço [-con] e, logo, o significado de capacidade.

Portanto, dada a discussão sobre a tipologia semântica dos Estados-de-Coisas, vemos sua importância para o desenvolvimento de nosso estudo, principalmente no que diz respeito ao parâmetro \pm Controle, que pode ser de grande ajuda em momentos de análise dos valores manifestados por meio da modalidade deôntica.

2.2 Síntese

Neste capítulo, expomos as características gerais do paradigma Funcionalista que julgamos relevantes para uma investigação linguística. Lembramos, também, que estamos cientes da importância e dos propósitos do paradigma Formalista, mas, por motivos explicitados ao longo do capítulo, nossa pesquisa se situa naquele primeiro paradigma mencionado na

abertura desta seção. A opção pelo paradigma Funcionalista ocorre porque ele nos permite entender a língua como um instrumento de interação social, cujo principal objetivo é estabelecer a comunicação entre seus usuários, e transitar entre forma e função, possibilitando-nos uma análise dos aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos de forma integrada.

Entendemos, ainda, que o paradigma Funcionalista envolve diferentes modelos, alguns mais moderados, outros mais extremados, mas todos com uma visão em comum sobre a língua. Assim, ao assumirmos uma atitude moderada, entendemos que nosso estudo se caracteriza pela análise funcional da estrutura linguística. Além disso, uma investigação linguística de cunho funcionalista leva em consideração a competência comunicativa dos usuários de uma língua, daí a necessidade da integração dos componentes semântico, sintático e pragmático, visto que as expressões linguísticas são estudadas em uso. Logo, o propósito comunicativo, os participantes da interação verbal bem como o contexto são elementos também considerados em tal análise. Assim, é com essa opção teórico-metodológica que buscamos cumprir nosso objetivo: investigar a relação da modalidade deôntica com a construção de discursos que revelem valores da era vitoriana.

A escolha pelo modelo de gramática funcional de Dik (1997) nos permite compreender como se dá a interação por meio da linguagem verbal, levando em conta Falante, Ouvinte, suas respectivas informações pragmáticas e suas capacidades (linguística, lógica, epistêmica, social e perceptual). Considerando-se isso, a análise dos enunciados dos personagens da peça que constitui nosso *corpus*, *Lady Windermere's fan*, de Oscar Wilde, nos permite investigar que efeitos de sentido podem ser obtidos. Também sua proposta de análise da cláusula em diferentes níveis, isto é, a representação formal dos enunciados, nos permite identificar em qual camada o modalizador em questão atua: ao analisarmos as camadas subjacentes, sabemos seu escopo e, conseqüentemente, o tipo de modalidade.

No entanto, pudemos observar, em breve explanação, que, em Verstraete (2004), temos uma crítica à classificação da modalidade feita apenas em função da camada. Para esse autor, o fato de um modalizador deôntico atuar sobre a predicação não implica, automática e necessariamente, que a modalidade deôntica é sempre objetiva. É necessário realizar a análise de cada caso, considerando cada contexto comunicativo, pois, quando esses modalizadores expressam o desejo de um Falante de ver realizado um EC, a modalidade deôntica também pode ser subjetiva. Como informado anteriormente, este assunto será tratado com mais detalhes no próximo capítulo.

Além disso, apresentamos a tipologia semântica dos Estados-de-Coisas (EC) e sua relação com a modalidade deôntica. Vimos que o aspecto qualificacional do EC assume diferentes parâmetros, e que, dentre eles, o parâmetro \pm Controle é de grande importância para a análise da modalidade deôntica devido à relação existente entre esse tipo de modalidade e a entidade em controle de uma determinada ação.

Chegamos, assim, ao final deste capítulo, ao longo do qual localizamos nosso estudo quanto à teoria que nos servirá de base nos capítulos posteriores. A seguir, trataremos da categoria modalidade, suas delimitações e caracterizações dentro da Linguística.

3 A CATEGORIA MODALIDADE

Antes de abordarmos a modalidade deôntica propriamente dita, algumas considerações devem ser feitas quanto à categoria modalidade, dado o seu caráter multidisciplinar e, logo, o grande número de trabalhos desenvolvidos que abordam essa categoria, fornecendo, portanto, diferentes definições, que, ora são mais amplas, ora mais restritas.

É válido ressaltarmos, antes de tudo, que, como nos esclarece Palmer (1986), a modalidade é uma categoria gramatical passível de identificação, descrição e, inclusive, comparação entre diversas línguas, ainda que de difícil definição. Por se tratar de um campo de difícil apreensão, muitos estudiosos preferem adotar um ponto de vista provisório, experimental, como nos informa Cervoni (1989, p.55).

Assim, na tentativa de delimitar a modalidade, Joly e Roulland a assimilaram à ‘expressividade’, entendendo esse termo como o conjunto de maneiras de se dizer algo, assim proposto por Guillaume, como explica Cervoni (1989, p.56). Mas o grau de abrangência de tal conceito é muito alto, isto é, essa definição é muito ampla, fazendo com que esse conceito não seja operatório. Ainda que Jolly e Roulland tenham proposto uma tipologia das modalidades, a tentativa de operacionalizar sua proposta mostrou que se tratava de uma tipologia voltada para as diferenças formais evidentes e não para as diferenças de significação.

Em contraposição, uma concepção mais restrita, ainda de acordo com Cervoni (1989), diz respeito à Lógica, uma vez que, para os lógicos, “as modalidades fundamentais são aquelas que concernem à verdade do conteúdo das proposições” (CERVONI, 1989, p.59). Mas, assim como aquela proposta apresentada no parágrafo acima, a proposta dos lógicos também não levava em consideração a semântica e a pragmática: nesse caso, contudo, o problema não era por ser muito abrangente, mas por ser muito formalizante.

Dado que a categoria em questão é assunto de interesse não apenas da Linguística, faz-se necessário adotarmos um posicionamento teórico sob o viés linguístico. Mas, tendo em vista que a Lógica foi de grande importância para o desenvolvimento de estudos iniciais sobre a modalidade, já que essa ciência forneceu as bases para o estudo de tal categoria, trataremos, a seguir, das concepções lógicas que vieram a ser relevantes para o tratamento linguístico da modalidade, tendo em mente que:

o linguista sempre deve dar a máxima atenção à morfologia, à sintaxe e ao léxico, enquanto o lógico não está preso a esta obrigação. Por isso o campo da modalidade

linguística será necessariamente diferente do campo da modalidade lógica, apesar das relações: “inspirar-se em” não poderia significar “fazer coincidir. (CERVONI, 1989, p.61)

Na citação acima, o autor direcionou a atenção do linguista para alguns componentes gramaticais/ linguísticos. Entendemos, ainda, que o componente semântico deve ser adicionado a esse direcionamento, pois é a partir dele que poderemos cumprir nossos objetivos quanto à análise dos efeitos de sentido presentes em nosso *corpus*.

3.1 Concepções modais sob o viés da Lógica e da Linguística

O estudo das modalidades de um enunciado não é um campo de pesquisa particularmente recente. Assim, a primeira consideração a ser feita diz respeito à necessidade de alocação dessa categoria dentro da Linguística, para cumprimento de nossos objetivos, uma vez que os estudos acerca da modalidade têm sua origem na Filosofia com a Lógica Modal, ciência na qual foram desenvolvidas as noções que ainda norteiam muitos estudos atuais sobre modalidade.

Ora, uma análise da modalidade em Linguística difere-se da abordagem na Lógica, porque outras noções são consideradas sob o viés daquela ciência, como a de *dictum* (conteúdo proposicional, do pensamento), a de *modus* (atitude que o sujeito toma em relação a esse conteúdo), a de eixos conceituais (existência, conduta e conhecimento) e a de necessidade e possibilidade. Discorramos sobre tais noções.

Analisar um enunciado levando em consideração suas duas partes constitutivas, *dictum* e *modus*, significa analisar seu conteúdo proposicional e o ponto de vista do Falante¹⁷ sobre tal conteúdo. Portanto, é de interesse para um estudo linguístico da modalidade, o modo pelo qual um Falante qualifica seu enunciado em termos de possibilidade ou necessidade.

Uma vez que a atitude do Falante é levada em consideração, na perspectiva linguística, podemos concluir que a modalidade sob essa ótica é caracterizada por conter elementos que expressam a atitude do Falante. Concordamos, então, com Neves (1996, p.171), que a ocorrência de um enunciado completamente não modalizado, isto é, um enunciado cujo conteúdo asseverado não seja filtrado pelo julgamento e conhecimento de seu enunciador, é bastante improvável.

¹⁷Usaremos o termo proposto por Dik (1997), pois faz referência tanto ao falante, em situações de textos orais, quanto ao escritor, em situações de textos escritos.

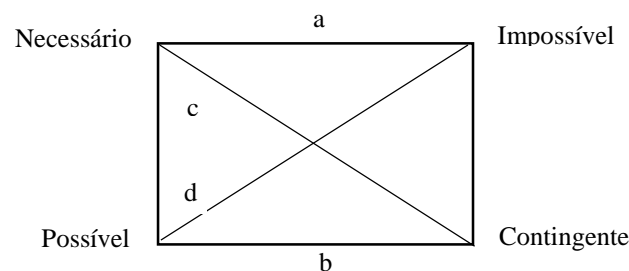
Dada a relevância da expressão da atitude do Falante, também entendida como um elemento de subjetividade para a modalidade linguística, entendemos, juntamente com Coracini (1991, p.113), que “modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere”.

Quanto às noções de necessidade e possibilidade, mencionadas acima, eram o centro da tradição da lógica modal, cujo interesse estava voltado para o caráter veredictório das proposições¹⁸. Os lógicos buscavam estabelecer diferenças entre proposições contingentemente verdadeiras ou falsas, e proposições necessariamente verdadeiras ou falsas, como esclarece Lyons (1977, p.787).

Aliada a estas noções, está a noção de ‘mundos possíveis’ proposta por Leibniz, como nos esclarece Lyons (1977), e que diz respeito a todas as possibilidades de ocorrência dessas proposições (seja em situações hipotéticas, em sonhos ou no mundo físico em que vivemos, ampliando, portanto, o campo de investigação da modalidade alética) em que a veracidade delas possa ser averiguada. Surge, assim, a primeira noção de modalidade, denominada alética ou aristotélica e que se situa no eixo da existência.

Do ponto de vista dessa modalidade, os principais operadores que podem afetar uma proposição são os modos ‘necessário’ e ‘possível’. Assim, os lógicos desenvolveram uma relação em que esses modos determinam seus opostos. A representação é a seguinte:

Figura 4 – Representação da relação lógica entre ‘necessário’ e ‘possível’



Fonte: Cervoni (1989, p.59)

No quadrado lógico, o eixo *a* é denominado eixo dos contrários, o *b* é o eixo dos subcontrários, e *c* e *d* são os eixos dos contraditórios, como explica Cervoni (1989, p.59).

¹⁸O termo ‘proposição’ não é usado aqui com o mesmo sentido a ele dado por Dik (1997), ou seja, enquanto uma camada da representação formal da oração que designa um fato possível. Lyons (1977) o utiliza em referência ao conteúdo do pensamento (*dictum*).

Desta forma, direcionando seu interesse para a verificação da verdade das proposições, a modalidade alética incluía as modalidades lógica, analítica, metafísica e nomológica. Pessoa (2007, p.40) explica que a primeira se referia ao sentido das proposições; a segunda, ao sentido da palavra; a terceira, ao sentido fixado pela natureza e identidade das coisas; e a última, ao sentido determinado pelas leis da natureza.

Uma vez situada a modalidade alética no eixo da existência, os lógicos passam a observar as expressões do *dever* e do *saber* em diferentes línguas, estabelecendo analogias entre tais expressões e os valores da modalidade alética. Surge, portanto, os outros dois eixos conceituais, o da conduta e o do conhecimento, nos quais se situam as modalidades deôntica e epistêmica, respectivamente.

As modalidades deônticas estavam relacionadas às noções de necessidade, permissão, proibição e obrigação. Elas abrangiam, nos estudos iniciais desenvolvidos pelos lógicos, as expressões que se referissem a normas ou critérios de cunho social, ético, estético ou individual. Por outro lado, as modalidades epistêmicas estavam associadas às noções de possibilidade, probabilidade e certeza, estando associadas às ocorrências do saber, do conhecimento.

Ainda que os lógicos tenham estendido as noções iniciais de modalidade, não significa dizer que as relações estabelecidas por eles vão de encontro aos interesses da investigação linguística sobre aquela categoria. Os objetivos que norteiam a Lógica e a Linguística são diferentes e, portanto, os elementos a serem considerados em uma investigação que se situe em uma ou outra área distinguem-se.

Dito isso, faz-se necessário estabelecermos uma diferença entre a abordagem Linguística e a abordagem Lógica, no âmbito da modalidade, quanto à consideração, ou não, das habilidades linguísticas de um Falante de uma língua natural. Ao analisarem um enunciado modalizado, os lógicos o fazem de modo em que “não há referência ao falante ou às inferências feitas, mas apenas às evidências” (LYONS, 1977, p.792)¹⁹.

É válido, aqui, fazermos uma observação quanto à integração da análise da modalidade linguística e o ponto de vista funcionalista adotado por nós e explanado no segundo capítulo: assim como o modelo de interação verbal de Dik (1997), uma análise da categoria modalidade sob o viés linguístico leva em consideração em suas análises os interlocutores

¹⁹(...) *there is no reference to the speaker or to the actual drawing of inferences, but only to the evidence (...).* (LYONS, 1977, p.792)

(Falante e Ouvinte) e suas capacidades, dentre elas, a linguística. Além disso, o interesse dos linguistas está voltado para os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos da expressão da categoria em discussão.

Um outro aspecto que diferencia as abordagens da Lógica e da Linguística, quanto ao tratamento da modalidade, é o caráter de subjetividade presente nesta ciência, mas não naquela. Depreende-se de Lyons (1977) que, ainda que haja uma relação entre as noções básicas estabelecidas pela Lógica modal e a modalidade linguística, as marcas de subjetividade são de grande importância para a compreensão dos tipos de modalidade linguística. Segundo o autor, “a subjetividade da modalidade epistêmica, que para alguns linguistas, incluindo Kurylowicz, parece ser uma das características que melhor a distingue da modalidade deôntica, não é representada nos modelos de sistema da lógica epistêmica” (LYONS, 1977, p.792)²⁰.

Assim, as marcas de subjetividade devem ser entendidas como “dispositivos pelos quais o falante, ao produzir sua oração, simultaneamente comenta sobre a mesma e expressa suas atitudes em relação ao que está dizendo” (LYONS, 1977, p.739)²¹. É assim que temos, em linhas gerais, a noção de modalidade apresentada por esse autor como o meio pelo qual um Falante expressa “suas opiniões ou atitudes em relação à proposição expressa pela sentença ou à situação que a proposição descreve”. (LYONS, 1977, p.452)²². A subjetividade é, também, um elemento característico apontado em Palmer (1986), para quem a modalidade linguística é “essencialmente subjetiva” (PALMER, 1986, p.16)²³, principalmente quando há marcação gramatical, e deve fazer referência às opiniões e atitudes do Falante.

O desenvolvimento de pesquisas, no campo da Linguística, acerca da categoria aqui em discussão se fez em abordagens que ora privilegiavam a sintaxe, ora a semântica e ora a pragmática. Quanto à ênfase dada ao componente sintático, Lyons (1977, p.792) explica que tais análises buscavam estabelecer uma distinção entre os modais epistêmicos e os modais de raiz (deônticos), visto que “o valor semântico de necessidade/possibilidade era o mesmo” (PESSOA, 2007, p.41), no que diz respeito àquele primeiro tipo de modais. Lyons (1977) destaca, dentro dessa perspectiva sintática, o trabalho de Ross (1969), cujo interesse, seguindo

²⁰ *The subjectivity of epistemic modality, which has seemed to certain linguists, including Kurylowicz, to be one of the features which distinguishes it most sharply from deontic modality, is not represented at all in standard systems of epistemic logic.* (LYONS, 1977, p.792)

²¹ (...) *devices whereby the speaker, in making an utterance, simultaneously comments upon that utterance and expresses his attitude to what he is saying.* (Ibid., p.739)

²² (...) *his opinion or attitude towards the proposition that the sentence expresses or the situation that the proposition describes.* (Ibid., p.452)

²³ (...) *essentially subjective* (...). (PALMER, 1986, p.16)

a tradição dos gramáticos gerativistas, voltava-se para a transitividade dos verbos modais, levando em consideração apenas os aspectos internos à oração.

Quanto à valorização do componente semântico no estudo da modalidade linguística, apontamos, como exemplo, Lyons (1977), para quem demasiada ênfase nas estruturas sintáticas não é o melhor caminho para se estabelecer diferenças semânticas entre modalidades epistêmicas subjetiva e objetiva. Daí a necessidade de criar um componente que dê conta das sentenças modalizadas subjetivamente (nomeado *eu-digo-assim*) e outro para as sentenças modalizadas objetivamente (dito *isto-é-assim*), contemplando a função representativa da linguagem.

Observamos, portanto, que, até esse momento, as abordagens não consideravam o contexto da enunciação. Mas, ainda em Lyons (1977), temos o reconhecimento da relevância da teoria de J. L. Austin sobre atos de fala, que contempla a função interpessoal. Na verdade, “uma das características mais atrativas da teoria dos atos de fala, que foi introduzida na filosofia da linguagem por J. L. Austin, é que ela dá reconhecimento explícito à dimensão social ou interpessoal do comportamento da língua (...)” (LYONS, 1977, p.725)²⁴. Dessa forma, a importância de tal teoria se dá devido à consideração do contexto de ocorrência das expressões linguísticas, pressupondo, assim, uma análise da língua em que são considerados o propósito comunicativo, o contexto e as normas de uma determinada comunidade linguística.

Após anos de desenvolvimento de sua teoria, Austin propõe uma classificação dos atos de fala em: ato locucionário, que corresponde a um ato de dizer; ato ilocucionário, correspondendo ao ato realizado ao se dizer algo (afirmar, prometer, dar um comando, perguntar, fazer um pedido, etc.); ato perlocucionário, por sua vez, diz respeito ao efeito de sentido obtido por meio de se dizer algo (persuadir alguém a fazer algo, consolar alguém na sua angústia, fazer alguém acreditar em algo, etc.). A compreensão de tais noções, na filosofia da linguagem, possibilitou o entendimento da linguagem não apenas como representação da realidade, mas como um modo de agir sobre ela.

Searle (1981), dando continuidade às noções desenvolvidas por J. L. Austin, adiciona àquela teoria o elemento ‘intencionalidade’. Isso porque o autor entende haver certa intenção quanto à escolha por expressões linguísticas específicas em determinados contextos

²⁴ *One of the most attractive features of the theory of speech-acts, which was introduced into the philosophy of language by J. L. Austin, is that it gives explicit recognition to the social or interpersonal dimension of language-behaviour (...)* (LYONS, 1977, p.725)

comunicativos. Para ele, falar uma língua significa executar atos de fala. Seguindo esse raciocínio, a modalidade é entendida como um elemento intencional, já que, ao ser usada por um Falante, executa um ato ilocucionário, que, por sua vez, causa um ato perlocucionário, ou seja, um efeito no Ouvinte.

Em Parret (1988) temos a modalidade sob uma perspectiva da pragmática. A corporificação da intencionalidade na teoria dos atos de fala, para Parret (1988, p.19, 20), é um dos pontos centrais dessa teoria na perspectiva pragmática, visto que reconhece a existência de intenções específicas de um Falante, que são subordinadas à intenção geral de comunicação.

O autor entende, no tocante à modalidade, que apenas uma “pragmática das modalidades está em condições de formular os mecanismos de modalização” (PARRET, 1988, p.10). Assim, ele propõe que as modalidades sejam estabelecidas por uma gramática semântico-pragmática, pois uma gramática que contemple apenas o componente sintático não poderia dar conta de todos os aspectos que envolvem a modalidade, ou seja, que considere seu contexto de produção e os elementos a ele relacionados, como lista Pessoa (2007, p.43): a produção intencional pelo locutor, o reconhecimento da intenção (ou intenções) do locutor por parte do destinatário, e o suporte situacional do processo accional.

É com isso em mente que concordamos com Lyons (1997, p.725, 727), quando o autor afirma que, ao proferir uma oração, um Falante se insere em algum tipo de interação social que se situa em um contexto social específico com convenções sociais específicas. Desse modo, assumimos com Palmer (1986) uma definição de modalidade que a situa no âmbito da Linguística:

Modalidade na língua está, então, relacionada com as características subjetivas de uma oração, e pode-se até ir além, argumentando que subjetividade é um critério essencial para a modalidade. Modalidade poderia, por assim dizer, ser definida como a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante (PALMER, 1986, p.16)²⁵.

Diante do exposto, faz-se necessário explicitar que a modalidade alética (ou aristotélica), situada no eixo da existência e componente essencial da Lógica modal, pode ser caracterizada como uma modalidade não-subjetiva, excluindo de suas análises os interlocutores e características relacionadas a eles, diferentemente da modalidade linguística. Concordamos, assim, com Neves (1996), ao afirmarmos que a modalidade alética não constitui matéria de

²⁵ *Modality in language is, then, concerned with subjective characteristics of an utterance, and it could even be further argued that subjectivity is an essential criterion for modality. Modality could, that is to say, be defined as the grammaticalization of speaker's (subjective) attitudes and opinions.* (PALMER, 1986, p.16)

interesse para as modalidades linguísticas, que têm as línguas naturais como escopo, pois, como explica a autora:

Uma investigação sobre o valor puramente alético de uma proposição a retiraria do contexto de enunciação para centrar-se na organização lógica interna de seus termos e na relação que ela mantém com os mundos possíveis, nos quais seria, ou não, verdadeira (NEVES, 1996, p. 172)

Dado o que foi até aqui discutido sobre modalidade, incluindo seu caráter subjetivo, as noções de necessidade e possibilidade a ela relacionadas bem como outras características apontadas pelos autores citados, entendemos, enfim, que a modalidade linguística diz respeito ao modo pelo qual um Falante qualifica seu próprio enunciado, em termos de possibilidades ou necessidades, e que, para melhor compreensão dos efeitos de sentidos que podem ser obtidos em um enunciado modalizado, deve-se realizar uma análise que contemple sintaxe, semântica e pragmática, integradamente.

Uma vez situada a categoria modalidade na área da Linguística, discutidos os aspectos que a caracterizam e assumida uma definição, passaremos, na subseção a seguir, a discutir os tipos de modalidade brevemente mencionados acima. Dado o caráter lógico da modalidade alética, concentrar-nos-emos nas distinções entre modalidade epistêmica e modalidade deôntica.

3.2 Propostas tipológicas das modalidades linguísticas

Na literatura acerca da modalidade linguística, há diferentes propostas tipológicas. Como aponta Palmer (1896, p.1, 2), isso ocorre porque se trata de uma categoria cuja noção é mais vaga, de difícil delimitação (em comparação com categorias como gênero, tempo ou aspecto, por exemplo) resultando em diversas possibilidades de definição. A expressão do presente, passado e futuro pode ser definida pela categoria tempo. A categoria número expressa enumeração. Quanto à categoria gênero, ainda que existam problemas de definição, na prática, não há dificuldade de exemplificá-la. Com a modalidade, por outro lado, parece haver um embaçamento dos limites, não sendo eles rígidos ou tão bem definidos quanto os de outras categorias. Adiciona-se a isso o fato da não existência de uma característica da modalidade que possibilite sua identificação entre diversas línguas, ou seja, um traço prototípico.

Contudo, a consideração dos eixos conceituais (do conhecimento, da existência e da conduta), herdados da Lógica modal, parece nortear os estudiosos quanto à tipologia por eles desenvolvida, fazendo com que ao menos três tipos de modalidade sejam identificados: a

alética, a epistêmica e a deôntica. Outras nomenclaturas podem ser utilizadas por diferentes autores, mas é possível identificarmos alguma relação entre os tipos classificados.

Quanto à modalidade alética, como já explanado anteriormente, esta não constitui interesse para os estudos linguísticos por se relacionar apenas ao caráter veridictório das proposições nos mundos possíveis, excluindo, assim, de sua análise o Falante e sua opinião ou atitude e classificando-se como modalidade lógica.

Constituem, então, tipos de modalidade linguística, a epistêmica e a deôntica. Os dois tipos são reconhecidos por Lyons (1977). A modalidade epistêmica, que se situa no eixo do conhecimento, para ele, pode ser expressa em frases de opinião e inferência, ao invés de sentenças que expressam fatos. Quando da expressão de inferências, tem-se como base alguma evidência. Isto ocorre porque, neste tipo de modalidade, o Falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição.

Para o autor, a modalidade epistêmica se subdivide em subjetiva, que envolve a afirmação do falante, não a afirmação de um fato, e objetiva, que envolve a expressão de um fato ou um conhecimento geral aceito ou comprovado cientificamente. Isso quer dizer que, na modalidade epistêmica subjetiva, o falante assume a posição de fonte da informação, havendo maior grau de envolvimento; ao passo que na objetiva, ao contrário, há um afastamento, pois o falante apenas enuncia um conhecimento já aceito e compartilhado, aproximando-se, portanto, esse subtipo modal à modalidade alética da lógica.

Para melhor explicar a diferença entre os subtipos de modalidade epistêmica, Lyons (1977) se utiliza das possíveis interpretações que um enunciado como “Pode estar chovendo em Londres”²⁶ pode ter. Se tal enunciado tiver sido proferido por um meteorologista, ou outra pessoa que detenha conhecimento científico sobre as condições do tempo, podemos dizer que se trata de um enunciado modalizado objetivamente, permitindo um enunciado do tipo “Ele (meteorologista) me disse que pode estar chovendo em Londres”²⁷. Por outro lado, se o enunciado tiver sido proferido não com base em conhecimentos científicos, mas com base em uma opinião pessoal, tendo-se o Falante como fonte da informação, temos um exemplo de modalização subjetiva. Se esse for o caso, aquele primeiro enunciado poderia ser relatado como

²⁶ *It may be raining in London* (LYONS, 1977, p.799)

²⁷ *He told me that it might be raining in London* (*Ibid.*, p.799)

“Ele me disse que pensou que poderia estar chovendo em Londres”²⁸, ou ainda, “Ele expressou a opinião de que poderia estar chovendo em Londres”²⁹.

Quanto à modalidade deôntica, Lyons (1977) entende que a proposição designa um EC a ser obtido caso o ato seja realizado. Para que haja tal realização, um dos interlocutores precisa reconhecer a autoridade do outro, caracterizado como um agente moralmente responsável. Esse tipo de modalidade diz respeito à necessidade ou possibilidade de atos realizados por esses agentes e está relacionada à obrigação, permissão e proibição. De acordo com o autor, uma das maneiras de averiguarmos a validade de uma sentença deôntica é por meio da pergunta “Quem disse isso?”³⁰, devendo ela significar “Quem criou a obrigação?”³¹.

Entendemos que essa modalidade é objeto de nossa investigação, mas nos reservamos a discutir mais profundamente os aspectos relacionados a ela no próximo capítulo. Por ora, nosso objetivo é tratar apenas das propostas tipológicas das modalidades linguísticas, apresentando algumas classificações de estudiosos da categoria.

Em Palmer (1986), o traço ‘subjatividade’ é de grande importância para a caracterização da categoria modalidade. Como mencionado anteriormente, o autor entende que essa categoria é um modo de gramaticalizar as atitudes e opiniões dos falantes de uma língua. A tipologia proposta pelo autor considera a existência de três tipos de modalidade: epistêmica, deôntica e dinâmica.

Quanto à modalidade epistêmica, o autor entende que é por meio dela que podemos identificar o grau de comprometimento de um Falante com seu enunciado. Ele a divide em dois subsistemas que realizam a marcação desse comprometimento: o de julgamento, que codifica a expressão de incerteza, possibilidade; e o de evidência, que codifica a expressão de conclusões baseadas em evidências, resultando em proposições relativamente certas (enquanto opostas às incertas). Ambos julgamento e evidência são, portanto, recursos utilizados por um Falante para marcar, em seu enunciado, o comprometimento com o que foi dito.

Palmer (1986) utiliza o termo ‘deôntico’ para englobar os tipos de modalidade que contenham um elemento de vontade. Assim, o que caracteriza a modalidade deôntica em Palmer (1986) são dois traços: o fato de a ação de um Falante ser orientada para um agente, que cumprirá, ou não, um determinado EC, e a presença de um elemento de vontade relacionado à

²⁸ *He told me that he thought it might be raining in London.* (LYONS, 1977, p.799)

²⁹ *He expressed the opinion that it might be raining in London.* (*Ibid.*, p.799)

³⁰ *Who says (so)?* (*Ibid.*, p.835)

³¹ *Who has created the obligation?* (*Ibid.*, p.835)

ação descrita no EC. Com inspiração na teoria dos atos de fala, inicialmente desenvolvida por J. L. Austin e posteriormente continuada por Searle, Palmer (1986, p.97) nos apresenta dois tipos de modalidade deôntica que, além de apresentarem um caráter subjetivo, também são performativos, visto que visam à realização de uma ação pelo próprio Falante ou pelos interlocutores, logo, relacionando-se ao futuro. São eles: diretivo e comissivo. O primeiro tipo trata da tentativa do Falante em fazer seus Ouvintes executarem alguma ação, como em ‘João, venha aqui’, ou ainda, ‘João, você tem que vir aqui’. O segundo tipo, por outro lado, diz respeito às promessas ou ameaças feitas pelo Falante, por exemplo: ‘Você terá seu livro amanhã’, ‘Ele chegará às sete’.

Diferentemente de Lyons (1977), no entanto, Palmer (1986) nos apresenta mais um subtipo modal: a modalidade dinâmica. Trata-se do sistema que codifica os significados de habilidade, capacidade e disposição do Falante, não estando ligada à expressão da atitude subjetiva ou opinião dele. Daí essa modalidade não ser subtipo da modalidade epistêmica nem da deôntica. Mas, entendemos, de acordo com a explicação dada por Menezes (2006), na qual a autora demonstra, por meio do uso dos modais, ocorrer uma gradação do elemento subjetividade, que a modalidade dinâmica pode, em determinados contextos, exprimir uma obrigação fraca, servindo, assim, à expressão da modalidade deôntica.

Além de Palmer (1986), outros estudiosos também incluem o significado de capacidade em suas propostas tipológicas das modalidades linguísticas. Goossens (1987) classifica as noções de obrigação e permissão como modalidade deôntica, e as noções de capacidade e volição como modalidade facultativa. Sweetser (1990) também propõe uma classificação das modalidades epistêmica, deôntica e dinâmica. A autora entende que os significados de habilidade, capacidade e disposição não podem ser impostos a alguém, portanto ela relaciona essas noções à expressão da modalidade dinâmica. Por outro lado, Silva-Corvalán (1995) e Ferreira (2000) estabelecem uma classificação em que as noções de obrigação e permissão e as noções de capacidade são agrupadas sob a mesma categoria.

Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008, p.230) admitem os três subtipos de modalidade propostos por Palmer (1986). Esses três autores tomam como base a distinção entre os papéis modais assumidos pelos interlocutores (fonte modal e agente modal) para que se possa descrever os três tipos modais. Por fonte modal, eles entendem se tratar de uma pessoa ou entidade responsável por codificar uma expressão modal. O agente modal é a pessoa que se espera/disposta a/capaz de realizar a ação em questão.

Diferenciação feita, a modalidade dinâmica, segundo Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008, p.230) se caracteriza por ter um agente modal, já que envolve a habilidade de alguém, mas não tem uma fonte modal. A modalidade epistêmica, por sua vez, tem uma fonte modal, geralmente o Falante, visto que expressa o grau de comprometimento dele com a verdade, mas não tem um agente modal, já que o julgamento do Falante atua em toda a proposição, não apenas na relação expressa na predicação. Por outro lado, a modalidade deôntica apresenta sinais positivos para ambos fonte e agente modal, pois a fonte acessa a desejabilidade de que um agente realize um determinado EC. Note-se, no entanto, que, na modalidade deôntica, a fonte não precisa coincidir com o alvo (ou agente) do EC. A classificação proposta pelos autores citados no início deste parágrafo pode ser expressa na tabela abaixo:

Tabela 1 – Fonte/agente modal e tipos de modalidade

	Dinâmica	Epistêmica	Deôntica
Fonte modal	–	+	+
Agente modal	+	–	+

Fonte: Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008)

Expostos os diferentes pontos de vista sobre a classificação das noções de capacidade, habilidade e disposição, entendemos ser necessária uma tomada de posição. Dada a gradação do elemento subjetividade, apontada por Menezes (2006), entendemos que tais noções poderiam ser interpretadas deôntica ou epistemicamente, a depender do contexto em que estejam situadas. Vimos que, para Palmer (1986), elas não estão ligadas à expressão da atitude subjetiva ou opinião de um Falante. Contudo, como já discutido anteriormente, concordamos com Neves (1996, p.171) quanto à improbabilidade da ocorrência de enunciados completamente não modalizados, ou seja, enunciados em que não haja a presença de marcas que estabeleçam uma relação avaliativa entre um Falante e o conteúdo por ele asseverado, ou que marquem suas intenções e/ou necessidades. Desse modo, assumimos com Menezes (2006) a consideração das expressões atributivas de capacidade no campo da modalidade deôntica.

Uma outra proposta tipológica é a de Dik (1997), para quem, nos moldes da Gramática Funcional, a oração se dá em camadas hierárquicas subjacentes, como já explicitado

anteriormente. A proposta desse autor, quanto à modalidade, é que sua classificação se dará de acordo com a camada que é escopo do modalizador.

Dessa forma, as modalidades dinâmica, deôntica e epistêmica passam a ser denominadas, respectivamente, inerente, objetiva e subjetiva, de acordo com os níveis funcionais (predicado, predicação, proposição, enunciado) da oração. Para além de uma mera diferença na nomeação, esta tipologia apresenta uma relação entre a camada, a localização do modalizador e seus significados possíveis.

Interna à predicação, portanto, temos a modalidade inerente. Sendo interna à predicação, esta modalidade qualifica a relação entre o predicado e o argumento, ou seja, entre uma ação predicada e um agente dessa ação, que pode ser, ou não, um dos participantes da interação verbal. Tal modalidade contempla os modais dinâmicos e alguns deônticos, podendo exprimir a habilidade ou disposição de um participante para realizar um EC, bem como um questionamento sobre a obrigatoriedade da realização desse EC. Os meios de expressões linguísticas do tipo “poder”, “estar habilitado a”, “desejar”, “estar disposto a” são exemplos de como um Falante pode exprimir sua habilidade ou disposição, ao passo que “deve”, “tem de”, “é permitido”, “pode” constituem exemplos de expressões utilizadas no questionamento quanto a se um participante é obrigado ou se a ele é permitido participar de um EC.

Todos os modalizadores do tipo deôntico (excetuando-se os deônticos inerentes) e os do tipo epistêmico objetivo podem se situar na segunda camada, com a qual se relaciona a modalidade objetiva. Esta, por sua vez, diz respeito à probabilidade de ocorrência de um EC, mediante avaliação de um Falante e o que ele sabe sobre o Estado-de-Coisas em geral. Esse tipo de modalidade se subdivide em: i) modalidade objetiva epistêmica, que expressa a avaliação de um Falante quanto à factualidade de um EC com relação ao seu próprio conhecimento sem, contudo, expressar sua opinião pessoal; e ii) modalidade objetiva deôntica, que expressa a avaliação de um Falante quanto à factualidade de um EC com relação a um sistema de normas sociais, morais ou legais. Ainda de acordo com Dik (1997, p.242), para cada subárea na qual a modalidade objetiva se subdivide, há uma escala de valores: “certo – provável – possível – improvável – impossível”³² são valores epistêmicos, ao passo que “obrigatório – aceitável – permitido – inaceitável - proibido”³³ são valores deônticos.

³² *Certain-Probable-Possible-Improbable-Impossible* (DIK, 1997, p.242)

³³ *Obligatory-Acceptable-Permissible-Unacceptable-Forbidden* (Ibid., p.242)

A terceira camada diz respeito à modalidade subjetiva, que expressa o comprometimento pessoal do Falante quanto à verdade da proposição, cujo conteúdo é assumido inteiramente por ele. Ao se responsabilizar pessoalmente pelo conteúdo de uma proposição, esse Falante sinaliza, por meio da modalidade subjetiva, seu grau de certeza sobre a verdade do conteúdo proposicional: “ele pessoalmente considera certo, provável, possível ou improvável que o que ele diz é verdade”³⁴. Ela está subdividida em: i) modalidade subjetiva epistêmica, que expressa o comprometimento pessoal do Falante com a verdade de seu enunciado; e ii) modalidade evidencial, que exprime a avaliação do Falante com a qualidade da proposição em termos de como ele obteve essa informação: ele inferiu com base em uma evidência externa (Inferencial), em uma experiência pessoal (Experiencial), ou obteve essa informação no discurso de outrem (Citativa, Reportativa)?

Ainda que esses dois tipos de modalidade estejam relacionados à atitude do Falante quanto ao conteúdo da proposição, e, logo, pertençam à camada da proposição, há uma distinção semântica entre eles. Dik (1997, p.296) nos esclarece que, na modalidade subjetiva epistêmica, a fonte da avaliação do Falante é uma opinião pessoal (podendo ser parafraseada como: é opinião pessoal do Falante que X é certo/ provável/ possível) ou uma volição (o Falante espera/ deseja que X será realizado). Já na modalidade evidencial, a fonte da proposição enunciada pelo Falante é uma experiência (o Falante conclui X com base em uma experiência pessoal prévia), uma inferência (o Falante infere X com base na evidência disponível) ou uma informação oriunda do discurso de outrem (o Falante sinaliza que ouviu X de outra pessoa).

Observe-se, ainda, que os valores de certeza, probabilidade e possibilidade também são expressos pela modalidade objetiva epistêmica, como explicitado na página anterior, não sendo exclusivos da modalidade subjetiva. No entanto, Dik (1997, p.296) nos explica que a modalidade subjetiva se difere da objetiva por aquela expressar informação restrita à opinião do Falante, cuja fonte de avaliação é sua própria opinião ou volição, enquanto que, na modalidade objetiva, a avaliação do EC é apresentada como independente da opinião pessoal do Falante, já que, na predicação, não há a expressão da atitude do Falante.

Para o autor, esta distinção é importante porque há casos, em algumas línguas, em que modalidades objetiva e subjetiva são combinadas. O linguista fornece o seguinte exemplo:

³⁴ *Through subjective modalities, the speaker may take personal responsibility for the content of the proposition, and signals how certain he is about its truth: whether he personally finds it certain, likely, possible, or unlikely that what he says is true. (DIK, 1997, p.242)*

“É certamente possível que João esteja doente”³⁵, que pode ser parafraseada como “Na minha opinião, é certo que é (objetivamente) possível que João esteja doente”³⁶. Tem-se, daí, que a modalidade subjetiva toma a modalidade objetiva como escopo, o que geralmente acontece em línguas nas quais há a distinção entre modais objetivos e subjetivos, segundo o autor.

Podemos, então, resumir que, para Dik (1997), as modalidades deôntica e epistêmica são subtipos da modalidade objetiva, que se opõe à modalidade subjetiva e à inerente. A proposta por ele apresentada é consoante com seu modelo de análise da sentença em níveis, pois a distinção entre os tipos de modalidade é feita em correlação com os níveis funcionais da estrutura da cláusula.

Nessa perspectiva, a modalidade objetiva diz respeito à avaliação de um Estado-de-Coisas (EC) feita por um Falante mediante seu conhecimento desse Estado-de-Coisas, tomando como escopo a predicação. Assim, quando o conhecimento no qual o Falante se baseia para realizar uma avaliação de um EC é oriundo da sua vivência, do seu próprio conhecimento, tem-se a modalidade epistêmica. Quando, contudo, esse conhecimento é proveniente de algum sistema de convenções legais, morais ou sociais, tem-se a modalidade deôntica. Uma vez que a atitude do Falante é expressa apenas em relação à proposição, a modalidade deôntica não é entendida como subjetiva, pois os modalizadores deônticos tomam como escopo a predicação, e, portanto, não exercem a função interpessoal.

A proposta tipológica das modalidades apresentada por Dik (1997) é objeto de crítica em Verstraete (2004), como mencionamos no capítulo anterior, para quem a distinção das modalidades em subjetiva e objetiva apenas em função do nível da cláusula não é suficiente. Para esse autor, quando da análise da modalidade, cada ocorrência deve ser investigada em seu contexto de ocorrência, pois há fatores outros, que não a sua localização na estrutura subjacente da oração, que contribuem para a sua classificação. O autor afirma que os modalizadores deônticos, mesmo tomando como escopo a predicação, também podem ser subjetivos, quando expressam o desejo de realização de um EC (fator denominado pelo linguista como desejabilidade). Ou seja, trata-se da vontade de um Falante que instaura, como fonte, a obrigação de uma ação.

³⁵ *It is certainly possible that John is ill.* (DIK, 1997, p.296)

³⁶ *In my opinion it is certain that it is (objectively) possible that John is ill.* (*Ibid.*, p.296)

Verstraete (2004) toma como base as modalidades de Dik (1997) e propõe que os modais deônticos podem assumir três funções: inerente, objetiva e subjetiva. Para justificar sua proposta, o autor faz a análise de quatro exemplos, citados abaixo.

- a) “Eu preciso ver Izzy”, eu disse. “Eu disse a você, ela está dormindo. Dormindo profundamente”. “Posso ver por mim mesmo?” “Você não pode”.³⁷
- b) Há uma crise e ele deve agir agora.³⁸
- c) Mas o Ramadan significa mais do que privação física. Ele envolve obrigações morais e espirituais também. Os seguidores devem se refrear de maus pensamentos, palavras e ações, fazer atos especiais de caridade e passar mais tempo na adoração do que o usual.³⁹
- d) Mas para alcançar a órbita, um objeto deve atingir a aceleração de cerca de 17.500 milhas por hora na direção horizontal; e ele deve alcançar uma altitude de mais de 100 milhas.⁴⁰

De acordo com Verstraete (2004), os exemplos (a) e (b) devem ser analisados como subjetivos, em paralelo com a modalidade epistêmica; o exemplo (c) deve ser interpretado como objetivo; e casos como o (d) devem ser analisados como inerentes, devido à sua semelhança funcional com os modais dinâmicos de habilidade e volição.

Os exemplos (a) e (b) seriam classificados como representativos da modalidade objetiva, na proposta da GF, implicando que a função do modal nesses casos é prover uma avaliação da atualização do EC em termos do conhecimento do Falante sobre convenções ou regras morais. No entanto, para Verstraete (2004), nesses dois exemplos, o Falante expressa seu comprometimento com a permissão e a obrigação instauradas, respectivamente, por meio dos modais deônticos ‘poder’ e ‘dever’. Assim, são admitidas paráfrases como ‘Eu não permito a você ver Izzy.’ em (a) e ‘Eu o obrigo a agir.’ em (b).

³⁷ “I need to see Izzy”, I said. “I told you, she’s sound asleep. Deeply asleep” “May I see for myself?” “You may not, you shit-sucking liar!” (VERSTRAETE, 2004, p.253)

³⁸ There is a crisis and he must act now. (VERSTRAETE, 2004, p.253)

³⁹ But Ramadan means more than just physical deprivation. It has spiritual and moral obligations, too. Followers must refrain from bad thoughts, words and actions, perform special acts of charity and spend even more time than usual in worship. (ibid., p.253)

⁴⁰ But to reach orbit a n object must accelerate to a speed of about 17,500 miles per hour in a horizontal direction; and it must reach an altitude of more than 100 miles, in order to be clear of the atmosphere. (ibid., p.253)

Além disso, deve-se analisar a desejabilidade das ações, ou seja, aquilo que é esperado pelo Falante. Em (a) e (b) temos que o Falante é a própria fonte deôntica, logo, ele está particularmente interessado que a proibição instaurada em (a) e a obrigação instaurada em (b) sejam cumpridas. Observa-se, assim, que há um comprometimento com os valores deônticos, não com a verdade da proposição, o que indica que nesses casos o Falante está agindo interpessoalmente ao invés de estar avaliando descritivamente. Portanto, em termos de função, esses dois usos de modais deônticos se aproximam da modalidade subjetiva, na qual o Falante expressa seu comprometimento. Daí temos que, para Verstraete (2004), com quem concordamos, os “modais deônticos podem ser tão subjetivos quanto os epistêmicos, a diferença é que o comprometimento em questão não concerne à verdade da proposição, mas à desejabilidade das ações”. (VERSTRAETE, 2004, p.255)⁴¹

Segundo Verstraete (2004), a função do modal deôntico expresso no exemplo (c), por outro lado, é apenas a de reportar uma obrigação particular, sem que haja, necessariamente, o comprometimento do Falante, visto que ele não é a fonte da obrigação. Nesse sentido, não seria possível uma paráfrase do tipo ‘Eu quero que os seguidores do Ramadan se refreiem’. Mas, nesse caso, como a obrigação expressa pelo modal ‘*must*’ implica a existência de uma fonte externa, o autor propõe que seja interpretado como objetivo. Visto que em (c) não temos a expressão da expectativa pessoal do Falante quanto ao valor deôntico instaurado, mas apenas a menção do mesmo, tal exemplo deve ser analisado como motivado pelo nível representacional.

Em exemplos como (d), como podemos observar, o valor deôntico não é expresso por uma fonte deôntica: o que há, simplesmente, é a existência de uma necessidade interna ao EC, isto é, inerente à situação. Daí a proposta de Verstraete (2004) de que exemplos como esse sejam classificados como inerentes, pois, de acordo com o linguista, modais dinâmicos de habilidade e volição nunca envolvem nenhuma fonte externa, mas são inteiramente internos ao EC. Tal justificativa exclui exemplos como (b) de serem agrupados na categoria inerente, visto que, em (b), há uma fonte deôntica. A ausência de uma fonte deôntica em casos como (c) indica que eles devem ser analisados como motivados não pelos níveis interpessoal ou representacional, mas pela natureza inerente do próprio EC.

⁴¹ (...) *deontic modals can be subjective just like epistemic ones, the only difference is that the commitment in question does not concern the truth of propositions, but the desirability of actions.* (VERSTRAETE, 2004, P.255)

Ainda que sejam várias as propostas tipológicas das modalidades linguísticas, podemos observar que elas não são completamente isoladas umas das outras, havendo pontos de concordância e discordância entre algumas delas. Por exemplo, em Lyons (1977), temos que uma sentença modalizada deonticamente expressa um Estado-de-Coisas a ser obtido, mas não descreve um ato, logo, não constitui um enunciado sobre o qual seu valor veredictório possa ser avaliado. Para Dik (1997), o mesmo se aplica, pois a modalidade deôntica toma como escopo a predicação, não havendo comprometimento do Falante com a verdade da proposição. Contudo, diferentemente desse autor, aquele primeiro admite a modalidade deôntica subjetiva, que se caracteriza pelo comprometimento pessoal do Falante com o valor deôntico instaurado – proposta com a qual Verstraete (2004) concorda. Lyons (1977) propõe, em contrapartida, a modalidade deôntica objetiva, que se caracteriza pelo não comprometimento pessoal do Falante com o valor deôntico instaurado. Por meio desse tipo de modalidade, o Falante pode mencionar um valor deôntico, o que vai ao encontro da função objetiva da modalidade deôntica proposta por Verstraete (2004); ou afirmar sua existência, estando, assim, de acordo com a função inerente da modalidade deôntica proposta por Verstraete (2004).

Se, em Dik (1997), temos a análise da oração a partir da seleção de itens lexicais para que haja a expansão gradual da estrutura subjacente, em Hengeveld e Mackenzie (2008) temos o caminho inverso: o ato discursivo é a unidade básica de análise, o alicerce das unidades linguísticas de níveis mais baixos, ou seja, inicia-se a análise com a formulação da intenção do Falante até que haja a realização da expressão linguística. Esses autores propõem que a representação subjacente de uma sequência linguística seja feita não por meio de camadas, mas de quatro níveis de organização: um interpessoal, pragmaticamente formulado; um representacional, semanticamente codificado; um morfossintático, morfossintaticamente codificado; e um fonológico, fonologicamente codificado.

Desse modo, esses quatro níveis estão relacionados com a classificação das categorias modais propostas por Hengeveld e Mackenzie (2008), tomando-se como parâmetro o alvo e o domínio da avaliação de uma distinção modal. O primeiro parâmetro admite a distinção entre três tipos de modalidades: i) modalidade orientada para o participante, ii) modalidade orientada para a proposição e iii) modalidade orientada para o evento.

No tipo (i), o alvo da avaliação é o próprio participante de um evento descrito no enunciado. A possibilidade de ocorrência desse evento é analisada pelo Falante em termos da capacidade intrínseca do participante. Por exemplo, em “você tem que estar habilitado a nadar

(para participar deste curso)”⁴², temos que o participante ‘você’ é o alvo da avaliação e o Falante toma a capacidade intrínseca desse participante como base para avaliar se esse evento é possível, ou não, de ocorrer.

No segundo tipo, o alvo da avaliação é a proposição, isto é, a parte do enunciado que expressa o julgamento pessoal, as visões e as crenças do Falante. A modalidade orientada para a proposição diz respeito ao grau de comprometimento do Falante com sua própria proposição. Em “Provavelmente/ evidentemente/ indubitavelmente Sheila está doente”⁴³ temos que o conteúdo proposicional ‘Sheila está doente’ é modificado por um dos advérbios que o antecedem, podendo esse conteúdo ser avaliado quanto ao seu valor veredictório.

No tipo (iii), o alvo da avaliação é o próprio evento descrito no enunciado. Na modalidade orientada para o evento, o Falante avalia o *status* de realidade de um evento sem, contudo, se comprometer com seu julgamento. Em “Certamente, ele deve ter esquecido”⁴⁴, temos que a proposição ‘ele deve ter esquecido’ é modificada pela expressão modal orientada para a proposição, ‘certamente’. Além disso, o verbo modal orientado para o evento, ‘deve ter’, descreve a existência da possibilidade de ocorrência do EC, ‘ele esqueceu’. Ou seja, o Falante expressa sua certeza sobre a existência de uma possibilidade objetiva.

Ambas as modalidades orientadas para o participante e para o evento são denominadas objetivas, visto que, por meio delas, um Falante avalia seu enunciado sem, contudo, se comprometer com sua avaliação. Por outro lado, a modalidade orientada para a proposição é dita subjetiva, pois, por meio dela, um Falante se compromete pessoalmente com seu julgamento.

Enquanto o primeiro parâmetro está relacionado ao alvo, o segundo diz respeito à perspectiva da qual uma avaliação é feita, ou domínio da avaliação de uma distinção modal. Sob esse viés, admitem-se cinco tipos de modalidades. A modalidade facultativa, ou dinâmica, expressa as capacidades intrínsecas ou adquiridas, distinção feita em algumas línguas, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008). A modalidade deôntica diz respeito ao que é legal, moral ou socialmente admitido. A modalidade evidencial exprime a fonte da informação presente no

⁴² *You have to be able to swim (to participate in this course)*. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.213)

⁴³ *Probably/ evidently/ undoubtedly Sheila is ill*. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.151)

⁴⁴ *Certainly, he may have forgotten*. (*ibid.*, p.174)

enunciado. A modalidade volitiva, por sua vez, está relacionada ao que é desejável, enquanto a modalidade epistêmica está relacionada ao que se sabe ou se conhece sobre o mundo.

Admite-se, ainda, a combinação entre essas modalidades citadas no parágrafo anterior e os três tipos de alvo de avaliação modal, contabilizando um total de dez subtipos modais, brevemente explicados a seguir.

Enquanto os modais dinâmicos orientados para o participante expressam a habilidade do participante do enunciado envolver-se no evento descrito no mesmo enunciado, os modais dinâmicos orientados para o evento expressam as condições físicas ou circunstanciais que permitem a ocorrência desse evento. Os modais deônticos orientados para o evento expressam o que é obrigatório ou permitido no evento descrito no enunciado, com base em um sistema de convenções moral ou legal. Já os modais deônticos orientados para o participante instauram uma obrigação ou uma permissão que recai sobre o participante do evento descrito no enunciado. Note-se que não há uma relação entre modais deônticos e modalidade orientada para a proposição, pois esta representa as visões e crenças dos Falantes e, portanto, é subjetiva, não havendo, assim, contemplação da modalidade deôntica em exercício da função interpessoal.

Modais volitivos orientados para o evento caracterizam o evento descrito em um enunciado em termos do que é desejável ou indesejável, enquanto esses mesmos tipos de modais, quando orientados para o participante, expressam o desejo do participante de se envolver no evento descrito no enunciado. Quando orientados para a proposição, os modais volitivos caracterizam a atitude volitiva do Falante.

Os modais epistêmicos podem estar orientados para a proposição ou para o evento. Quando orientados para a proposição, expressam o grau de certeza do Falante quanto ao conteúdo proposicional de seu enunciado. Quando orientados para o evento, caracterizam a possibilidade de ocorrência do evento designado no enunciado, com base no conhecimento do Falante sobre o mundo. Os modais evidenciais, por sua vez, são orientados para a proposição e exprimem como a informação descrita no enunciado do Falante passou a ser de seu conhecimento.

Explicitadas as propostas tipológicas de alguns estudiosos da categoria modalidade sob o viés linguístico e assumido nosso posicionamento quanto ao tratamento das noções de

habilidade, capacidade e disposição, passemos, a seguir, à discussão dos meios pelos quais essa categoria se manifesta em uma língua natural.

3.3 A manifestação da modalidade

Quanto à sua expressão, a modalidade pode ser cifrada por diversos meios linguísticos, como aponta Pessoa (2007), sejam de ordem morfológica, lexical, sintática ou até mesmo prosódica, podendo ocorrer simultaneamente.

Para Palmer (1986), a modalidade não é intrínseca ao verbo e pode ser marcada por verbos auxiliares modais, pelo modo e mesmo por partículas fora do complexo verbal. Devemos, contudo, ser cuidadosos em nossa análise, principalmente quanto aos verbos modais, pois ora podem configurar um sentido relacionado ao eixo do conhecimento, ora relacionado ao eixo da conduta, sendo, assim, polissêmicos, como se pode depreender em Verstraete (2001), quando o autor faz referência ao sistema modal do inglês:

(...) eles formam uma categoria clara, unitária, cuja base é bem delineada na morfossintaxe e podem preencher ambas as funções interpessoais e ideacionais. Alguns modais claramente servem para codificar uma posição do Falante com respeito ao conteúdo proposicional da cláusula, seja em termos de comprometimento epistêmico, de probabilidade ou possibilidade, ou em termos de comprometimento deontico, de obrigação ou permissão (VERSTRAETE, 2001, p.1506).⁴⁵

Convocamos a observação sobre o sistema linguístico citado acima, em particular, porque trabalharemos com um *corpus* em língua inglesa, a fim de evitarmos possíveis problemas de tradução. É, portanto, extremamente importante a compreensão sobre seus elementos constitutivos, bem como sobre seu funcionamento.

Assim, um enunciado retirado de seu contexto, como “Aquela mulher pode fazer alguém fazer tudo o que ela quer”⁴⁶, o verbo modal ‘poder’ admite três interpretações: i) a mulher tem a capacidade física/ moral/ intelectual de fazer alguém proceder como ela queira; ii) a ela foi concedida a permissão de agir daquela maneira porque sua autoridade foi reconhecida (se ela for chefe de uma empresa, por exemplo); iii) há a possibilidade de que aquela mulher se comporte do modo descrito no enunciado. Temos, portanto, em (i), a expressão de uma capacidade dinâmica, em (ii), uma permissão deontica e, em (iii), uma

⁴⁵ (...) they form a clear, unitary category, which is neatly delineated on morphosyntactic grounds and can fulfill both interpersonal and ideational functions. Some modals clearly serve to encode a position of the speaker with respect to the propositional content of the clause, either in terms of epistemic commitment to probability or possibility, or in terms of deontic commitment to obligation or permission. (VERSTRAETE, 2001, p.1506)

⁴⁶ Oração retirada e traduzida do *corpus*. Trecho original: *That woman can make one do anything she wants* (WILDE, 2002, p.52)

possibilidade epistêmica. Daí a importância de, em uma análise, levarmos em consideração o contexto e os elementos que o compõem: o propósito comunicativo e os interlocutores. Justificamos, assim, mais uma vez, a escolha pelo tratamento funcionalista dado à nossa investigação.

Neves (1996, 2006) apresenta, também, alguns meios linguísticos pelos quais a modalidade pode ser expressa. A saber: verbos modais, verbos plenos, advérbios, adjetivos em posição predicativa, substantivo, categorias gramaticais do verbo (modo, tempo, aspecto), expedientes puramente sintáticos (unipessoalização e apassivação) e meios prosódicos. Quanto aos verbos modais, assim como Verstraete (2001), Neves (2000) também chama nossa atenção para o caráter polissêmico desse meio linguístico que, como a autora explica, já era considerado por Aristóteles.

Koch (2004), por sua vez, aponta os tempos e modos verbais, os verbos auxiliares modais (poder, querer, dever, etc.), os performativos explícitos (eu obrigo, eu proíbo, eu permito, etc), os predicados cristalizados (é obrigatório, é permitido, é proibido, etc.) e os advérbios modalizadores (obrigatoriamente, certamente, possivelmente, etc.), mas não se limita a esses exemplos. A autora também entende ser um elemento modalizador aquele que indique a atitude do locutor com o enunciado em relação ao evento de produção do mesmo.

O estudo desenvolvido por Jäeger (2012) também é relevante para a nossa investigação por abordar os valores de obrigação e necessidade expressos por adjetivos, verbos lexicais e semi-modais na língua inglesa, em particular.

Como exposto acima, Palmer (1986) e Neves (1996) reconhecem que a categoria modo pode expressar uma modalidade, ou seja, aquela está a serviço desta, mas não o contrário. Além disso, os autores não as equiparam, reconhecendo que cada uma tem suas peculiaridades. Portanto, com a finalidade de evitar qualquer possível problema quanto à definição de modalidade por nós apresentada e assumida, faz-se relevante que façamos, também, uma diferenciação entre as categorias de modo e de modalidade. Entendemos que há uma relação estreita entre ambas e diferentes tomadas de posicionamento dentre os estudiosos.

Para Ramalle (2005), o modo é um dos meios pelos quais a modalidade pode ser marcada em espanhol. A autora apresenta o indicativo como o modo da objetividade, “*seguro*

y *tangible*” (RAMALLE, 2005, p.501)⁴⁷, ao passo que o uso do subjuntivo por um Falante daquela língua geralmente está relacionado à expressão de suas atitudes em seus enunciados.

Para alguns, como Menezes (2006, p. 46), a modalidade é compreendida como uma categoria mais ampla e abrange a categoria denominada modo sem, contudo, limitar-se à extensão dela. Para chegar a tal conclusão, a autora discorre sobre as distinções feitas por Pottier (1976), Hoye (1997) e Palmer (1986). Para o primeiro, a categoria modo está relacionada às ideias de indicativo, subjuntivo e imperativo, ou seja, ao verbo, ao passo que modalidade envolve noções mais amplas como obrigação, volição, possibilidade, etc. Para o segundo, modo é uma categoria gramatical, enquanto modalidade diz respeito a todo o campo dos contrastes modais. Para o terceiro, a distinção entre essas categorias envolve três questões centrais, explicitadas a seguir.

A primeira questão diz respeito à relação tradicionalmente feita entre as categorias verbo e modo, que, juntamente com tempo e aspecto, compõem os traços morfossintáticos do verbo. Contudo, dados os diferentes meios pelos quais a modalidade pode ser expressa nas diferentes línguas naturais, conclui o autor que sua expressão não se restringe à morfologia verbal. Ou seja, nos termos de Palmer (1986, p.21), a categoria de modo está formalmente ligada à morfossintaxe do verbo, ainda que suas funções semânticas atuem em toda a extensão da sentença. Assim, o autor entende ser o modo uma categoria sintática codificada na forma de verbo, cuja restrição à morfologia verbal o desautoriza de atuar em um sistema gramatical não marcado pelo verbo. Modalidade, por outro lado, nem sempre é expressa por um verbo, podendo ser codificada por diferentes meios linguísticos e até mesmo por partículas separadas do verbo, dependendo das características de cada língua.

A segunda questão, para Palmer (1986, p.22), diz respeito ao fato de que os modos das línguas detêm uma variedade de funções semânticas, especialmente o subjuntivo, e a escolha entre uma função em detrimento de outra é mais determinada gramaticalmente do que por meio de significados modais. Por fim, a última questão apontada pelo autor diz que uma análise dos modos de uma língua, nos termos tradicionais, é problemática porque geralmente está restrita apenas ao indicativo, subjuntivo e optativo. Contudo, para muitas línguas naturais existentes no mundo, esses termos seriam de pouca serventia, devido à existência de outras categorias, algumas até marcadas totalmente na morfologia verbal.

⁴⁷ (...) seguro e tangível (...). (RAMALLE, 2005, p.501)

Entendemos, assim, que as categorias de modo e modalidade, ainda que estejam relacionadas, na medida em que uma pode servir de expressão da outra, não podem ser entendidas como equivalentes. Ainda que apresentem semelhanças, também apresentam diferenças e são essas que nos ajudam a estabelecer as distinções e os limites de ambas.

3.4 Síntese

No presente capítulo, abordamos brevemente o tratamento dado à categoria modalidade pelos lógicos, visto que as noções desenvolvidas por eles – *dictum, modus*, necessidade, possibilidade, eixos conceituais – foram de grande importância para o desenvolvimento dos estudos linguísticos sobre tal categoria. Apresentamos, assim, os três tipos clássicos de modalidade que derivaram da ampliação daquelas noções iniciais. Foram elas: a modalidade alética, situada no eixo da existência e relacionada à veracidade das proposições, não constituindo assunto de interesse para a Linguística, apenas para a Lógica modal; a modalidade deôntica, situada no eixo da conduta e estando relacionada à necessidade (obrigação) ou possibilidade (permissão) de atos executados por agentes moralmente responsáveis; e a modalidade epistêmica, situada no eixo do conhecimento, responsável por marcar o grau de comprometimento de um Falante com seu enunciado.

Após situarmos a categoria modalidade na Linguística, abordamos as propostas tipológicas de alguns autores, como Lyons (1977), Palmer (1986), Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008), Dik (1997), Verstraete (2004), Hengeveld e Mackenzie (2008), dentre outros. Vimos que há uma tripartição clássica da categoria modalidade em alética, epistêmica e deôntica. Dentre esses, apenas os dois últimos tipos são considerados modalidades linguísticas, pois a modalidade alética se relaciona apenas ao caráter veridictório das proposições nos mundos possíveis, classificando-se como modalidade lógica.

Explicamos que a modalidade epistêmica se situa no eixo do conhecimento e expressa a opinião pessoal do Falante, em oposição às sentenças que expressam fatos. Além disso, neste tipo de modalidade, o Falante qualifica explicitamente seu comprometimento com a verdade da proposição em termos de certeza, probabilidade, possibilidade, improbabilidade e impossibilidade.

Quanto à modalidade deôntica, essa está situada no eixo da conduta e diz respeito ao que é legal, moral, socialmente admitido. Valores como obrigatório, aceitável, permitido, inaceitável, proibido são expressos em enunciados deonticamente modalizados. Ao apresentarmos algumas propostas tipológicas, nos posicionamos em relação a pontos

divergentes na literatura sobre esse tipo de modalidade, como, por exemplo, assumimos o tratamento das noções de habilidade e capacidade no campo da modalidade deôntica, mediante análise do contexto em que se insere o enunciado. Entendemos, também, que esse tipo de modalidade designa um EC a ser obtido caso o ato seja realizado e é caracterizado pela presença de um elemento de vontade relacionado à ação descrita no EC. Assumimos, também, com Verstraete (2004), a expressão da subjetividade por meio de modais deônticos quando esses expressam o comprometimento do Falante com o valor deôntico instaurado, devido ao alto grau de desejabilidade de ações.

Explicitamos, ainda, que, por se tratar de um panorama geral das propostas tipológicas de alguns estudiosos, não nos aprofundaríamos, naquele momento, no tipo modal que é objeto de nosso estudo, discussão feita no próximo capítulo.

Compreendemos que há mais de uma maneira de se proceder em um estudo linguístico da modalidade, não havendo uma certa ou errada, mas, sim, apropriadas para o cumprimento dos objetivos de um estudo. Dessa forma, alguns autores direcionam o foco para um componente específico, seja a sintaxe, a semântica ou a pragmática, ao tratar da modalidade, por entenderem ser a maneira apropriada para o cumprimento do que eles se propuseram investigar. Em nossa pesquisa, entendemos que a integração desses componentes é essencial, já que nosso interesse está nos efeitos de sentidos causados pelos modalizadores deônticos.

Por fim, apresentamos os meios pelos quais a categoria modalidade pode ser expressa em uma língua natural e expusemos o posicionamento de alguns autores sobre as categorias modo e modalidade. Mediante a necessidade de uma tomada de posição sobre tal assunto, optamos por tratá-las como categorias distintas, ainda que reconheçamos a existência de uma relação entre elas, pois entendemos que a categoria modo pode servir de expressão da modalidade sem estar restrita a ela.

Discutidas as problemáticas acerca da categoria modalidade, trataremos, no próximo capítulo, das características e de aspectos relativos a um tipo específico de modalidade: a deôntica. Discorreremos, portanto, mais detalhadamente, sobre temas não tratados no presente capítulo, ou apenas tratados superficialmente, que são pertinentes e relevantes para o desenvolvimento de nossa pesquisa e alcance de nossos objetivos.

4 MODALIDADE DEÔNTICA

4.1 Características em discussão

Após fornecermos uma visão do tratamento da modalidade na Linguística e das tipologias na literatura sobre tal categoria, faz-se necessário tecermos algumas considerações mais específicas sobre o assunto, tomando em particular a modalidade do tipo deôntica, foco de nossa pesquisa.

Algumas características desse subtipo da categoria modalidade já foram brevemente introduzidas em capítulos anteriores. Por exemplo, no capítulo 3, estabelecemos a relação entre esse subtipo modal e o eixo da conduta, o que justifica a expressão dos valores de obrigação, proibição e permissão por meio do uso desse subtipo modal. Dissemos, ainda, que um enunciado deonticamente modalizado descreve um EC a ser obtido e se caracteriza por conter um elemento de vontade. No segundo capítulo, ao apresentarmos a proposta da oração em camadas de Dik (1997), situamos a modalidade deôntica na predicação, camada na qual temos um EC localizado e qualificado.

O termo ‘deôntico’, como aponta Lyons (1977, p.823), tem sua origem na palavra grega *deon*, que significa ‘o que é obrigatório’ e diz respeito à lógica da obrigação e da permissão. Daí a modalidade deôntica estar relacionada à necessidade ou possibilidade dos atos de agentes moralmente responsáveis. Essa modalidade parece ter origem, de acordo com o autor, nas duas funções mais básicas da linguagem, que se caracterizam como ontogenéticas, ou seja, estão associadas aos primeiros estágios do seu desenvolvimento: as funções desiderativa e instrumental.

Lyons (1977, p.826) explica que, respectivamente, na primeira função citada no parágrafo anterior, a língua é usada para expressar ou indicar vontades e desejos, ao passo que, na segunda, o Falante usa a língua para impor seus desejos e, assim, fazer com que os interlocutores ajam de acordo com a vontade dele. Podemos perceber, portanto, que há uma relação entre essas funções. Entendemos que um enunciado desiderativo como “Eu quero o livro”, em que uma vontade é expressa, pode ser confundido com um sentido instrumental de “Dê-me o livro”, em que o Falante tenta regular a conduta do interlocutor por meio de uma ordem.

Ao tratarmos de modalidade deôntica, devemos entender que esse subtipo modal está relacionado à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente

responsáveis, como aponta Lyons (1977, p.823). Isso nos leva a concluir que o Falante está condicionado ao traço semântico [+controle], relacionado ao agente modal, proposto por Dik (1997), enquanto o Ouvinte julgará o valor de necessidade deôntica ou possibilidade deôntica da proposição, para que enfim execute-a, ou não. Podemos depreender, ainda, de Lyons (1977), que, além do reconhecimento da autoridade de um agente moralmente responsável, por parte do Ouvinte, o reconhecimento da força ilocucionária do ato de fala também constitui um traço relevante, exercendo influência na realização de um EC.

Lyons (1977, p.823, 824) estabelece algumas características que atuam conjuntamente na modalidade deôntica, caracterizando-a. A primeira delas diz respeito à relação existente entre a modalidade deôntica e a possibilidade ou necessidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis. Descrevemos, assim, um EC que será obtido, ou não, ao instaurarmos um valor deôntico, pois, quando impomos uma obrigação a alguém, não estamos descrevendo uma performance, futura ou presente, do ato.

A segunda característica diz respeito à ligação intrínseca existente entre modalidade deôntica e futuridade. O Estado-de-Coisas descrito na proposição só poderá ser obtido em um momento futuro, próximo ou distante, à enunciação do mesmo. Dessa forma, ao impormos um valor deôntico a alguém, ele só pode ser cumprido, se o for, em um tempo futuro.

A terceira característica, que é de ajuda para que se estabeleça a diferença entre enunciados deôntica e epistemicamente modalizados, está relacionada ao reconhecimento de uma fonte (*source*) deôntica. Essa entidade pode ser uma pessoa ou uma instituição, que instaura uma necessidade ou possibilidade deôntica que recai sobre um alvo deôntico, que também pode ser uma pessoa ou uma instituição, que avaliará o EC da proposição e cumprirá, ou não, o valor deôntico instaurado. Assim, alguém admite que é obrigado a executar um EC porque reconhece a autoridade de outro alguém, fonte instauradora da obrigação.

Ao instaurar um valor deôntico (obrigação, permissão, proibição), a fonte deôntica pode partir de normas legais, morais, sociais, ou inclusive de uma compulsão interna. Essas noções de obrigação podem variar, como nos mostra Lyons (1977, p.825), uma vez que são dependentes da cultura, e não puramente da linguagem, e devem se correlacionar a crenças institucionalizadas e normas de conduta. Isso significa dizer que os valores da sociedade inglesa atual, por exemplo, não são os mesmos valores que foram compartilhados por seus membros em outra época, como na era vitoriana, em que se situa nosso *corpus*.

O passar do tempo e as mudanças das necessidades humanas fazem com que os valores compartilhados por membros de uma sociedade passem por mudanças. É possível, contudo, através de estudos de ordem linguística, recuperarmos estes valores. Por isso, nos propomos investigar, a partir da análise e descrição dos modalizadores deônticos, como os processos de construção discursiva realizados pelos personagens da peça que constitui nosso *corpus* revelam valores da sociedade em que se inserem, pois, de acordo com Lyons (1997):

Na maioria das sociedades, as obrigações legais e morais geralmente aceitas que governam a conduta de seus membros estão associadas às tradições e mitos dessas sociedades com alguma autoridade divina, heroica e secular que cria as obrigações por meio de diretivos; e família, sacerdotes, juízes e outros que estabelecem e mantêm as normas de conduta no interior da sociedade por meio de declarações deônticas (...) (LYONS, 1977, p.829)⁴⁸.

Lyons (1977, p.838) chama nossa atenção para uma relação entre sentenças imperativas e a modalidade deôntica. Ainda que essas sentenças sejam comumente usadas pelos falantes de uma língua para a imposição de ordens, o autor observa que elas também podem conceder permissão. O autor cita, como exemplo, a resposta que damos quando alguém bate na porta, que é, por convenção, uma ação entendida como um pedido de permissão para entrar. Assim, ao enunciarmos “Entre!”, mediante tal situação, estamos, na verdade, concedendo uma permissão e não instaurando uma ordem. O mesmo ocorre, ainda conforme Lyons (1977, p.838), com as instruções “Siga!” ou “Atravesse agora!” associadas à luz verde do semáforo. Elas não impõem ao motorista ou pedestre a obrigação de se comportar ou não se comportar de determinada maneira: elas removem uma proibição e, assim, criam ou mantêm uma permissibilidade.

Em Palmer (1986), temos a modalidade deôntica caracterizada como “contendo um elemento de desejo” (PALMER, 1986, p.96)⁴⁹, associando-se a ela significados de ação – realizadas pelo próprio Falante ou pelo Ouvinte. A partir de uma relação, estabelecida pelo autor, entre a categoria modalidade e a teoria dos atos de fala, tem-se que os dois tipos de atos mais importantes, segundo o autor, são os Diretivos e os Comissivos. Justifica-se essa assertiva pelo fato de ambos serem não só subjetivos como também performativos, iniciando a ação por

⁴⁸ *In most societies the generally accepted moral and legal obligations governing the behaviour of their members are associated in the traditions and myths of these societies with some identifiable divine, heroic or secular authority which created the obligations by means of a directive; and parents, priests, judges and others who establish and maintain the norms of conduct within the society by means of deontic statements (...).* (LYONS, 1977, p.829)

⁴⁹ (...) ‘containing an element of will’. (PALMER, 1986, p.96)

um dos interlocutores e estando relacionados à noção de futuridade, seja um futuro imediato, próximo ou distante.

Comissivos estão relacionados ao comprometimento do Falante em executar uma ação, como explica Palmer (1986, p.115). Incluem, por exemplo, promessas ou ameaças, já que elas sempre se referem ao futuro, e correspondem à atribuição de uma obrigação feita pelo Falante a si mesmo. A fim de elucidar, o autor cita o verbo modal *shall*, do inglês, que indica referência futura quando usado na primeira pessoa. Contudo, quando usado com segunda e terceira pessoas, o efeito semântico obtido é diferente:

a) *You shall go to the circus.* (Você vai para o circo.)

b) *John shall have the book tomorrow.* (João vai ter o livro amanhã.)

Em (a) e (b) acima, retirados de Palmer (1986, p.115), além de meramente expressar uma futuridade, o uso do modal *shall* assegura a ocorrência das ações. O efeito obtido em (a) é o comprometimento do Falante, por meio de uma promessa, de garantir que o Ouvinte irá ao circo. O mesmo ocorre em (b), cuja promessa é de que João receberá o livro.

Diretivos, para Palmer (1986, p.97-100), são atos que usamos quando queremos que nosso ouvinte execute um EC. Eles se caracterizam por conter um sistema básico de fraca e forte modalidade deôntica que pode ser codificada, respectivamente, pelos verbos modais *may* e *must*. Assim, *may* está relacionado ao valor de permissão, expressando possibilidade deôntica, ao passo que *must* relaciona-se ao valor de obrigação, expressando uma necessidade deôntica. Nos exemplos abaixo, Palmer (1986, p.98) demonstra esses valores:

c) *John may come tomorrow.* (João pode vir amanhã.)

d) *John must come tomorrow.* (João tem que vir amanhã.)

Estamos cientes de que as frases estão fora de um contexto real de uso, portanto, sabemos que outras interpretações seriam possíveis, dado o caráter polissêmico dos verbos modais apresentado no capítulo anterior. No caso do ‘*may*’, uma interpretação epistêmica, na qual a sentença expressaria possibilidade, seria ‘João talvez venha amanhã’; com ‘*must*’, a expressão de probabilidade seria ‘João deve vir amanhã’. Contudo, nos restringiremos ao tratamento da modalidade deôntica, visto ser ela o objeto de nossa investigação. Podemos observar, portanto, que, em (c), o valor de permissão foi utilizado, indicando que a João é

permitido vir amanhã, ao passo que, em (d), uma necessidade deôntica recaiu sobre João, obrigando-o a vir amanhã.

Palmer (1986) opta por classificar outros dois tipos de modalidades apresentadas por ele (Volitiva e Avaliativa) sob o termo ‘deôntico’, mas apenas por uma questão de conveniência, pois não são deônticas, em um sentido estrito. Contudo, visto que não expressam comprometimento do Falante com o conteúdo do seu enunciado, ou seja, dado seu caráter não epistêmico, o autor julga melhor inseri-las no terreno da modalidade deôntica, pois elas estão relacionadas, respectivamente, aos valores de volição/ desejo, esperança e à atitude apreciativa, valorativa do Falante.

Dessa forma, os Comissivos se aproximam dos Diretivos, porque ambos exprimem os valores deônticos de obrigação, permissão e proibição e contêm o traço de subjetividade. Por outro lado, os Volitivos e Avaliativos apenas têm em comum com aqueles a segunda característica. Parece nos, portanto, que a subjetividade é um traço essencial para a definição de modalidade em Palmer (1986). Assim, Menezes (2006) aponta que um enunciado apenas é caracterizado como deôntico se caracterizado subjetivamente – não sendo essa a única condição a ser satisfeita.

Dada a importância da subjetividade na caracterização de um enunciado deonticamente modalizado, passaremos a tecer algumas considerações sobre esse tipo de modalidade e a função referencial, à qual ela está associada, segundo a proposta da Gramática Funcional de Dik (1997). Mostraremos, ao longo dessas considerações, que há posicionamentos diferentes na literatura sobre a modalidade deôntica.

4.2 Modalidade deôntica e função referencial

Diante de toda a discussão desenvolvida até este ponto, incluindo questões como, por exemplo, subjetividade, comprometimento do Falante, avaliação do Falante, etc., pode ficar, de algum modo, subentendido que a modalidade deôntica está relacionada à função interpessoal, descrita por Gouveia (2009, p.16), como a função que usamos para

(...) codificar interação e mostrarmos quão defensáveis achamos as nossas posições, os nossos enunciados. Ajuda-nos, portanto, a codificar significados de atitudes, interação e relações sociais, isto é, significados interpessoais. (GOUVEIA, 2009, p.16)

No entanto, a proposta da Gramática Funcional, enquanto teoria sobre a capacidade linguística dos NLUs (Usuários de uma Língua Natural), se volta para os significados sociais refletidos nas gramáticas das línguas. Nessa abordagem, a classificação dos tipos de modalidade é realizada com relação ao nível da estrutura da cláusula no qual se encontra o elemento modalizador. No caso da modalidade deôntica, que toma como escopo a segunda camada, situando-se no nível da predicação, exerce a função representacional.

Tal posicionamento, no entanto, não é ponto pacífico na comunidade linguística. Argumenta Verstraete (2004) que as três modalidades propostas por Dik (1997), a inerente, a objetiva e a subjetiva, podem ser expressas por modais deônticos. A proposta daquele autor parece levar em alta consideração a fonte deôntica como base para sustentar tal afirmação. Como discutido no capítulo anterior ao apresentarmos algumas propostas tipológicas, para Verstraete (2004), não se deve realizar a distinção das modalidades em objetiva e subjetiva apenas em função da camada de atuação do modalizador; é preciso levar em consideração a desejabilidade das ações.

Isso porque, como explica Verstrate (2004), os modais deônticos podem: i) expressar o comprometimento do Falante com o valor deôntico instaurado tendo o próprio Falante como fonte deôntica (ser ou instituição que instaura um valor deôntico) e, assim, serem interpretados como subjetivos; ii) não expressar o comprometimento do Falante com o valor deôntico instaurado, visto que ele não é a fonte deôntica, sendo, portanto, objetivos; e iii) expressar um valor deôntico sem designar uma fonte deôntica, classificando-se como inerentes.

O autor explica, ainda, que a não consideração do traço de subjetividade na modalidade deôntica na proposta de Dik (1997) é uma consequência natural do modelo de camadas subjacentes proposto por esse linguista. A função subjetiva é compreendida como o comprometimento do Falante com a verdade de seu enunciado. Ora, na proposta da Gramática Funcional, a única parte do enunciado que pode ser avaliada em termos de seu valor de verdade é a proposição e não a predicação, camada essa em que atuam os modalizadores deônticos.

Nesse sentido, a associação com diferentes camadas necessariamente implica mudança de operadores, não permitindo que ambas as modalidades epistêmica e deôntica sejam subjetivas. Em termos de estrutura subjacente, temos que todas as camadas são consideradas relevantes para todas as orações e, mesmo que não haja operadores e satélites explícitos, ainda assim, faz-se necessário explicitarmos os espaços vazios com o símbolo 'Ø', como demonstramos no segundo capítulo, pois eles indicam que os operadores e satélites

correspondentes àquelas camadas podem ser especificados em outras circunstâncias. Desse modo, mesmo que tivéssemos a modalidade deôntica subjetiva com um operador na predicação, ainda assim a estrutura requer um operador epistêmico na proposição, esteja ele explícito ou não.

Já para Verstraete (2004), a presença ou ausência de uma fonte deôntica associada ao elemento de desejabilidade de ações, isto é, o desejo de que uma ação seja realizada, faz com que a modalidade deôntica assuma tanto a função representacional, como proposto por Dik (1997), quanto a função interpessoal. No caso expresso em (i), anteriormente, entende-se que a função interpessoal é expressa, visto que o fato de o Falante ser a própria fonte deôntica faz com que o grau de desejabilidade e subjetividade seja elevado. Em (ii) e (iii), tem-se a expressão da função referencial, pois não há comprometimento pessoal do Falante com o valor deôntico.

Entendemos, também, que a modalidade deôntica não é contemplada em função subjetiva porque ‘função subjetiva’ é comumente compreendida como o comprometimento do Falante com o valor de verdade de seu enunciado. No entanto, se por ‘função subjetiva’ também considerarmos o comprometimento do Falante com a desejabilidade de ações, como propõe Verstraete (2004, 2005), a modalidade deôntica pode exercer a função subjetiva, mesmo que, em termos de estrutura subjacente, ela não tome como escopo a proposição.

Observamos, assim, que a questão da subjetividade na manifestação da modalidade deôntica tem sido assunto de discussão para autores renomados da área. Entendemos as tomadas de posicionamento acima explicitadas, mas devido à importância do assunto, julgamos importante nos posicionarmos. Portanto, concordamos com Menezes (2006, 2011) e Lopes (2014) e acreditamos ser possível, dentro do entendimento da modalidade, adicionarmos o traço de desejabilidade de ações, como aponta Verstraete (2004, 2005), ao entendimento de ‘subjetivo’ e interpretarmos esse traço como o comprometimento do Falante com a desejabilidade do EC descrito em seu enunciado. Tal compreensão permite uma análise da modalidade deôntica em função subjetiva ou não, pois, ao instaurar valores deônticos, um Falante pode se mostrar comprometido ou não com aquele EC.

4.3 Os valores deônticos

Quanto aos valores deônticos, para alguns estudiosos, a modalidade em foco neste trabalho estabelece um *continuum*, como demonstra Neves (1996, p.187), que vai do absolutamente obrigatório ao permitido, sem deixar de considerar o proibido. Outros optam por

apresentar os valores deônticos por meio de uma escala, na qual os valores são dispostos em uma reta, indicando o mais forte, o mais fraco, bem como os valores intermediários.

Mas, o problema com esse tipo de disposição, quando se trata da modalidade deôntica, é que se tende a ter como base uma escala originariamente construída com valores epistêmicos, realizando-se, portanto, apenas uma substituição de valores epistêmicos por valores deônticos. Contudo, diferentemente de expressões modais epistêmicas, “(...) expressões modais deônticas não formam uma escala perfeita, porque o parâmetro de informatividade ou força é cruzado por outras propriedades relacionadas às pressupostas atitudes do agente modal” (VERSTRAETE, 2005, p.1402)⁵⁰.

Tal fato ocorre porque, diferentemente da modalidade epistêmica, que lida com a plausibilidade das proposições, a modalidade deôntica lida com a desejabilidade das ações, ou seja, o desejo de que a ação descrita na oração venha a se realizar. Assim, quando uma pessoa ou instituição tem sua autoridade codificada linguisticamente por meio da modalidade deôntica, isso se dá em direção à desejabilidade do evento expresso na oração.

Portanto, expressões de obrigação e permissão carregam consigo outros traços além da força (‘forte’ ou ‘fraco’) como, por exemplo, a disposição do agente modal em levar a cabo uma ação. Explica Verstraete (2005, p.1409) que o domínio deôntico se dá em duas dimensões: além de expressar a força da atitude deôntica de uma fonte modal (a autoridade que instaura uma permissão ou uma obrigação), as expressões de permissão e obrigação também carregam diferentes pressuposições com relação à atitude do agente modal (aquele de quem se espera o cumprimento do valor deôntico instaurado). Desse modo, uma obrigação codifica uma forte atitude da fonte modal e pressupõe que o agente modal está indisposto/ sem vontade de realizar a ação designada na oração, ao passo que uma permissão codifica fraca atitude da fonte modal e pressupõe que o mesmo agente está disposto a realizá-la.

Outro ponto apresentado por Verstraete (2005) é a expectativa de atualização de uma ação, importante para diferenciar os valores deônticos de permissão e ausência de obrigação. Ainda que se situem dentro dos limites do domínio deôntico, os referidos valores não podem ser compreendidos como partes complementares da interpretação de um enunciado, pois criam expectativas de atualização opostas. Nesse âmbito, a ausência de uma obrigação não

⁵⁰ (...) *deontic modal expressions do not form a perfect scale, because the parameter of informativeness or strength is cross-cut by other properties relating to presupposed attitudes of the modal agent.* (VERSTRAETE, 2005, p.1402)

pode ser determinada de modo categórico como uma permissão, visto que os dois valores deônticos assumem diferentes atitudes do agente modal em relação à sua disposição/ vontade de realizar a ação.

Temos, no próprio sistema linguístico, índices que nos auxiliam a compreender tal oposição. Quando temos uma ausência de obrigação em um enunciado deonticamente modalizado, criamos a expectativa de não realização dessa ação. Por isso, na oração subsequente, quando a ação se atualiza, usa-se uma conjunção adversativa, como no exemplo dado por Verstraete (2005, p.1408): “Ele não era obrigado a ir, mas ele foi mesmo assim.”⁵¹. A expectativa que criamos ao lermos “Ele não era obrigado a ir” é de que a ação não tenha sido realizada, dada a ausência da obrigação. Mas, ao lermos a atualização da ação, temos o oposto da expectativa criada, logo, usa-se uma conjunção adversativa.

Por outro lado, o valor de permissão pressupõe que o agente está disposto a realizar a ação designada na oração e, portanto, a expectativa é de atualização da ação; espera-se que ela se realize. Assim, em “Ele tinha permissão de ir” (VERSTRAETE, 2005, p.1408) espera-se que a ação seja levada a cabo e que a oração subsequente seja do tipo “e ele foi”, dado o valor de permissão instaurado e a disposição do agente. Contudo, se na oração subsequente tem-se a negação da ação, como em “mas ele não foi”, faz-se necessário o uso da conjunção adversativa para exprimir a não realização da expectativa criada na primeira oração, como é o caso do exemplo citado por Verstraete (2005, p.1408): “Ele tinha permissão de ir, mas no fim ele não foi”⁵².

Perceba-se, portanto, que os dois valores deônticos discutidos, permissão e ausência de obrigação, pressupõem atitudes diferentes de quem vai, ou não, realizar a ação. Dessa forma, Verstraete (2005) conclui que permissão não é ausência de obrigação, e o contrário também é válido, visto que tais expressões carregam expectativas de atualização opostas.

Diferentemente, Lyons (1977), ao discutir os valores de obrigação, proibição e permissão que situam a modalidade deôntica no eixo da conduta, apresenta uma relação entre a possibilidade e a necessidade deônticas, como segue:

Se X não é obrigado a fazer *a* (em que *a* é um ato particular ou um ato geral), *lhe* é permitido não fazer *a*; e se ele é obrigado a fazer *a*, não *lhe* é permitido não fazer *a*

⁵¹ *He was not obliged to go, but he went anyway. (Ibid., p.1408)*

⁵² *He was allowed to go, but in the end he did not go. (Ibid., p.1408)*

(...). Também, se a X é permitido fazer *a*, então ele não é obrigado a não fazer *a*, e se a X não é permitido fazer *a*, ele é obrigado a não fazer *a* (LYONS, 1977, p.832)⁵³.

É através do jogo de afirmação e negação, isto é, da polaridade em relação aos valores deônticos que Lyons (1977), estabelece as relações acima citadas. Temos, então, que, para o autor, a não obrigação corresponde a uma permissão de não fazer; a obrigação é uma não permissão de não fazer; a permissão equivale à não obrigação de fazer; e a não permissão corresponde à obrigação de não fazer. Delineia-se, assim, um eixo onde se localizam o obrigatório, o permitido e o proibido.

Entendemos que a relação entre modalidade e polaridade não deve ser determinada de modo categórico, mas, sim, ser sempre objeto de análise dentro de um determinado contexto comunicativo. Tomemos como exemplo os verbos auxiliares “dever” e “precisar”. O primeiro expressa uma obrigação em “Você deve fazer isto”, enquanto sua negação corresponde a uma proibição no exemplo “Você não deve fazer isto”. Com o segundo, também podemos exprimir uma obrigação, como em “Você precisa fazer isto”. No entanto, sua negação em “Você não precisa fazer isto” não corresponde a uma proibição, mas sim a uma permissão. Ou seja, apenas uma análise que leve em consideração o contexto em que o valor deôntico foi produzido permitirá uma compreensão de seu verdadeiro sentido.

Faz-se relevante, a essa altura, explicarmos que esses valores deônticos apresentam subtipos. A obrigação e a permissão, por exemplo, podem ser do tipo interna/moral ou externa/material, ao passo que a permissão apresenta um *continuum* que vai da sugestão à autorização, intercaladas pela concessão. Almeida (1988, p.14) apresenta três tipos de obrigação, dos quais consideraremos dois, visto que um deles (obrigação lógica) está relacionado à necessidade alética.

Assim, o autor nos explica que uma obrigação do tipo moral/interna envolve um dever de consciência, social, religioso ou profissional. Uma obrigação do tipo matéria/externa, por sua vez, tem base em uma necessidade física, fisiológica, biológica, natural, em que alguém é obrigado a alguma coisa. Os excertos a seguir foram retirados de nosso *corpus* a fim de ilustrar os dois tipos de obrigação a serem tratados em nossa análise:

⁵³ *If X is not obliged to do a (where a is either an individual or a generic act), he is permitted not to do a; and if he is obliged to do a, he is not permitted not to do a (...). Also, if X is not permitted to do a he is obliged not to do a (...)* (LYONS, 1977, p.832)

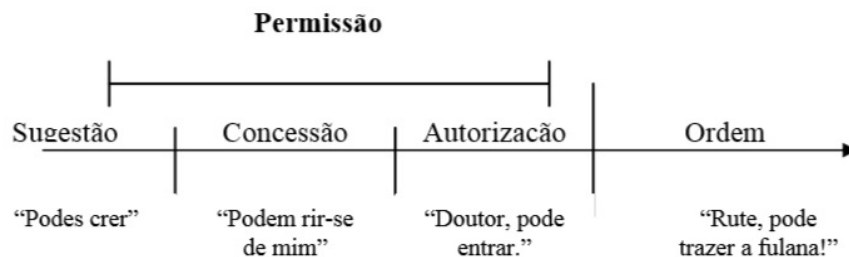
e) *Duchess of Berwick*: (...) after I was first married, I had to pretend to be very ill, (...) (logo depois que casei, **tive que** fingir estar bastante doente)

f) *Lady Windermere*: And, Parker, be sure you pronounce the names of the guests very distinctly to-night. (E, Parker, **certifique-se** de pronunciar os nomes dos convidados bem distintamente hoje à noite.)

Em (e), acima, temos o exemplo de uma obrigação interna, visto que a personagem, na tentativa de salvar seu casamento, parte de um dever de consciência para agir de tal maneira e impõe, a si mesma, tal obrigação. Em (f), por outro lado, a personagem que instaura a ordem reconhece sua autoridade sobre seu empregado, *Parker*, fazendo com que ele seja obrigado a agir como ela determina, cumprindo uma obrigação externa.

Quanto aos três subtipos de permissão, são de difícil classificação em uma análise com enunciados de contextos reais, visto que seus limites não são rígidos. Em uma tentativa de formalização, é possível dispô-los em uma escala que indica uma permissão se aproximando de uma ordem, como faz Almeida (1988, p.21):

Figura 5 – *Continuum* dos valores de permissão



Fonte: Almeida (1988, p.21)

Para alcançarmos o objetivo da nossa pesquisa, consideraremos somente dois valores de permissão: pedido de permissão e autorização. Essa escolha ocorre porque, ao investigarmos esses valores, poderemos confirmar ou refutar a hipótese que assumimos de que os enunciados produzidos por personagens do gênero feminino codificarão valores deonticos relativos a pedido de permissão em maior quantidade, enquanto os personagens do gênero masculino codificarão mais valores deonticos de autorização, no que diz respeito aos tipos de permissão.

Concluimos, então, que, ao situarmos nossa investigação no âmbito da modalidade deontica, estaremos lidando com enunciados nos quais as características descritas por Lyons

(1977) se farão presentes. Assim, os valores e subtipos de valores aqui tratados podem ser codificados por meio de expressões linguísticas, como as já explicitadas anteriormente: verbos modais, verbos de significação plena, adjetivos em posição predicativa, advérbios, predicados cristalizados, substantivos, etc.

Adicione-se a isso as considerações de Verstraete (2004, 2005) e a proposta da GF (Gramática Funcional) de Dik (1997) que, ao apresentar a divisão da frase em estratos, permite-nos identificar o tipo de modalização, bem como a atuação dos modalizadores, não apenas no nível da oração, mas também do discurso, sendo relevante para nossa pesquisa por possibilitar nossa investigação sobre como se dá o processo de construção discursiva revelador de valores vitorianos.

4.4 Síntese

Neste capítulo, discorreremos sobre alguns aspectos que caracterizam a modalidade deôntica e que são importantes para o desenvolvimento de nosso trabalho. Explicamos que o objeto de nosso estudo se encontra no eixo da conduta e está relacionado aos valores de obrigação, proibição e permissão e que também consideraremos os valores de volição e habilidade.

Outra característica da modalidade em discussão nesse capítulo é sua relação com a futuridade, visto que o cumprimento de uma obrigação instaurada no ato da enunciação sempre se dá em um momento futuro, seja próximo ou distante. Além disso, consideramos em nossa análise os casos em que há o reconhecimento de uma fonte deôntica, que pode ser uma instituição, uma pessoa, ou um corpo moral ou legal de princípios cuja autoridade é reconhecida pelos participantes de um determinado contexto comunicativo, bem como os casos em que valores como habilidade e capacidade não são “instaurados” por uma fonte deôntica, como propõe Verstraete (2004).

Vimos que um modalizador deôntico, de acordo com a proposta de Dik (1997), toma como escopo a segunda camada, correspondente à descrição de um EC e, portanto, apresentando valor representacional. Verstraete (2004) explica que, nessa proposta, a não consideração da subjetividade na modalidade deôntica é uma consequência natural do modelo. Contudo, admitimos que tal modalidade também pode exercer a função interpessoal, na medida em que se adicione ao caráter subjetivo da modalidade o elemento de deseabilidade, que está diretamente ligado à fonte deôntica.

Dessa forma, quando o Falante coincide com a fonte deôntica, maior será o grau de desejabilidade, pois maior é sua vontade de atualização de um EC e seu comprometimento com o valor deôntico, havendo expressão da função interpessoal. Quando o Falante não é a fonte deôntica, por outro lado, não há comprometimento pessoal com o valor deôntico e a desejabilidade do EC descrito em seu enunciado se dá em menor grau, havendo, portanto, expressão da função referencial.

Em seguida, tratamos dos valores deônticos e seus subtipos. Explicamos que, para Lyons (1977), é possível obtermos um valor deôntico a partir de um valor deôntico já existente, ao nos utilizarmos da polaridade, ou seja, por meio de um jogo de afirmação e negação que os envolva. Segundo esse raciocínio, a não obrigação corresponde a uma permissão de não fazer, enquanto que a obrigação é uma não permissão de não fazer, por exemplo. De acordo com Verstraete (2005), no entanto, não devemos automaticamente concluir que permissão e ausência de obrigação são sinônimos, pois tais expressões carregam expectativas de atualização opostas. Assim, optamos por analisar cada caso em seu contexto de ocorrência, de modo que esse jogo entre modalidade e polaridade não seja determinado categoricamente.

Por fim, explicamos que os valores deônticos de obrigação e permissão apresentam subtipos. Uma obrigação pode ser do tipo interna ou externa: ao passo que uma obrigação do tipo interna envolve um dever de consciência, social, religioso, moral ou profissional, uma obrigação externa tem por base uma necessidade física, fisiológica, biológica, natural, ou uma situação em que alguém é obrigado por algo ou alguém a alguma coisa.

Já os subtipos de permissão podem ser sugestão, concessão e autorização, mas consideraremos, em nossa pesquisa, apenas dois subtipos de permissão: pedido de permissão e autorização. Nossa escolha se justifica por estar associada à hipótese que assumimos de que os enunciados produzidos por personagens do gênero feminino codificarão valores deônticos relativos a pedido de permissão em maior quantidade, enquanto os personagens do gênero masculino codificarão mais valores deônticos de autorização, no que diz respeito aos tipos de permissão.

No próximo capítulo, tratamos da metodologia, ou seja, dos passos que constituíram o desenvolvimento deste trabalho. Visto que, para investigarmos se os modalizadores deônticos, analisados sob a ótica funcionalista e, logo, caracterizados pelos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos integradamente, contribuem para a construção discursiva revelando valores vitorianos ao longo do drama, precisamos explicitar e discutir tais valores. Dessa forma,

passaremos, no capítulo a seguir, a tratar desses valores, dentre outros tópicos, dada a sua relação com o objetivo de nosso estudo.

5 METODOLOGIA

Explicitaremos, neste capítulo, de forma mais detalhada, informações sobre nosso *corpus*, para que haja melhor compreensão, por parte do leitor, de como se deu o desenvolvimento deste trabalho. Trataremos, nas seções que seguem, de uma contextualização da era vitoriana no *continuum* tempo-espaco para que possamos compreender as características e valores que norteavam essa sociedade, dado o objetivo geral de nossa pesquisa. Assim, para investigarmos se os modalizadores deônticos, analisados sob a ótica funcionalista, contribuem para a construção discursiva revelando valores vitorianos ao longo do drama que constitui nosso *corpus*, discutiremos e estabeleceremos tais valores na subseção 5.1.1 Além disso, descreveremos, na subseção 5.1.2, os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

5.1 Constituição, caracterização e delimitação do *corpus*

Por julgarmos relevante desenvolver uma pesquisa que integre literatura e linguística, nosso *corpus* é um texto pertencente ao gênero literário drama. Ressaltamos, aqui, que não buscamos desenvolver métodos de análise literária; nosso interesse é linguístico. Assim, nossa análise considera os modalizadores na perspectiva das escolhas feitas pelo escritor para a construção dos personagens na peça, mas não é de nosso interesse a intenção do autor. Por meio da análise de categorias linguísticas, investigaremos se os modalizadores deônticos, analisados sob a ótica funcionalista, contribuem ou não para a construção discursiva reveladora de valores vitorianos, ao longo do texto.

Assim, utilizamos o texto *Lady Windermere's fan*, do escritor irlandês Oscar Wilde. O texto, que compõe nosso *corpus*, diz respeito a uma peça composta de quatro atos, logo, pertencente ao gênero dramático, encenada pela primeira vez em 1892, em Londres, e publicada no ano seguinte. O enredo também se passa nessa capital e faz referência ao ano em que foi atuada; portanto, a história se situa, em termos de tempo, na era vitoriana, e tem a duração de vinte e quatro horas, iniciando e finalizando na casa do personagem *Lord Windermere*.

A história diz respeito à *Lady Windermere*, esposa do personagem citado acima. Juntos, eles formam um dos casais mais distintos da alta sociedade londrina. Mas, na manhã do seu aniversário, ao conversar com seu amigo *Lord Darlington* e com a duquesa, *Duchess of Berwick*, *Lady Windermere* passa a suspeitar que seu esposo, *Lord Windermere*, que lhe deu um lindo leque de presente, tem um relacionamento extraconjugal com *Mrs. Erlynne*, personagem que não pertence à alta sociedade de Londres.

Quando *Lord Windermere* volta para casa, antes do baile de comemoração do aniversário de sua esposa, ele insiste que ela convide *Mrs. Erlynne*. *Lady Windermere* se recusa e, portanto, *Lord Windermere* o faz. Ao fim da festa, com raiva de seu esposo, *Lady Windermere* decide fugir com *Lord Darlington*, que se diz apaixonado por ela. *Mrs. Erlynne* descobre que *Lady Windermere* planeja fugir com *Lord Darlington* e se dirige à casa desse senhor, onde encontra *Lady Windermere* e tenta persuadi-la a desistir de tal ideia e voltar para casa. Durante a tentativa, *Lord Windermere* e *Lord Augustus* chegam à casa de *Lord Darlington*. As senhoras *Lady Windermere* e *Mrs. Erlynne*, que estavam na casa de *Lord Darlington*, se escondem, pois, se encontradas em tal situação, teriam a reputação comprometida. Mas, antes de ir embora, *Lord Windermere* vê o leque de sua esposa na mesa de *Lord Darlington* e, portanto, passa a procurá-la. Quando ele está perto de encontrá-la, *Mrs. Erlynne* sai de seu esconderijo e diz ter pegue o leque por engano, assim, enquanto eles conversam, *Lady Windermere* consegue voltar para a sua casa sem que ninguém perceba. Na manhã seguinte, *Mrs. Erlynne* aparece na casa do casal para anunciar que irá ao exterior e pede uma foto de *Lady Windermere* com seu filho. Enquanto está a sós com *Lord Windermere*, *Mrs. Erlynne* revela que, há vinte anos, havia deixado seu marido por um amante, pouco depois de *Lady Windermere*, sua filha, ter nascido, e depois esse amante a abandonou. Assim, para proteger a filha, para evitar que *Lady Windermere* descubra que é filha de uma mulher de má reputação, *Mrs. Erlynne* proíbe *Lord Windermere* de contar a verdade sobre seu passado. Em outro momento, quando a sós com *Lady Windermere*, *Mrs. Erlynne* a aconselha a não relatar sua quase fuga com *Lord Darlington* ao seu marido, *Lord Windermere*.

A história, aqui resumida, pode ser encontrada em coletâneas de peças do referido autor, como em *The Importance of Being Earnest and Other Plays*, ou na internet, em arquivos de diferentes formatos, como os disponibilizados para *download* pelo *website* do *Project Gutenberg*. O texto com o qual trabalhamos é um arquivo digital, disponível no *site* do referido projeto, em formato de .pdf. Esse projeto é voluntário, portanto, os arquivos lá disponíveis são gratuitos, e foi fundado em 1971, por Michael Hart, sendo uma das mais antigas bibliotecas digitais. Seu acervo é composto por mais de 45 mil itens, dos quais a maior parte são textos completos de livros em domínio público, principalmente obras literárias da tradição ocidental. Há, ainda, obras de referência, partes de periódicos, ficheiros de áudio e partituras musicais, não havendo uma centralização temática que regule os textos que devem ser adicionados ao acervo. Sem cobrança de taxas ou requerimento de cadastro, o projeto se mantém por meio de

ações voluntárias, como digitalização de livros, gravação de áudios de livros e relatórios de erros, bem como por meio de doações.

Com a finalidade de evitarmos eventuais problemas de ordem de tradução, optamos por trabalhar com o texto original, em inglês, encontrado no acervo mencionado acima e no formato eletrônico de .pdf, disponível na página do *Project Gutenberg*, pois não apresenta nenhum tipo de variação morfológica, sintática, semântica ou ortográfica.

Visto que todo o texto *Lady Windermere's fan* constitui nosso *corpus*, faz-se necessário delimitá-lo, pois nosso interesse está nos efeitos de sentidos produzidos pelo uso dos modalizadores deônticos. Logo, os enunciados que não foram modalizados deonticamente não foram considerados para a seleção dos dados. Os procedimentos metodológicos realizados para a delimitação do *corpus* estão descritos na subseção 5.1.2. Primeiramente, contudo, faremos um delineamento de valores da sociedade em que estão inseridos os personagens da peça.

5.1.1 Os valores vitorianos

Antes de discutirmos os valores vitorianos em si, julgamos necessário justificar o porquê de fazê-lo em uma subseção e não em um capítulo. Visto que tal assunto não é Linguístico em sua essência, correríamos o risco de conferir um descrédito ao presente trabalho de análise e descrição linguística, por dedicar demasiada atenção a um assunto extra linguístico, embora defendamos a consideração do contexto de uso ao assumirmos uma abordagem funcionalista. Portanto, entendemos ser suficiente para o cumprimento de nosso objetivo realizar tal discussão nesta subseção.

É importante esclarecermos, ainda, que não tencionamos, nesta subseção, tecer uma análise social da era vitoriana. Precisamos recorrer a estudos de ordem outra que a linguística, mas apenas porque consideramos necessário abordarmos as características que marcaram tal período, visto que, em ordem de alcançarmos o objetivo do nosso estudo, precisamos, dentre outras coisas, compreender que valores delineavam a conduta dos membros de tal sociedade, para assim verificarmos se elas se manifestam, ou não, em nosso *corpus*.

O enredo da peça que constitui nosso *corpus* se passa em Londres, no ano de 1892, como já dito anteriormente, portanto, se insere na chamada era vitoriana. Esse período data de 1837 a 1901 e é assim nomeado porque, durante esse tempo, a rainha Vitória reinou no Reino Unido. Como aponta Corvini (2012), a era vitoriana foi marcada pelo desenvolvimento científico com base em teses evolucionistas, por uma ampla produção literária, pelo auge da

consolidação da Revolução Industrial e as consequentes divisões de classes sociais. Em meio a tantas transformações, houve um elevado índice de migração do campo para as cidades, especialmente para Londres, que passou a ser um centro cultural, econômico, religioso, educacional e político.

Quanto às convenções sociais, a era vitoriana foi um período marcado pelo que se denominava “puritanismo”, isto é, uma valorização da disciplina. As relações eram freadas por regras sociais rígidas, segundo as quais as expressões emocionais, amorosas ou sexuais eram condenadas. A sociedade londrina passa, então, a ser caracterizada como uma sociedade estratificada e marcada pelo moralismo e por preconceitos e proibições que auxiliavam a manter essa estratificação bem definida.

Além disso, havia uma divisão bastante delineada entre os papéis do homem e da mulher nas diversas esferas sociais. Um dos motivos para esse comportamento, como nos explica Rosa (2012, p.36), foi o fato de a população dessa época ter sido educada para cumprir suas obrigações. Na família, por exemplo, a autoridade masculina era incontestável, havendo, inclusive, apoio legal. Por outro lado, a mulher, inclusive aquelas pertencentes à classe trabalhadora, era responsável por manter seu lar um ambiente puro e moralmente valorizado, bem como criar seus filhos nos moldes da moral e bons costumes da época.

Um outro motivo, segundo Corvini (2012), é que havia, na Inglaterra do século XIX, uma “identificação da masculinidade à paternidade e da feminilidade à maternidade” (CORVINI, 2012, p.13), daí a atribuição de tarefas específicas para o homem e para a mulher na família. Essa identificação não encontrava barreiras na estratificação social da época, como discorre Corvini (2012, p.13). Se o homem da classe alta era dotado de poder, além do direito ao corpo de sua esposa, o homem das classes mais baixas, destituído de outros poderes, tomava essa identificação como uma espécie de poder social do qual ele podia usufruir sem restrições.

Quanto aos eventos sociais, os homens tinham a permissão de frequentá-los com seus amigos, mas às mulheres só era permitida a participação em eventos que não pusessem em risco sua reputação, como visitas à igreja, visitas para um chá da tarde à casa de senhoras com boa reputação moral, e seus acompanhantes deveriam ser seus maridos ou outra mulher bem vista aos olhos da sociedade.

A mulher vitoriana é, muitas vezes, descrita em obras literárias como um anjo, devido à sua conduta moral e dedicação ao lar. Virginia Woolf, por exemplo, descreve essa mulher da seguinte forma:

Ela era imensamente charmosa. Ela era completamente generosa. Ela era extremamente boa nas difíceis artes da vida familiar. Ela se sacrificava diariamente. (...) – em poucas palavras, ela estava tão constituída desse modo que ela nunca tinha uma mente ou desejo próprio, mas preferia sempre simpatizar com as mentes ou desejos de outros. Acima de tudo – eu não preciso dizer isso – ela era pura. A pureza dela deveria ser sua beleza principal – o corar de suas bochechas, sua grande graça. Naqueles dias – os últimos da rainha Vitória – toda casa tinha seu Anjo. (WOOLF, 1966, p. 285)⁵⁴.

Tratava-se, assim, de um costume tão enraizado na cultura vitoriana que mesmo com as mudanças que ocorreram ao longo dos anos desse período, como aponta Corvini (2012, p.14), a noção de mulher como ‘anjo do lar’ não deixou de existir, e aquelas que não se encaixavam nesse ideal ou tentavam sair dele eram mal vistas pelas demais.

No que diz respeito ao casamento, Cavaco (2010, p.121, 122) mostra que o índice de ocorrências era elevado, devido à impossibilidade da independência financeira da mulher, bem como à pressão social, devendo o casal permanecer junto por toda a vida. O casamento era, portanto, considerado um projeto de vida, e até mesmo, para algumas daquelas mulheres, uma perspectiva de carreira. Ainda segundo a autora, era concedido ao marido, em um casamento, o poder da decisão, ao passo que a esposa deveria ser submissa, dedicada e comprometida com a maternidade.

Estão, portanto, assim delineados alguns traços da sociedade vitoriana. Percebemos que os papéis designados aos homens e às mulheres eram bem definidos, permitindo àqueles do gênero masculino uma maior expressão e participação em eventos sociais e no âmbito familiar, ao passo que, para o gênero feminino, tais possibilidades eram mais restritas, situando-as como seres mais apassivados em relação àqueles. Além disso, o forte moralismo, a disciplina e o preconceito com o que não fosse considerado um valor moral na época também marcaram a sociedade vitoriana.

5.1.2 Procedimentos metodológicos e delimitação do corpus

⁵⁴ She was immensely charming. She was utterly unselfish. She excelled in the difficult arts of family life. She sacrificed herself daily. (...) – in short she was so constituted that she never had a mind or a wish of her own, but preferred to sympathize always with the minds and wishes of others. Above all – I need not say it – she was pure. Her purity was supposed to be her chief beauty – her blushes, her great grace. In those days – the last of Queen Victoria – every house had its Angel (WOOLF, 1966, p. 285).

Antes de tratarmos dos procedimentos de delimitação do *corpus* propriamente dito, apresentamos uma classificação, de modo geral, do método de abordagem e de procedimento que caracterizam nosso estudo.

De acordo com Gil (2008), um dos critérios para classificação de uma pesquisa diz respeito ao método de abordagem. Uma vez decidido, definimos os processos intelectuais de que nos valeremos para atingirmos nosso principal objetivo. Ao classificarmos nosso método de abordagem como hipotético-dedutivo, afirmamos que nossa pesquisa leva em consideração hipóteses que foram levantadas antes da análise, mas, somente após a realização de um exame detalhado, obteremos um resultado fundamentado empiricamente e chegaremos a uma afirmação final, que poderá confirmar ou refutar as hipóteses iniciais.

Ainda de acordo com aquele autor, as pesquisas científicas podem diferenciar-se quanto aos níveis aos quais pertencem. Quanto a esse critério, que se relaciona aos métodos de procedimentos adotados em uma investigação, enquadramos nossa pesquisa no grupo de pesquisas descritivas. Isso se dá mediante o fato de que, para atingirmos nosso objetivo, buscamos analisar e descrever, dentro de um contexto discursivo específico, a existência e o estabelecimento de relações entre variáveis (a serem descritas ainda neste capítulo) de ordem semântica, sintática e pragmática, como, por exemplo, os valores deônticos, as formas de expressão da modalidade e os tipos de obrigação.

No tocante ao envolvimento do pesquisador na pesquisa, seguimos o modelo clássico, em que o pesquisador distancia-se de seu objeto, buscando atingir o maior grau de objetividade possível. Para isso, analisamos apenas os dados que podem ser testados de forma sistemática. Por isso, não nos concentramos no cumprimento dos valores deônticos instaurados, apenas em suas instaurações e produções de efeitos.

O texto que compõe a peça *Lady Windermere's fan* é composto não apenas por enunciados em que a modalidade deôntica se manifesta. Dessa forma, como explanado anteriormente, fez-se necessário delimitarmos o *corpus*, visto que apenas os enunciados deonticamente modalizados são de nosso interesse para a análise dos efeitos de sentidos. Os resultados obtidos dirão respeito, portanto, aos efeitos de sentido obtidos no uso dos modalizadores deônticos e não à obra de um modo geral. Assim, para a realização de tal delimitação, ou seja, para a seleção apenas de enunciados caracterizados pela presença de modalizadores deônticos, prosseguimos com os passos descritos a seguir.

Primeiramente, realizamos uma leitura completa do texto digital em formato .pdf, para nos familiarizarmos com ele e compreendê-lo melhor. Em seguida, durante as demais leituras, realizadas de maneira mais cuidadosa e analítica, passamos a identificar e selecionar, com a ferramenta de realce do leitor de textos no formato .pdf, os enunciados dos personagens em que há ocorrência de modalizador deôntico.

Depois, percebemos que seria necessária a criação de um arquivo digital no qual pudessemos confeccionar nossa ficha de ocorrências de enunciados deonticamente modalizados e, ao mesmo tempo, expor as categorias de análise, lado a lado, na mesma tela. Essa necessidade se faz pertinente porque, para a análise dos modalizadores deônticos, momento de reflexão, são consideradas variáveis linguísticas de ordem semântica, sintática e pragmática, e, para realizarmos as devidas classificações, precisamos levar em consideração o contexto em que tais enunciados estão inseridos. Assim, ter os enunciados e as categorias expostos na mesma tela, contribui com a progressão da análise. Ocorreu-nos, então, que um arquivo do tipo .xls, ou seja, um documento criado no programa *Excel*, satisfaria nossa necessidade. A figura 6, a seguir, ilustra e exemplifica o tipo de arquivo ao qual nos referimos:

Figura 6: Ficha de ocorrências de enunciados deonticamente modalizados

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
1	Enunciado	Gênero Enunciador	Obrigação	Permissão	Proibição	Volição	Habilidade	Modo Verbal	Tipo de Fonte	Tipo de Alvo	Meio de Expressão	Inclusão da fonte	Ato - Página
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													
13													
14													
15													
16													
17													
18													
19													
20													
21													
22													
23													

Fonte: Elaborado pela autora

O *Excel* é um dos *softwares* que compõem o *Office*, que, por sua vez, pode ser brevemente definido como um conjunto de programas computacionais que combina vários tipos

de *softwares* utilizados para a criação de documentos, planilhas, apresentações e para o gerenciamento de e-mail. Dentre os *softwares* que compõem o *Office*, escolhemos o *Excel* por ser um programa computacional constituído de uma planilha eletrônica por meio da qual podemos criar e calcular dados, bem como criar gráficos e tabelas. Além disso, é um *software* de fácil aquisição por ser gratuito e disponível na *internet*. O programa possui as ferramentas necessárias para que seja feita a análise quantitativa dos dados coletados no nosso estudo. Além disso, o uso desse programa é importante porque permite o cruzamento de categorias (a serem descritas na seção a seguir).

Desse modo, criamos um arquivo *.xls*, próprio do *Excel*. Com auxílio das ferramentas ‘copiar’ e ‘colar’ do leitor de textos digitais no formato *.pdf*, respectivamente, duplicamos os trechos que havíamos selecionado no arquivo *.pdf* e colamo-los, um por vez, nas células do *Excel*, na coluna intitulada ‘Enunciado’. Passamos, então, a dispor, nas demais colunas, as categorias a serem analisadas nos enunciados modalizados e a determinar a classificação dessas categorias, bem como codificar essa classificação.

Uma vez colado o enunciado deonticamente modalizado na célula da coluna ‘Enunciado’ do arquivo *.xls*, passamos a analisá-lo de acordo com as categorias das demais colunas, como podemos observar na figura 5. Cada coluna corresponde a uma categoria e cada categoria apresenta classificações que foram codificadas para melhor preenchimento nas células. Por exemplo, na coluna ‘Gênero Enunciador’ duas codificações são possíveis: ‘Fem’, para enunciadores do gênero feminino; e ‘Mas’, para enunciadores do gênero masculino. Apresentamos as categorias e as codificações em maiores detalhes na seção 5.4.

Após a análise e classificação do uso dos modalizadores deônticos nos enunciados, procedemos com uma análise quantitativa dos dados resultados da análise qualitativa. Neste momento, nos utilizamos da ferramenta ‘seleção’ do *Excel* para selecionar as células da coluna ‘Enunciado’ e contabilizar o número total de ocorrências. Após contarmos o número de ocorrências em cada ato da peça, separadamente, somamos esses valores com a fórmula ‘=soma’, a fim de obtermos o número total de ocorrências analisadas, e chegamos ao resultado final de 299 enunciados deonticamente modalizados. A tabela 2, apresentada a seguir, resume a quantidade de enunciados analisados por ato.

Tabela 2 – Ocorrências de modalidade deôntica por ato

	Ato I	Ato II	Ato III	Ato IV	Total
No. de ocorrências	115	94	55	35	299
Porcentagem	39%	31%	18%	12%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Com o *Excel*, pudemos, ainda, contabilizar o número de ocorrências de uma determinada codificação, por meio da fórmula ‘=cont.se’. Essa fórmula permite calcular o número de células não vazias em um intervalo que correspondam a uma determinada condição. Assim, ao selecionarmos um intervalo e determinarmos a condição ‘Fem’, por exemplo, apenas as células em que esta condição estiver presente serão contabilizadas.

Por fim, com a fórmula ‘=cont.ses’ pudemos realizar o cruzamento entre categorias, pois ela conta o número de células especificadas por mais de uma condição, em um intervalo por nós determinado. Isso significa que, se minhas condições forem ‘Fem’ e ‘Proibição’, ao determinarmos um intervalo, teremos a quantidade de enunciados em que essas duas condições co-ocorreram, ou seja, em que enunciadores do gênero feminino instauraram o valor de proibição.

Assim, após realizada uma análise quantitativa, por meio da qual pudemos verificar a frequência das categorias, passamos à descrição e interpretação dos dados, em nosso trabalho, realizada sob a ótica do funcionalismo linguístico, ou seja, considerando categorias de análise de ordem semântica, sintática e pragmática. Em resumo, uma vez delimitado o *corpus*, passamos a analisar e descrever as ocorrências.

A seguir, exporemos as categorias utilizadas para a análise dos enunciados modalizados deonticamente e suas codificações, bem como faremos observações e explicações sempre que necessário for.

5.2 Categorias de análise

Para procedermos com a análise das ocorrências, ou seja, dos enunciados modalizados deonticamente, fez-se necessário o estabelecimento de categorias que possibilitassem uma análise sistemática dos dados, de modo que os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos fossem considerados na análise. Exporemos cada uma, bem como sua codificação que, no próximo capítulo, aparecerá entre colchetes.

Explicamos, ainda, que, após os colchetes, haverá uma indicação, em algarismos romanos, que codifica o ato ao qual pertence o enunciado discutido ou usado para exemplificação. Visto que a peça tem quatro atos, as possibilidades de codificação para os atos são: [] – I, [] – II, [] – III e [] IV.

Quanto às categorias de ordem sintática, temos os meios de expressão da modalidade, tratados mais detalhadamente no capítulo 2, e a categoria verbal de modo. A tabela 3, disposta a seguir, sintetiza os meios de expressão e suas respectivas codificações.

Tabela 3 – Codificação dos meios de expressão

	Codificação
Verbo de significação plena	[A1]
Verbo auxiliar	[A2]
Adjetivo	[A3]
Substantivo	[A4]
Modo verbal	[A5]
Expressão modalizadora	[A6]

Fonte: Elaborada pela autora

Os verbos de significação plena como manifestação da modalidade deôntica são, por exemplo, ‘obrigar’, ‘permitir’, ‘proibir’, ou seja, verbos deônticos em sua própria essência lexical. Já sob o rótulo ‘verbo auxiliar’, estão inclusos verbos auxiliares e os verbos modais, já que o estatuto de auxiliaridade desses não se distingue tanto do estatuto daqueles a ponto de ser necessário separá-los em uma categoria. Como exemplo de verbo auxiliar presente em nossa análise, temos ‘*have to + infinitive*’ (ter de/que + infinitivo). Nesse caso, temos a gramaticalização de “*to have*” (ter), que passa de verbo pleno a auxiliar em ‘ter de/que’. Quanto aos auxiliares modais, analisamos casos com *can*, *shall*, *should*, *must* e *may*, por exemplo.

Sob o rótulo ‘adjetivo’, consideramos os adjetivos em função de adjunto adnominal e em função predicativa, como em “ser + preciso” ou “ser + necessário”, como no exemplo abaixo, retirado de nosso *corpus*, em que temos o meio de expressão da modalidade deôntica codificado por ‘[Adj]’ e o ato ao qual pertence o enunciado expresso por ‘II’:

a) *Lord Windermere: No explanations are necessary about my friendship with Mrs. Erlynne.* (Explicações não são **necessárias** sobre minha amizade com Mrs. Erlynne). [Adj] – II

Quanto ao ‘Modo verbal’, temos que, em alguns casos, a modalidade deôntica é instaurada não por um verbo, pois, como explicamos, os verbos plenos que manifestam a modalidade deôntica são aqueles de natureza deôntica, mas, sim, pelo modo verbal. Não especificaremos, aqui, o modo verbal empregado no enunciado analisado; apenas indicaremos que é o modo verbal o meio pelo qual a modalidade deôntica está sendo expressa. O exemplo abaixo nos ajuda a melhor compreender a diferença. Entre colchetes, temos a codificação do meio de expressão da modalidade e ‘I’ refere-se ao ato do drama no qual se encontra o enunciado.

b) *Lady Windermere: Do sit down.* (Sente-se.) [Modoverb] - I

Observe-se que o verbo ‘sit’ (sentar) não é de natureza deôntica. No entanto, o modo verbal em que ele foi empregado, Imperativo, permite que a personagem dê um comando e instaure uma autorização para alguém agir conforme seu comando. Temos, neste caso, um ato diretivo.

Quanto às ‘Expressões modalizadoras’, tratam-se de expressões do tipo ‘*be to + infinitive*’ (ser para + infinitivo), ou ‘*to have the right/ a right/ no right (+ to + infinitive)*’ (ter o direito/ não direito (de + infinitivo)) e sintagmas nominais como ‘*the necessary is*’ (o necessário é).

No tocante à categoria verbal de modo, consideraremos apenas três tipos: indicativo, subjuntivo e imperativo. Nessa categoria, especificaremos o modo verbal em que se encontra o enunciado. Na tabela 4, temos a codificação de cada tipo.

Tabela 4 – Codificação do modo verbal

	Codificação
Modo indicativo	[B1]
Modo subjuntivo	[B2]
Modo imperativo	[B3]

Fonte: Elaborada pela autora

No que diz respeito ao aspecto semântico, as categorias de análise utilizadas em nossa pesquisa foram: valores deônticos, os tipos de obrigação e permissão, tipo de fonte e de alvo deônticos e a inclusão da fonte no valor deôntico.

Como já discutido anteriormente, vimos que os valores deônticos estão dispostos como um *continuum*, em que os valores do obrigatório e do proibido estão nos eixos, intercalados pelo permitido. Assim, segue a codificação de cada valor deôntico na tabela 5:

Tabela 5 – Codificação dos valores deônticos

	Codificação
Obrigação	[C1]
Permissão	[C2]
Proibição	[C3]
Volição	[C4]
Habilidade	[C5]

Fonte: Elaborada pela autora

Visto que o valor de obrigação pode ser do tipo interna, quando se trata de um dever moral, de consciência, ou externa, tendo como base necessidades físicas, biológicas, fisiológicas, criamos uma categoria que agrupasse tanto o traço ‘obrigatório’ quanto seus subtipos (obrigação interna e obrigação externa). Para os tipos de permissão, como assumimos no quarto capítulo, consideramos a seguinte distinção: pedido de permissão e autorização⁵⁵. A tabela 6, apresentada a seguir, lista os tipos de obrigação e de permissão e mostra a codificação para cada um deles.

Tabela 6 – Subtipos de obrigação e permissão

	Codificação
Obrigação interna	[D1]
Obrigação externa	[D2]
Autorização	[D3]
Pedido de permissão	[D4]

Fonte: Elaborada pela autora

Assim, um enunciado como “*Show him up--and I'm at home to any one who calls*” (**Mostre-o** o caminho aqui para cima – e eu estou em casa para qualquer pessoa que chamar), dito por *Lady Windermere* a seu mordomo, teria a seguinte codificação: [A5B3D2] – I,

⁵⁵ Quando da ocorrência de ‘pedido de permissão’, entenda-se que, neste caso, alguém pede permissão para. No caso de ‘autorização’, entenda-se que alguém tem a autoridade reconhecida e, portanto, pode autorizar a.

indicando que o modo verbal imperativo foi utilizado para instaurar uma obrigação externa no primeiro ato.

Quanto ao tipo de fonte deôntica, isto é, a causa ou origem do valor deôntico, discutimos, com base em Lyons (1977), anteriormente, que ela pode ser tanto um indivíduo quanto uma instituição. Vimos, também, com Verstraete (2004), que a fonte pode ser o próprio enunciador, a menção de uma obrigação, ou ainda, inerente à situação. Com inspiração na proposta desses autores, criamos e utilizaremos seis categorias, apresentadas na tabela 7.

Tabela 7 – Codificação dos tipos de fonte deôntica

	Codificação
Enunciador	[E1]
Indivíduo	[E2]
Inerente à situação	[E3]
Instituição	[E4]
Não-especificada	[E5]
Enunciatário	[E6]

Fonte: Elaborada pela autora

O tipo de fonte ‘Enunciador’ ocorre quando o próprio enunciador instaura um valor deôntico; o tipo ‘Indivíduo’ se refere a uma fonte que não é o enunciador ou o enunciatário, mas sim um terceiro que é reportado pelo enunciador, podendo ser expresso por i) pronomes retos de terceira pessoa; ii) pronomes indefinidos (alguém, ninguém, etc); iii) sintagmas nominais definidos ou indefinidos que façam referência a uma parte da classe; o tipo ‘Inerente à situação’ é autoexplicativo: o modalizador deôntico não expressa um valor deôntico cuja origem é uma fonte deôntica, mas apenas denota uma necessidade inerente à situação; o tipo ‘Instituição’ se refere às instituições e aos valores sociais; o tipo ‘Não-especificado’ ocorre quando não é possível identificarmos a origem do valor deôntico ou quando a fonte é inexistente, não sendo relevante, para nosso estudo, estabelecermos uma diferenciação entre essas duas alternativas, mas apenas indicarmos a ausência de uma fonte deôntica; e, por fim, o tipo ‘Enunciatário’ ocorre quando o próprio enunciatário instaura um valor deôntico.

O mesmo raciocínio se aplica para o tipo de alvo deôntico, ou seja, para o indivíduo ou instituição sobre quem recai um valor deôntico instaurado por uma fonte deôntica, reservando-se as peculiaridades da categoria e adicionando-se o tipo ‘Enunciador e enunciatário’. Temos, assim, o tipo de alvo ‘Enunciador’, quando o valor deôntico recai apenas

sobre o enunciador; o tipo ‘Enunciatório’ indica que apenas o enunciatório é o alvo; o tipo ‘Indivíduo’ refere-se à terceira pessoa definida, que não o enunciador ou o enunciatório, como explicado no parágrafo anterior; o tipo ‘Instituição’ indica que o valor deôntico recaiu sobre uma instituição ou um valor social; o tipo ‘Não-especificado’, por sua vez, aponta um alvo que não pode ser identificado ou é inexistente; e, por fim, no tipo ‘Enunciador e enunciatório’, o valor deôntico recai igualmente sobre o enunciador e o enunciatório. A tabela 8 nos mostra a codificação relativa a cada um dos tipos.

Tabela 8 – Codificação dos tipos de alvo deôntico

	Codificação
Enunciador	[F1]
Enunciatório	[F2]
Indivíduo	[F3]
Instituição	[F4]
Não-especificado	[F5]
Enunciador e enunciatório	[F6]

Fonte: Elaborada pela autora

Temos, em um enunciado deonticamente modalizado, que a fonte pode se incluir, ou não, no alvo deôntico. Ou seja, mediante a instauração de uma obrigação, uma permissão ou uma proibição, por parte de uma fonte, ela pode ou não colocar-se como alvo. Quando isso acontece, é comum que um pronome de primeira pessoa do plural venha acompanhado de um valor deôntico e tem-se um efeito semântico de maior comprometimento do Falante com o valor deôntico instaurado. Além disso, nos casos em que o valor de habilidade está a favor da expressão da modalidade deôntica, não consideramos a inclusão da fonte no alvo deôntico, pois, de acordo com Verstraete (2004), o valor de habilidade é caracterizado por não conter uma fonte deôntica. Nesses casos, por exemplo, classificamos a inclusão da fonte no alvo deôntico como ‘Não se aplica’. A próxima tabela nos mostra a codificação de cada um desses tipos (‘inclusão’, ‘não inclusão’, ‘não se aplica’).

Tabela 9 – Codificação da inclusão da fonte no alvo deôntico

	Codificação
Inclusão da fonte	[G1]
Não-inclusão da fonte	[G2]
Não se aplica	[G3]

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto ao aspecto pragmático, analisaremos os marcadores de atenuação ou asseveração da força ilocucionária do enunciado, qualitativamente. A atenuação pode ser linguisticamente codificada por meio do uso de advérbios de intensidade, substantivos como ‘sugestão’ ou ‘conselho’ e expressões de polidez. A asseveração pode ser marcada por meio de um advérbio de intensidade ou da repetição do meio linguístico de expressão de um valor deôntico, por exemplo, havendo um reforço, uma ênfase.

Levamos em consideração em nossa análise, também, uma variável extralinguística: o gênero do enunciador. Dadas as características do período vitoriano, estabelecidas detalhadamente no capítulo anterior, pudemos observar que havia uma divisão bastante delineada entre os papéis do homem e da mulher nas diversas esferas sociais. Enquanto as mulheres dessa época deveriam ser submissas e dedicadas à maternidade, bem como aos afazeres domésticos, os homens tinham sua autoridade incontestável. Por isso, em uma de nossas hipóteses, previmos que os personagens do gênero masculino codificarão mais valores deônticos de obrigação, proibição e concessão de permissão (autorização). Daí a necessidade de uma categoria que desse conta do gênero do enunciador. Temos, assim:

Tabela 10 – Codificação do gênero dos personagens

Codificação	
Enunciador masculino	[H1]
Enunciador feminino	[H2]

Fonte: Elaborada pela autora

5.3 Síntese

Discorremos, neste capítulo, sobre a metodologia empregada para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Classificamo-la como uma investigação do tipo hipotético-dedutiva, visto que desenvolvemos hipóteses, que podem ser confirmadas ou refutadas, a depender dos resultados finais da análise, baseada em dados empíricos.

Outra característica atribuída à nossa pesquisa é o caráter descritivo, visto que buscamos analisar e descrever a existência e as possíveis relações entre as categorias por nós explicadas, levando em consideração o contexto discursivo específico em que elas estão inseridas e os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos sob o viés funcionalista.

Quanto ao *corpus* selecionado por nós, a peça *Lady Windermere's fan*, do irlandês Oscar Wilde, entendemos que se trata de um texto pertencente ao gênero literário e que tal fato

não tira nossa pesquisa do âmbito da Linguística. Deixamos claro que nossos objetivos não envolvem o desenvolvimento de metodologias voltadas para a análise literária. Contudo, entendemos ser importante o desenvolvimento de uma pesquisa que considere duas áreas que podem se complementar. Assim, ao nos propormos investigar se os modalizadores deônticos, analisados sob a ótica funcionalista, contribuem ou não para a construção discursiva reveladora de valores vitorianos, situamos nossa investigação, mais uma vez, na Linguística.

Passamos, então, a descrever a constituição e delimitação do nosso *corpus*, quando julgamos interessante prover um breve resumo da história, pois assim o leitor passa a ter uma noção do enredo, do tempo em que se passa a história e de alguns personagens e como eles estão relacionados. Uma vez que nosso estudo se volta para os modalizadores deônticos, apenas são considerados dados para a análise os enunciados em que haja explícita modalização do tipo deôntica.

Por fim, tratamos das categorias que possibilitaram uma análise sistemática dos dados e que, simultaneamente, contemplaram os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. Nesse momento, pudemos explicitar a codificação usada para cada categoria e esclarecemos, aqui, que nenhuma letra ou outra codificação que usamos faz referência a alguma proposta de classificação dos estudiosos citados por nós. Elas foram estabelecidas por mera questão mnemônica.

A codificação das categorias se deu mediante a necessidade de criação de um código, para cada categoria, para que fossem cadastradas no programa *Excel*, que possibilitou uma análise quantitativa. Após conhecimento da frequência das categorias, passamos à análise, descrição e interpretação dos dados sob a ótica do funcionalismo linguístico.

Dessa forma, as categorias de ordem sintática estabelecidas por nós foram os meios de expressão da modalidade e a categoria de modo verbal. Os valores deônticos, assim como os tipos de obrigação e de permissão, os tipos de fonte e de alvo deônticos e a inclusão da fonte no valor deôntico são as categorias de ordem semântica. Já os marcadores de atenuação e asseveração da força ilocucionária do enunciado compreendem os aspectos pragmáticos. Consideramos, ainda, uma categoria de ordem extralinguística: o gênero do enunciador que, relacionado com algumas categorias linguísticas, refutará ou confirmará uma de nossas hipóteses iniciais. No capítulo que segue, trataremos da análise qualitativa dos dados por meio do uso das categorias aqui explicitadas e da interpretação dos dados quantitativos.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apresentamos, a seguir, os resultados parciais relacionados à análise da manifestação da modalidade deôntica em nosso *corpus*, a peça *Lady Windermere's fan*. A obra, cujo enredo é apresentado em 125 páginas, é constituída de quatro atos, ao longo dos quais os acontecimentos se dão dentro de vinte e quatro (24) horas. A história começa e termina na casa do *Lord Windermere*, personagem que faz parte da alta sociedade de Londres na era vitoriana e é casado com *Lady Windermere*.

A análise empreendida por nós, leva em consideração os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, relacionados às categorias de análise apresentadas no capítulo anterior. Os dados analisados correspondem a todos os quatro atos que compõem o drama. No primeiro e segundo atos, dos assuntos abordados pelos personagens é o aparecimento de uma senhora de caráter duvidoso, no julgamento apresentado por eles, à sociedade de Londres, bem como a suspeita da *Lady Windermere* de que seu esposo esteja em uma relação extraconjugal. No terceiro ato, temos dois momentos distintos: i) *Mrs. Erlynne* tenta convencer *Lady Windermere* a não fugir com *Lord Darlington*; e ii) uma conversa entre vários amigos, todos do gênero masculino, na casa de *Lord Darlington*; momento em que eles revelam seus julgamentos sobre a sociedade, as mulheres e *Mrs. Erlynne*, em particular. No último ato, temos um entendimento entre *Mrs. Erlynne* e *Lady Windermere*, momento em que aquela senhora se despede desta.

Foram analisados os enunciados de todos os personagens, em todos os atos, para que pudéssemos investigar a relação da modalidade deôntica com a construção de discursos que revelam valores da era vitoriana, sob a ótica funcionalista, na peça *Lady Windermere's fan*. Dessa forma, duzentos e noventa e nove (299) casos compõem nosso *corpus* de ocorrências de enunciados modalizados deonticamente. Em anexo, após as referências, seguem alguns trechos da peça com tais enunciados para que haja melhor compreensão por parte do leitor, visto que, dessa forma, temos acesso ao contexto no qual estão inseridos. Acima de cada trecho, tem-se a identificação do ato e da página ou do intervalo a que pertencem, tendo como base o arquivo digital em formato de .pdf disponível no site do *Project Gutenberg*. O meio de expressão da modalidade deôntica está identificado por uma marcação em negrito, feita por nós. Quando houver um número entre parênteses antecedendo a codificação entre colchetes, ele corresponderá ao número do exemplo analisado nesse capítulo.

A análise aqui realizada leva em consideração categorias relevantes para o estudo da modalidade deôntica, tendo em vista nosso objetivo, e que foram explicitadas no capítulo anterior, tais como o meio linguístico de expressão da modalidade, o valor deôntico, o tipo de alvo, a inclusão, ou não, da fonte deôntica quanto ao cumprimento de um valor deôntico instaurado, e a categoria extralinguística do gênero dos personagens. Compreendemos, contudo, que o estudo da categoria modalidade não é tarefa fácil, pois se trata de um terreno cujas fronteiras não são fixas, devido a fatores como a polissemia dos verbos modais, que estão a serviço de diferentes tipos de modalidade; e os valores de habilidade e volição que podem estar a serviço da instauração de um valor deôntico. Logo, é imprescindível uma análise que leve em consideração o contexto.

Ressaltamos, ainda, que todas as ocorrências foram analisadas com relação a todas as categorias, considerando os aspectos gramaticais integralmente, a fim de buscarmos respostas para os problemas secundários que nortearam nossa investigação, a saber:

- a) A relevância da fonte instauradora da modalidade deôntica, na sociedade representada pela peça, influencia a construção discursiva e a obtenção de efeitos de sentido?
- b) Que relação pode ser estabelecida entre o gênero dos personagens e a construção de discursos deonticamente modalizados que revelam valores de sua sociedade?

Portanto, a disposição das informações em seções, nesse capítulo, se dá separadamente apenas por questão metodológica. Esclarecidos tais detalhes, passemos à análise.

6.1 Os meios de expressão da modalidade deôntica

No que diz respeito aos meios linguísticos de expressão, observamos uma alta ocorrência dos verbos auxiliares. Lembramos que optamos por incluir, também, nessa categoria, os verbos modais (*can, shall, should, must, may, etc*). Observamos, também, durante a análise, que a preferência pelos verbos auxiliares não se deu em todos os tipos de fonte, mas apenas em três. A tabela 11, apresentada a seguir, nos mostra um resumo do número total de ocorrências de codificação linguística da modalidade deôntica por meio dos diversos meios linguísticos e sua respectiva porcentagem.

Tabela 11 – Expressão da modalidade deôntica

	Verbo auxiliar	Modo verbal	Verbo pleno	Expressão modalizadora	Adjetivo	Substantivo	Total
No. de ocorrências	152	79	47	16	4	1	299
Porcentagem	51%	26,4%	16%	5,3%	1%	0,3%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Observamos, assim, que os verbos auxiliares, como na expressão ‘ter de + infinitivo’ (*have to + infinitive*), bem como os verbos modais, correspondem à 51% das ocorrências analisadas, sendo o meio de expressão da modalidade deôntica de maior produtividade na análise empreendida. Este resultado também pode ser encontrado em outras pesquisas, como a de Menezes (2006) e Pessoa (2007). O modo verbal, com 26,4% de ocorrência, é o segundo tipo de meio linguístico de expressão da modalidade, em termos de produtividade. Os verbos plenos, por sua vez, correspondem à 16% dos casos, seguidos pelas expressões modalizadoras, com 5,3%, pelos adjetivos em posição predicativa (é necessário, é obrigado), com 1%, e dos substantivos, que correspondem à 0,3% das ocorrências. Nenhuma ocorrência de instauração da modalidade deôntica por meio de um advérbio foi registrada.

Como mencionado no início desta seção, durante a análise, observamos que três tipos de fonte demonstraram preferência por instaurar a modalidade deôntica por meio da categoria denominada ‘Verbo auxiliar’. Desse modo, das 152 ocorrências de verbo auxiliar, 119 foram utilizadas com a fonte do tipo ‘Enunciador’, 2 com a fonte ‘Instituição’ e 17 com a fonte ‘Não-especificado’. As fontes ‘Enunciatário’ e ‘Indivíduo’ mostraram preferência pelo uso dos verbos plenos; o primeiro tipo os utilizou em 14 ocorrências, enquanto o segundo tipo instaurou um valor modal por meio de verbos plenos em 10 casos.

Os exemplos que analisamos a seguir foram retirados de nosso *corpus* e exemplificam a instauração da modalidade deôntica por meio dos meios linguísticos apresentadas acima, resumidos na tabela 11. O número entre parênteses indica a ordenação dos exemplos apresentados. O nome próprio que antecede os dois pontos (:) indica o nome do personagem. Em negrito, temos a expressão da modalidade deôntica a ser analisada. Logo após

o enunciado em inglês, tem-se a tradução, feita por nós, para o português, seguida da codificação, expressa entre colchetes, descrita no capítulo anterior.

Nos trechos (1) e (2), a seguir, temos a modalidade deôntica expressa pelos auxiliares modais *must* e *shall* (dever). O primeiro auxiliar (*must*) pode, em alguns casos, ser utilizado com o valor de probabilidade epistêmica. No entanto, a análise do contexto em que tal auxiliar está inserido é de extrema importância, pois nos ajuda a determinar se ele está a serviço da modalidade epistêmica ou deôntica.

(1) *Lord Darlington: And I **must** say I think you are very hard on modern life, Lady Windermere.* (E eu **devo** dizer que eu acho você muito dura quanto à vida moderna, Lady Windermere.) [A2B1C1D1E1F1G1H1] – I

(2) *Lady Windermere: Arthur, if that woman comes here, I **shall** insult her.* (Arthur, se aquela mulher vier aqui, eu **devo** insultá-la.) [A2B1C1E1F1G1H2] – I

Lord Windermere: Child, if you did such a thing, there's not a woman in London who wouldn't pity you. (Criança, se você fizesse tal coisa, não teria uma mulher em Londres que não sentiria pena de você.)

*Lady Windermere: There is not a **GOOD** woman in London who would not applaud me. We have been too lax. We **must** make an example. I propose to begin to-night.* (Não tem uma BOA mulher em Londres que não me aplaudiria. Nós estivemos muito frouxas. Nós **devemos** dar o exemplo. Eu proponho começarmos hoje à noite.) [A2B1C1D1E1F3G1H2] – I

Por meio do auxiliar modal *must*, o personagem em (1) instaura uma obrigação para si próprio, com base em valores morais, já que julga necessário compartilhar sua opinião sobre a vida moderna com a *Lady Windermere*. Já em (2), temos o trecho de um diálogo entre *Lady Windermere* e seu esposo. No primeiro enunciado da personagem em questão, notamos o uso de um ato comissivo, visto que diz respeito ao comprometimento da personagem quanto à execução de uma ação, como explicado por Palmer (1986, p.115), por meio do qual ela faz uma ameaça, caracterizada pelo traço de futuridade, e atribui, a si mesma, uma obrigação, linguisticamente codificada pelo auxiliar modal *shall* (dever) antecedido pelo pronome de primeira pessoa *I* (eu).

Ao falar com seu marido sobre o modo como as boas mulheres de Londres devem se comportar perante os membros da sociedade, ainda em (2), a personagem impõe, em seu segundo enunciado, o mesmo tipo de obrigação, mas essa recai não apenas sobre ela como

também sobre as demais mulheres de Londres que prezam pela moral, ou ainda, nos termos de *Lady Windermere*, “as boas mulheres”. Sua inclusão nesse grupo se dá por meio do pronome de primeira pessoa do plural (*we*), logo após introduzir o referido grupo em sua fala. Sua inclusão quanto ao cumprimento de uma obrigação instaurada por ela mesmo, se dá pelo mesmo meio linguístico. Neste caso, a personagem é a fonte deôntica e se inclui no alvo deôntico.

Quanto à expressão ‘*have to + infinitive*’ (ter que/de + infinitivo), trata-se da gramaticalização do verbo ‘*to have*’ (ter), que passa de verbo pleno a verbo auxiliar. Desse modo, temos a modalidade expressa por meio de um verbo auxiliar, com o propósito de instaurar uma obrigação ou uma permissão. Vejamos dois exemplos.

(3) *Mrs. Erlynne: What a bore it is to **have to** be civil to these old dowagers!* (Como é entediante **ter que** ser civilizada com essas velhas viúvas!) [A2B1C1D2E4F1G1H2] – II

Temos em (3) um valor deôntico de obrigação, expresso por meio do *have to* (ter de/que). Ao tentar fazer parte da alta sociedade de Londres, a personagem *Mrs. Erlynne* se faz presente em um baile e aproveita a oportunidade para interagir com vários integrantes da alta classe. Mas, o modo como ela tem que se comportar diante de tais figuras parece não ser de seu inteiro agrado, como podemos observar pelo comentário feito por ela, em (3), no qual ela expressa seu incômodo em ter que cumprir uma obrigação imposta pela sociedade; a de agir civilizadamente.

Já em (4), a seguir, ao tentar convencer *Lady Windermere* a não ir embora de Londres com *Lord Darlington*, *Mrs. Erlynne* compartilha sua dor.

(4) *Mrs. Erlynne: You don't know what it is to fall into the pit, to be despised, mocked, abandoned, sneered at--to be an outcast! to find the door shut against one, to **have to** creep in by hideous byways, afraid every moment lest the mask should be stripped from one's face (...).* (Você não sabe o que é cair em um buraco, ser desprezada, zombada, abandonada, olhada sem respeito – estar fora da sociedade! Ter a porta fechada contra você, **ter que** transitar pelas ruas abandonadas, com medo de que, a cada momento que passa, a máscara vai ser arrancada do seu rosto, e, durante todo o tempo, escutar a risada, a horrível risada do mundo (...).) [A2B1C1D2E5F5G2H2] – III

No trecho supracitado, *Mrs. Erlynne* se utiliza de um discurso impessoal ao falar de seu sofrimento para *Lady Windermere*, para que sua interlocutora não descubra de quem se trata. Desse modo, é possível identificarmos o valor deôntico de obrigação, mas ambos fonte e

alvo deônticos são do tipo ‘Não-especificado’, não havendo, também, marcas de inclusão da fonte no cumprimento do valor deôntico. Parece, portanto, tratar-se de uma modalidade objetiva em que se faz uma referência a uma situação.

É interessante observarmos que, nos exemplos (3) e (4), ‘ter que/de’ expressa uma obrigação. Mas, em um contexto diferente em que essa expressão viesse antecedida de uma negação, haveria mudança quanto ao valor deôntico expresso; teríamos uma permissão. Isso se dá devido à relação entre polaridade e valor deôntico, como já discutida anteriormente com base em Lyons (1977), no capítulo 3. No caso dessa expressão, a negação do valor de obrigação culmina em uma permissão. Nenhuma ocorrência da negação do ‘*have to + infinitive*’ foi registrada em nossa análise.

O modo verbal pode ser um dos meios pelos quais um valor deôntico é instaurado. Em nossa análise, constatamos que, em 26,4% das ocorrências totais, o modo verbal foi o meio linguístico preferido. Além disso, sua ocorrência se deu exclusivamente com um tipo de fonte: ‘Enunciador’. Analisemos alguns exemplos.

(5) *Lady Windermere: Show him up--and I'm at home to any one who calls.* (Mostre-o o caminho aqui para cima – e eu estou em casa para qualquer pessoa que chamar) [A5B3C1D2E1F2G1H2] – I

(6) *Lady Windermere: Put it there, Parker. That will do.* (Ponha ali, Parker. Pode se retirar.) [A5B3C1D2E1F2G1H2] - I

(7) *Parker: The men want to know if they are to put the carpets on the terrace for to-night, my lady?* (Os homens querem saber se é para eles colocarem os carpetes no terraço para hoje à noite, senhora?) [A6B1C1D2E1F3G1H1] - I

Lady Windermere: You don't think it will rain, Lord Darlington, do you? (Você não acha que vai chover, Lord Darlington, acha?)

Lord Darlington: I won't hear of its raining on your birthday! (Eu não vou ouvir de chuva no seu aniversário!)

Lady Windermere: Tell them to do it at once, Parker. (Diga a eles para colocarem de vez, Parker.) [A5B3C1D2E1F2G1H2] - I

Nos exemplos (5) e (6), temos dois enunciados da personagem *Lady Windermere* que, ao falar com seu mordomo, *Parker*, instaura uma ordem. Em (5), temos o verbo ‘*show*’

destacado e, em (6), o verbo ‘*put*’. No entanto, nesses casos não é o verbo, em si, a categoria linguística por meio da qual um valor deôntico é instaurado, pois não se tratam de verbos que descrevem um valor deôntico em seu sentido lexical. Em (5) e (6), o modo imperativo em que foram usados os verbos ‘*show*’ e ‘*put*’, respectivamente, é o meio de expressão da modalidade deôntica. Em ambos os casos, *Lady Windermere*, ciente de sua autoridade sobre seu mordomo é a fonte da qual emanam as obrigações instauradas e *Parker* é a fonte sobre quem recai tal valor.

No exemplo (7) temos dois casos de modalidade deôntica. O primeiro, no enunciado do mordomo *Parker*, trata-se de uma obrigação transferida. Enquanto mordomo, *Parker* tem relativa autoridade sobre os demais empregados. Assim, os homens que estavam a trabalhar na arrumação do terraço para a festa de aniversário de *Lady Windermere* não se dirigem diretamente a ela, mas ao *Parker*. O ato de fala indireto de *Parker*, transfere, por meio de uma interrogativa, para *Lady Windermere* a autoridade de instaurar, ou não, uma obrigação. O meio linguístico pelo qual esse valor de obrigação é instaurado se trata de uma expressão modalizadora formada por ‘*be + to + infinitive*’ (ser para + infinitivo). De acordo com Swan (2005), um dos usos dessa estrutura, em língua inglesa, é a instauração de ordens, como ocorre no exemplo (7). O pronome ‘*they*’, na expressão “*they are to put*”, faz referência não ao enunciador, mas aos trabalhadores que estão a arrumar o terraço, logo, a obrigação recai não sobre *Parker*, mas sobre eles.

Ainda em (7), no último enunciado de *Lady Windermere*, temos a instauração de uma obrigação. Dessa vez, por meio do modo imperativo, a personagem instaura uma ordem ao seu mordomo para que ele diga aos trabalhadores para por o carpete no terraço. Mais uma vez, *Lady Windermere* é a fonte deôntica, e *Parker* é o alvo, ressaltando a estratificação característica do período vitoriano.

Identificamos, em (8), duas ocorrências de obrigação também instauradas por meio da categoria de modo verbal. Analisemos os casos que seguem.

(8) *Lady Windermere: Arthur, if that woman comes here--I warn you* – (Arthur, se aquela mulher vier aqui – Eu alerto você –)

Lord Windermere: Margaret, you'll ruin us! (Margaret, você vai arruinar-nos!)

Lady Windermere: Us! From this moment my life is separate from yours. But if you wish to avoid a public scandal, write at once to this woman, and tell her that I forbid her to

come here! (Nós! A partir desse momento, minha vida está separada da sua. Mas se você deseja evitar um escândalo público, **escreva** já para essa mulher e **diga** a ela que eu a proíbo de vir aqui!) [A1B1C3E1F3G2H2] – I

Por meio do modo imperativo usado nos verbos ‘*write*’ e ‘*tell*’, *Lady Windermere*, enquanto enunciadora e fonte deôntica, instaura duas ordens para o seu esposo, o enunciatário e alvo deôntico: “escrever” e “dizer à *Mrs. Erlynne* que ela está proibida de se fazer presente na casa do casal”. Essa obrigação tem como base seu desejo de evitar um escândalo e sujar seu nome na sociedade, portanto, trata-se de uma obrigação do tipo interna, como propõe Almeida (1988).

Como especificado na tabela 11, exposta anteriormente, 79 ocorrências de valores deônticos instaurados pelo modo verbal foram analisadas. Concomitantemente, sempre que o modo verbal serviu para a expressão da modalidade deôntica, o modo imperativo foi utilizado. Já no quadro geral, se levarmos em conta as 299 ocorrências, o modo imperativo consta em 84 casos.

Quanto à ocorrência do modo imperativo, Palmer (1986, p.29) nos esclarece que aqui não se trata de um modo marcado. O autor cita o exemplo da língua inglesa, em que não há marcas formais, não há a necessidade de verbos modais para o uso do imperativo e, logo, é modalmente não marcado. Tal característica permite, inclusive, que o modo imperativo seja utilizado quando da instauração do valor deôntico de permissão. No entanto, entendemos que a não marcação do modo imperativo se dá porque a realização da ação descrita no predicado se dará sempre em um tempo futuro. Isto não significa, contudo, que toda marca de futuro serve para instaurar um valor deôntico. Podemos concluir, portanto, que, quando do uso do modo imperativo para a instauração de um valor deôntico, se a atualização do Estado-de-Coisas se der, será sempre após o momento de fala, localizando o EC em um tempo futuro.

Ressaltamos, ainda, que no mesmo trecho (8), temos uma proibição codificada por meio do verbo de significação plena *forbid* (proibir). Não a selecionamos no primeiro momento da discussão por motivos metodológicos, visto que buscávamos, primeiramente, descrever apenas o valor deôntico instaurado por meio do modo verbal. Retomamos, assim, o último enunciado do exemplo (8):

(8) *Lady Windermere: Us! From this moment my life is separate from yours. But if you wish to avoid a public scandal, write at once to this woman, and tell her that I forbid her to come here!* (Nós! A partir desse momento, minha vida está separada da sua. Mas se você

deseja evitar um escândalo público, escreva já para essa mulher e diga a ela que eu a **proíbo** de vir aqui!) [A5B3C1D1E1F2G2H2] – I

O trecho *'I forbid her to come here!'*, presente em (8), trata-se de uma oração cujo Estado-de-Coisas encontra-se qualificado e localizado por meio do operador [Presente] e do satélite (*here*), de acordo com a proposta das camadas subjacentes da oração de Dik (1997). Temos, assim, uma proibição instaurada por *Lady Windermere*, que não permite a presença da personagem *Mrs. Erlynne* em sua casa, pois suspeita que seu marido esteja romanticamente envolvido com tal senhora e a sua presença na casa de *Lady Windermere* seria motivo de escândalo. Por ser dona da casa, *Lady Windermere* tem autoridade de proibir a presença de alguém nesse local. Então, partindo da premissa de que a ocorrência de um escândalo público em sua casa não é algo desejável devido à sua alta posição social, *Lady Windermere* instaura tal proibição, que recai sobre *Mrs. Erlynne*.

Analisemos mais dois casos de modalidade deôntica codificada por meio de um verbo pleno, nos trechos (9) e (10) a seguir.

(9) *Lord Windermere: Dumby, you are ridiculous, and Cecil, you let your tongue run away with you. (...). You don't really know anything about her, and you're always talking scandal against her. (Dumby, você é ridículo, e Cecil, você deixa sua língua correr solta. (...). Você não sabe nada sobre ela, mas está sempre falando escândalos contra ela.)* [A1B1C2D3E6F2G1H1] -III

(10) *Duchess of Berwick: Pretty child! I was like that once. Now I know that all men are monsters. The only thing to do is to feed the wretches well. A good cook does wonders, and that I know you have. My dear Margaret, you are not going to cry? (Criança linda! Eu já fui assim. Agora sei que todos os homens são monstros. A única coisa a se fazer é alimentá-los bem. Uma boa comida faz maravilhas e isso eu sei que você tem. Querida Margaret, você não vai chorar?)*

Lady Windermere: You needn't be afraid, Duchess, I never cry. (Você não precisa se preocupar, Duquesa, eu nunca choro.) [A1B1C2D3E1F2G1H2] – I

No trecho (9), *Lord Windermere* faz um comentário diretamente aos seus amigos, no momento em que eles estavam reunidos e expressando suas opiniões sobre *Mrs. Erlynne*. Por meio do verbo pleno *'let'* (permitir), *Lord Windermere* reporta uma permissão instaurada por seu amigo *Cecil*, que também é o alvo deôntico, descrevendo, assim, o comportamento

desse último personagem que, aos olhos de *Lord Windermere*, fala demasiadamente sem conhecimento de causa. Note-se que, em nenhum momento eles falam de outra mulher tão especificamente quanto falam de *Mrs. Erlynne*, que não pertence à alta sociedade como eles.

Em (10) temos, mais uma vez uma permissão sendo instaurada. Por meio da forma ‘*needn’t*’, forma reduzido do verbo ‘*need*’ (precisar) com a negação ‘*not*’ (não), *Lady Windermere* retira uma necessidade deôntica e instaura uma permissão para não agir. No caso em questão, trata-se de uma permissão para não se preocupar, que recai sobre a enunciatária *Duchess of Berwick*.

As expressões modalizadoras foram utilizadas em 16 ocorrências de modalidade deôntica. Como explicado no capítulo anterior, classificamos como expressões modalizadoras expressões do tipo ‘*be to + infinitive*’ (ser para + infinitivo), ou ‘*to have the right/ a right/ no right (+ to + infinitive)*’ (ter o direito/ não direito (de +infinitivo)) e sintagmas nominais como ‘*the necessary is*’. No exemplo (7), descrevemos um caso em que a expressão ‘*be to + infinitive*’ foi o meio linguístico pelo qual um valor deôntico foi instaurado. No exemplo (11), a seguir, explicaremos um caso com a segunda expressão listada por nós neste parágrafo.

(11) *Duchess of Berwick*: (...) *And the worst of it all is that I have been told that this woman has got a great deal of money out of somebody, for it seems that she came to London six months ago without anything at all to speak of, and now she has this charming house in Mayfair, drives her ponies in the Park every afternoon and all--well, all--since she has known poor dear Windermere.* (E o pior de tudo é que me disseram que essa mulher tirou uma boa quantia de dinheiro de alguém, pois parece que ela veio para Londres seis meses atrás sem nada e agora ela tem essa casa charmosa na Mayfair, anda com seus pôneis no parque toda tarde e, bem, tudo desde quando ela conheceu o pobre Windermere.)

(...)

Lady Windermere: (...) *I know where Arthur keeps his bank book- -in one of the drawers of that desk. I might find out by that. I WILL find out. No, it is some hideous mistake. Some silly scandal! He loves ME! He loves ME! But why **should I not** look? I am his wife, I **have a right** to look!* (Eu sei onde Arthur guarda sua caderneta bancária – em uma das gavetas da mesa. Eu posso descobrir dessa maneira. Eu VOU descobrir. Não, isso é um erro terrível. Um escândalo bobo! Ele ME ama! Ele ME ama! Mas por que eu **não deveria** olhar? Eu sou esposa dele, eu **tenho o direito** de olhar!) [A5B1C2D3E1F1G1H2] – II

No excerto (11), temos um pequeno trecho de uma longa conversa entre *Lady Windermere* e *Duchess of Berwick*, na qual essa senhora conta para aquela que as pessoas da alta sociedade estão comentando sobre um possível envolvimento romântico entre *Lord Windermere* e *Mrs. Erlynne*. Como indícios de tal envolvimento, a duquesa aponta as mudanças econômicas que ocorreram na vida dessa senhora desde quando ela chegou em Londres. Portanto, *Lady Windermere* decide investigar se seu marido tem relação com tais mudanças e resolve verificar a caderneta bancária do esposo.

Assim, visto que os rumores e insinuações sobre o envolvimento de *Lord Windermere* com *Mrs. Erlynne* podem causar um escândalo social e comprometer o casamento, *Lady Windermere* sente a necessidade de resolver tal questão. É partindo dessa necessidade que ela instaura, para si mesma, uma autorização para olhar a caderneta bancária de seu esposo, pois se o direito de fazer algo é dado a alguém, isto implica que este alguém tem a permissão de fazer algo. Logo, por desempenhar o papel de esposa, *Lady Windermere* se sente no direito, ou seja, se dá a permissão de agir de tal maneira. Esse valor deôntico é instaurado, na passagem em (11) por meio da expressão modalizadora “*have the right*” (ter o direito).

Note-se ainda que, antes de conceder tal autorização, a personagem se questiona por meio da interrogativa ‘*Why should I not look?*’. Neste momento, ela instaura uma proibição, colocada como forma de dúvida, que recai sobre ela mesmo. E porque a personagem se questionou, ela chegou à conclusão de que, sendo esposa do *Lord Windermere*, ela tem direito, ou seja, ela tem permissão de olhar a caderneta. Observe-se, também, que os modalizadores deônticos descritos no trecho (11) se prestam a expressar uma permissão para a esposa agir e não a autoridade do esposo descrita no capítulo 5, quando da discussão dos valores vitorianos.

Quanto ao uso de adjetivos para a instauração de um valor deôntico, identificamos 4 ocorrências, o que corresponde a apenas 1% dos 299 casos analisados. Destacamos, na sequência, um exemplo.

(12) *Lord Augustus: (...) Who is she? Where does she come from? Why hasn't she got any demmed relations? Demmed nuisance, relations! But they make one so demmed respectable.* (Quem é ela? De onde ela vem? Por que ela não tem nenhuma relação? Relações chatas! Mas que fazem alguém tão respeitável.)

Lord Windermere: You are talking of Mrs. Erlynne, I suppose? I only met her six months ago. Till then, I never knew of her existence. (Suponho que você está falando da Mrs. Erlynne? Eu a conheci apenas seis meses atrás. Até então, eu nunca soube de sua existência.)

Lord Augustus: You have seen a good deal of her since then. (Você a tem visto muito desde então.)

(...)

Lord Windermere: No explanations are necessary about my friendship with Mrs. Erlynne. (Nenhuma explicação é **necessária** sobre minha amizade com Mrs. Erlynne.)
[A3B1C2D3E5F5G3H1] – II

No trecho referido anteriormente, *Lord Windermere* instaura uma permissão por meio da negação de uma obrigação. Ao conversar com seu amigo, *Lord Augustus*, que demonstra interesse em saber do tipo de relacionamento que existe entre *Lord Windermere* e *Mrs. Erlynne*, esse último senhor opta por manter-se reservado. Visto que não há necessidade de se tecer explicações sobre a amizade dele com a senhora mencionada em (12), como ele aponta, ele se permite não dar tais explicações. Podemos observar, ainda, que o uso do adjetivo em posição predicativa põe em foco o predicado. Ou seja, a ênfase é dada para o que é necessário/ permitido e não para uma fonte ou um alvo deônticos.

Dada a alta frequência dos verbos auxiliares, categoria na qual estão incluídos também os modais auxiliares, como meios linguísticos por meio dos quais a modalidade deôntica foi instaurada, 152 ocorrências de um total de 299 analisadas, decidimos cruzar esse meio de expressão com os valores deônticos, considerando seus subtipos. Dessa forma, registramos que, em 80 casos, a categoria de verbos auxiliares foi utilizada para a instauração de uma obrigação do tipo interna; em 21 casos, para a instauração de uma proibição; em 17 casos, para uma permissão do tipo autorização e, em outros 17, para uma habilidade; em 6 casos, para um pedido de permissão e, em outros 6, para uma volição; e, por fim, em 5 casos, para uma obrigação do tipo externa.

Tratemos, na próxima seção, dos valores deônticos analisados sob o viés funcionalista e das relações estabelecidas entre eles e outras categorias de análise.

6.2 Valores deônticos

Consideramos, na análise dos valores expressos nos enunciados modalizados deonticamente, os valores deônticos de obrigação, permissão e proibição. Como discutido no capítulo 4, com base em Palmer (1986), também incluímos em nossa análise os valores de habilidade e volição, ainda que não digam respeito a valores estritamente deônticos, pois entendemos, em concordância com o autor e com Menezes (2006), Pessoa (2007) e Lopes

(2009), que tais valores podem estar a serviço da expressão da modalidade deôntica. Ao longo desta seção, discorreremos, também, sobre os subtipos de obrigação e de permissão.

A tabela abaixo explicita o número de ocorrências em termos de valores deônticos instaurados em todos os atos da peça *Lady Windermere's fan*. As abreviações equivalem, respectivamente, da esquerda para a direita, aos valores de: obrigação, permissão, proibição, habilidade e volição.

Tabela 12 – Valores deônticos

	Obrig	Perm	Proi	Hab	Vol	Total
No. de ocorrências	174	58	29	20	18	299
Porcentagem	58%	19%	10%	7%	6%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Como podemos observar pela tabela 12, o valor deôntico de maior frequência em nossa análise é o de obrigação, registrado em 58% dos casos e seguido pelos valores de permissão, em 19%, e proibição, em 10%. Os valores de habilidade e volição, apresentaram menor frequência; 7 e 6%, respectivamente. A alta frequência do valor de obrigação era esperada por nós, visto que a sociedade vitoriana, tempo em que se encontra o enredo do drama, foi marcada pela delineação de deveres. As ocorrências discutidas abaixo ilustram a instauração desses valores por meio das diversas expressões linguísticas apresentadas na seção anterior, no presente capítulo.

(13) *Duchess of Berwick: Come and bid good-bye to Lady Windermere, and thank her for your charming visit. (...) come, Agatha. (Venha e diga adeus para Lady Windermere, e agradeça-a pela visita. (...) venha, Agatha.)* [A5B3C1D2E1F2G2H2] - I

(14) *Lord Windermere: Sit down and write the card. (Sente e escreva o cartão.)* [A5B3C1D2E1F2G2H1] – I

(15) *Duchess of Berwick: I must thank you for sending a card to Mr. Hopper. (Eu tenho que agradecê-la por mandar um cartão para Mr. Hopper.)* [A2B1C1D1E1F1G1H2] - I

Nos exemplos (13) e (14), temos a instauração do valor deôntico de obrigação por meio do modo verbal em que foram usados os verbos: o imperativo. No caso de (13), a enunciadora, e também fonte deôntica *Duchess of Berwick*, está ciente da sua autoridade sobre sua filha *Agatha* e, assim, no mesmo enunciado, instaura quatro ocorrências de obrigação. Em

todos os casos, o valor recai sobre a filha, caracterizando-a como o alvo deôntico. Em (14), temos a codificação do mesmo valor deôntico, uma obrigação, e sua expressão pelo mesmo meio linguístico: o modo verbal. Contudo, em (14), não temos mais a relação entre mãe e filha, pois o enunciador e fonte deôntica instaura uma obrigação para sua esposa, *Lady Windermere*. Observe-se assim que, enquanto a modalidade deôntica está a serviço da expressão da autoridade maternal na relação familiar envolvendo mãe e filha, apresentada em (13), em (14) ela denota a autoridade do marido vitoriano no ambiente familiar.

Em (15), o auxiliar modal ‘*must*’ toma como escopo o EC qualificado, expresso em ‘*I thank you for sending a card to Mr. Hopper*’, formando a predicação estendida descrita na oração do exemplo (15) e situando-se na segunda camada subjacente da oração, de acordo com a proposta de Dik (1997). Desse modo, ‘*must*’ modaliza a predicação, imprimindo o significado de ordem no enunciado e, portanto, classificando a modalidade como do tipo deôntica. No exemplo em questão, a personagem que enuncia é também a própria fonte e alvo deônticos. Ela considera necessário agradecer porque *Lady Windermere* convidou *Mr. Hopper*, pessoa com quem ela quer que sua filha case, para o baile de aniversário.

Passaremos, agora, à análise e discussão de exemplos que contemplem o valor de permissão. Assim como o valor de obrigação, permissão foi um dos valores mais instaurados ao longo do drama. O número total de ocorrências desse valor é 58, correspondendo a 19% dos 299 enunciados analisados.

(16) *Lady Windermere: (...) My hands are all wet with these roses. Aren't they lovely? (...)*. (Minhas mãos estão molhadas das rosas. Elas não são amáveis?)

*Lord Darlington: They are quite perfect. And what a wonderful fan! **May** I look at it?* (Elas são perfeitas. E que leque que maravilhoso! **Posso** vê-lo?) [A2B1C2D4E6F1G2H1] – I

*Lady Windermere: **Do.** Pretty, isn't it! (...)*. (**Veja.** Lindo, não é!) [A2B1C2D3E1F2G2H2] – I

No trecho da conversa em (16), temos duas instâncias de instauração de permissão. A primeira, diz respeito a um pedido de concessão de uma permissão, instaurada por meio do verbo modal *may* (poder) em uma interrogativa. Uma vez que *Lord Darlington* reconhece que o leque pertence à *Lady Windermere*, é necessário que se tenha a autorização dela para olhar tal objeto, mantendo, assim, o respeito e as boas maneiras. Portanto, por meio de uma interrogativa, ele transfere o poder de permitir ou não permitir para *Lady Windermere*. A

segunda ocorrência, por sua vez, diz respeito à autorização concedida por ela para que ele veja o leque. Ela é codificada pelo verbo auxiliar *do*, que assume o sentido do verbo ‘ver’, nesse contexto específico, correspondendo a uma autorização para ver o leque.

As ocorrências registradas com o valor de permissão foram expressas, em sua grande maioria, pela categoria de verbos plenos, somando-se 25 casos, ou de verbos auxiliares, totalizando-se 23 casos – estando os demais casos expressos pelos outros meios de expressão da modalidade. No exemplo que segue em (17), o valor de permissão é codificado linguisticamente por um meio de expressão diferente daqueles apresentados em (16).

(17) *Lord Darlington: (...) I should like YOU to take me very seriously, Lady Windermere, YOU more than any one else in life.* (Eu gostaria que VOCÊ me levasse a sério, Lady Windermere, VOCÊ mais que qualquer outra pessoa na vida.)

Lady Windermere. Why--why me? (Por que – por que eu?)

Lord Darlington: Because I think we might be great friends. Let us be great friends. You may want a friend some day. (Porque eu acho que podemos ser bons amigos. **Deixe** que sejamos bons amigos. Você pode querer um amigo um dia.) [A1B1C2D4E6F1G1H1] – I

(...)

Lady Windermere: I think we're very good friends already, Lord Darlington. We can always remain so as long as you don't – (...) – Don't spoil it by saying extravagant silly things to me. (Eu acho que já somos bons amigos, Lord Darlington. Nós **podemos** sempre continuar assim, contanto que você não – Não estrague me dizendo coisas extravagantes.) [A2B1C2D3E1F6G1H2] – I

Após expressar seu apreço por *Lady Windermere*, *Lord Darlington* instaura o valor deôntico de permissão por meio de uma sugestão, codificada pelo verbo pleno ‘*let*’ (permitir). Esse valor recai sobre ambos os interlocutores, dado o uso do pronome de primeira pessoa do plural ‘*us*’ (nós) após aquele verbo. Em resposta, a senhora admite a existência de uma boa amizade entre eles e concede que tal amizade continue. Isto é, ela instaura uma permissão por meio do verbo modal ‘*can*’ (poder), concedendo que ambos, dado o pronome de primeira pessoa do plural ‘*we*’ (nós), continuem amigos.

Relembramos, aqui, que a análise da modalidade, em muitos casos, torna-se complicada devido à polissemia dos modais auxiliares, como aponta Lopes (2009; 2014), Pessoa (2011), dentre outros autores, sendo necessário recorrermos ao contexto. No entanto,

neste caso apresentado em (17), visto que *Lady Windermere* afirma que eles já são amigos, não entendemos ser possível uma interpretação do auxiliar modal ‘*can*’ com o valor epistêmico de possibilidade. O mesmo ocorre em (18), a seguir, em que o auxiliar ‘*can*’, ao situar-se na camada da predicação, como propõe Dik (1997), modaliza o predicado ‘*[take (I) (Agatha)]*’, imprimindo o significado de permissão no enunciado e, logo, classificando a modalidade como do tipo deôntica. Além disso, temos um EC caracterizado pelos traços [+din] e [+con] e orientado para o futuro.

(18) Duchess Of Berwick: Of course it's going to be select. But we know THAT, dear Margaret, about YOUR house. It is really one of the few houses in London where I **can** take Agatha, and where I feel perfectly secure about dear Berwick. I don't know what society is coming to. The most dreadful people seem to go everywhere. (Claro que vai ser seleta. Mas nós sabemos DISSO, querida Margaret, sobre SUA casa. É, de fato, uma das poucas casas em Londres onde eu **posso** levar Agatha e onde me sinto perfeitamente segura sobre querido Berwick. Não sei no que a sociedade está se tornando. As pessoas mais terríveis parecem estar em todos os lugares.) [A2B1C2D3E1F1G1H2] – I

Em (18), temos uma permissão instaurada pela Duquesa, por meio da expressão linguística *can* (poder) na qual ela é o próprio alvo deôntico. Com base em valores sociais, ela se permite levar a própria filha à casa da *Lady Windermere*, pois considera ser um lugar onde a moral e os bons costumes de sua sociedade são mantidos, onde apenas pessoas que compartilham esses mesmos valores frequentam e, portanto, onde sua filha não terá que lidar com “pessoas terríveis”, nas palavras da personagem.

Dado que os valores de obrigação, permissão e proibição foram os valores deônticos mais instaurados, respectivamente, julgamos interessante realizar um cruzamento entre esta variável e o gênero dos personagens. Concluímos que o valor de obrigação ocorreu em 120 enunciados de personagens do gênero feminino e em 54 enunciados de personagens do gênero masculino; o valor de permissão foi registrado em 31 enunciados de personagens do gênero feminino e em 27 do gênero masculino; e a proibição foi instaurada em 21 enunciados do gênero feminino e em apenas 8 do gênero masculino.

Contrariamente ao que acreditávamos, as personagens do gênero feminino não instauraram apenas pedidos de permissão. Ou seja, não se mantiveram completamente submissas como deveriam ser as mulheres da sociedade vitoriana, de acordo com as características descritas no capítulo 5. Os modalizadores deônticos utilizados nos enunciados

delas as permitiram instaurar, em termos de subtipo de permissão, o valor de autorização, fazendo com que uma certa autoridade fosse reconhecida no enunciado dessas personagens, seja em situações entre dois amigos, como em (16) e (17), ou quando uma mãe tenta criar sua filha de acordo com os valores de sua época, preocupando-se com o ambiente onde ela possa ser levada, como em (18). Note-se, neste último caso em específico, o papel da mulher experiente, conhecedora dos valores compartilhados pela sociedade em que se insere, e, ao mesmo tempo, mãe: há uma tendência pela preservação e propagação dos valores morais de sua sociedade.

No capítulo 4, explicamos, com base em Almeida (1988), que os valores deonticos de obrigação e permissão apresentam subtipos e especificamos quais consideráramos em nossa análise: obrigação interna, obrigação externa, autorização, pedido de permissão. A obrigação interna tem como base um dever moral, envolve um dever de consciência, social, religioso ou profissional, por exemplo; ela parte dos valores morais da fonte. A obrigação externa, por sua vez, corresponde a uma necessidade imposta, podendo ser física, fisiológica, biológica, em que alguém é obrigado a alguma coisa. O subtipo autorização ocorre quando uma fonte deontica concede ou nega uma autorização, enquanto o subtipo pedido de permissão corresponde a um pedido de permissão para executar um EC. Apresentamos, aqui, a tabela 13 com o resumo da quantidade de ocorrências de cada subtipo.

Tabela 13 – Subtipos de obrigação e permissão

Obrigação		Permissão	
Interna	139	Autorização	40
Externa	35	Pedido de permissão	18
Total	174	Total	58

Fonte: Elaborada pela autora

Nos próximos exemplos, tratamos da distinção apresentada no parágrafo anterior e do significado que esses subtipos têm para nosso estudo. Discorramos, primeiramente, sobre os subtipos de obrigação.

(19) *Lady Windermere: That woman is not coming here to-night!* (Aquela mulher não virá aqui hoje à noite!)

Lord Windermere: Mrs. Erlynne is coming here, and if you in any way annoy or wound her, you will bring shame and sorrow on us both. Remember that! Ah, Margaret! only trust me! A wife should trust her husband! (Mrs. Erlynne virá aqui e se você de alguma maneira

chateá-la ou ferí-la, trará vergonha e tristeza para nós dois. **Lembre-se** disso! Ah, Margaret! Apenas confie em mim! Uma esposa **deveria** confiar em seu marido!) [A5B3C1D1E1F2G2H1] – II; [A2B1C1D1E1F2G2H2] – II

Temos, em (19), um trecho de uma conversa entre o casal *Windermere*. Porque a esposa se recusa a receber *Mrs. Erlynne* em sua casa, o marido instaura a primeira obrigação por meio do modo verbal imperativo, impresso no verbo ‘*Remember*’ (lembrar), tendo como base as consequências que um mal comportamento por parte da *Lady Windermere* pode trazer para o casal: vergonha e tristeza. Observe-se que, a ida de *Mrs. Erlynne*, uma senhora que não pertence à alta sociedade de Londres, à casa dos *Windermere* não é aprovada por *Lady Windermere*. No entanto, contra a vontade da esposa, *Lord Windermere* confirma a ida daquela senhora e, logo em seguida, instaura uma obrigação para sua esposa. A modalidade deôntica parece, neste caso, estar a serviço da expressão da autoridade do esposo.

Palmer (1979), aponta que, devido ao caráter performativo da modalidade deôntica, ao modalizar deonticamente um enunciado, um Falante está, de fato, concedendo permissão, prometendo, ameaçando ou instaurando uma obrigação. É possível, ainda, interpretarmos o primeiro valor deôntico instaurado em (19) como um aviso, uma advertência. Visto que essa obrigação é instaurada com base em valores morais do esposo, trata-se de uma obrigação do tipo interna.

A segunda ocorrência também é uma obrigação do tipo interna, mas codificada pelo verbo modal *should* (deveria), instaurada pelo esposo para causar uma reação no modo como sua esposa deve se comportar. Observe-se que o enunciador não se refere à enunciatária de modo direto por meio do pronome de segunda pessoa no singular ‘*you*’ (você); ao contrário, o sintagma nominal ‘*a wife*’ é utilizado, fazendo referência ao *status* civil de *Lady Windermere*, e evidenciando as obrigações dela no âmbito familiar.

Em (20), abaixo, *Lady Plymdale*, senhora da alta sociedade, fica completamente surpresa ao avistar *Mrs. Erlynne* no baile de aniversário de *Lady Windermere*.

(20) *Lady Plymdale: How very interesting! How intensely interesting! I really **must** have a good stare at her. I have heard the most shocking things about her.* (Que interessante! Que intensamente interessante! Eu realmente **tenho que** dar uma boa olhada nela. Eu ouvi as coisas mais chocantes sobre ela.) [A2B1C1D1E1F1G1H2] – II

Lady Plymdale instaura, em (20), uma obrigação a si mesma por meio do auxiliar modal ‘*must*’. Surpresa com a presença de *Mr. Erlynn*, a enunciadora, que até então só havia escutado fofocas sobre tal senhora, não poderia perder a oportunidade de vê-la. Dado que a obrigação foi instaurada com base em uma necessidade pessoal, trata-se de uma obrigação interna. O advérbio ‘*really*’ é uma marca de asseveração, pois reforça o valor deôntico instaurado.

Nos trechos em (21) e (22), que se segue, temos exemplos do outro tipo de obrigação, discutido anteriormente no capítulo 4: a obrigação externa.

(21) *Lord Darlington: How pale you are!* (Como você está pálida!)

Lady Windermere: Cowards are always pale! (Covardes sempre são pálidos!)

Lord Darlington: You look faint. Come out on the terrace. (Você parece fraca. Venha para o terraço.)

Lady Windermere: Yes. Parker, send my cloak out. (Sim. Parker, mande meu casaco.) [A5B3C1D2E1F3G2H2] – II

(22) *Duchess Of Berwick: Will you go and look over the photograph album that I see there?* (Você pode ir e olhar o álbum de fotos que eu vejo ali?) [A5B3C1D2E1F2G2H2] – I

Lady Agatha: Yes, mamma. (Sim, mamãe.)

(...)

Duchess Of Berwick: Will you go out on the terrace and look at the sunset? (Você pode ir para o terraço e olhar o pôr do sol?) [A5B3C1D2E1F2G2H2] – I

Lady Agatha: Yes, mamma. (Sim, mamãe.)

Em (21) e (22), temos a instauração de uma obrigação externa, visto que ‘alguém é obrigado a algo’, mediante reconhecimento da autoridade da fonte deôntica, como vimos em Almeida (1988). Em (21), ao dirigir-se para o terraço, um lugar mais ventilado, *Lady Windermere* instaura uma ordem para *Parker*, seu mordomo, por meio do modo imperativo no verbo ‘*send*’ (mandar) no modo imperativo, visto que ela reconhece sua autoridade sobre ele. Delineia-se, portanto, os limites entre patrão e empregado.

No exemplo (22), o mesmo valor é instaurado, mas, nesse caso, temos o reconhecimento da autoridade da mãe por parte da filha, que cumpre as obrigações instauradas. Observe-se que nos trechos em (22), temos um ato de fala indireto, ou seja, uma interrogativa sendo usada não como um ato de fala direto para uma pergunta, mas como um ato de fala indireto para expressar uma um comando, como explica Palmer (1986, p.32). Logo, temos ainda uma marca de atenuação, visto que a obrigação é instaurada por meio de uma interrogação iniciada com ‘*will you*’.

No trecho acima, como também em outras passagens entre as duas personagens ao longo do enredo, a mãe, quando julga o conteúdo da conversa inapropriado para a filha, utiliza-se de atos de fala indiretos para dar comandos por meio de uma pergunta e conseguir fazer com que a filha aja de determinada maneira. Em outros casos, a mãe, ao se reportar à filha, utiliza-se de atos de fala diretos e modaliza seu enunciado deonticamente por meio das categorias de verbos plenos e auxiliares. Observamos, assim, que o uso de modalizadores deônicos nos diálogos entre mãe e filha se prestam a expressar uma característica associada à mulher, de modo geral, segundo a qual ela preserva e, conseqüentemente, propaga os valores morais da sociedade em que está inserida.

Reconhecemos, ainda, que os subtipos de obrigação ‘interna’ e ‘externa’ podem estar um a serviço do outro. Tal afirmação é feita com base no fato de que, por exemplo, deveres classificados como sendo do tipo interno, como deveres morais, religiosos, éticos, podem servir de base par a instauração de uma obrigação externa, e vice-versa. No entanto, a distinção é importante para a análise e descrição de casos de modalidade deônica, pois nos auxilia na compreensão da construção de um discurso.

Nessa perspectiva, Menezes (2009) aponta que a alta frequência da obrigação interna no discurso político ocorre porque o orador se utiliza de valores tradicionalmente aceitáveis, ou não, em uma determinada sociedade. Para Pessoa (2007), a alta produtividade da obrigação do tipo externa se verifica, associando o traço de dever transferido ao discurso publicitário. Na análise empreendida por nós na peça *Lady Windermere’s fan*, constatamos, quanto ao valor de obrigação, que das 174 ocorrências de instauração desse valor, 139 correspondem à obrigação do tipo interna, ao passo que apenas 35 casos são do tipo externa. Isso significa que a maior parte dos valores de obrigação instaurados ao longo do enredo da peça partiram de uma compulsão, necessidade interna ou de valores morais, religiosos ou de consciência da fonte deônica. Parece-nos, portanto, que a modalidade deônica está a serviço

da expressão de valores morais de uma sociedade. Acreditávamos que as obrigações externas se dariam em maior frequência e que partiriam da fonte ‘Instituição’, indicando obrigações impostas pela sociedade vitoriana, o que não se confirmou.

Quanto aos subtipos de permissão, passemos a examiná-los nos exemplos que seguem.

(23) *Lord Darlington: Lady Windermere, good-bye. I may come to-night, mayn't I? Do let me come. (Lady Windermere, adeus. Eu posso vir hoje à noite, não posso? Deixe-me vir.)* [A2B1C2D3E1F1G1H1]; [A2B1C2D3E6F1G2H1]; [A1B1C2D3E6F1G2H1] – I

Temos, em (23), três ocorrências de permissão, no entanto, nem todas são instauradas pelo enunciador. Na primeira ocorrência, expressa pelo modal ‘*may*’, *Lord Darlington* é a fonte deôntica e instaura uma autorização, para si mesmo, para comparecer à casa de *Lady Windermere* à noite, no baile. Logo em seguida, por meio de uma *tag-question*, com a finalidade de confirmar a validade da autorização recém instaurada com a enunciatária, o enunciador transfere o poder de autorização para a *Lady Windermere*, portanto, ele pede permissão neste momento. A terceira ocorrência é instaurada por meio do verbo pleno ‘*let*’ (permitir) e também um pedido de permissão, logo, a fonte passa a ser *Lady Windermere*. Visto que o baile de aniversário ocorreria na casa dessa senhora, *Lord Darlington* agiu conforme as regras de bom comportamento e pediu permissão para comparecer ao evento.

No exemplo que segue, a enunciativa, ao discutir com seu esposo, instaura uma autorização para agir. O auxiliar modal ‘*may*’ modaliza o EC ‘*[squander (you) (everything)]*’ gerando uma predicação modalizada por uma possibilidade deôntica, ou seja, uma permissão.

(24) *Lady Windermere: Oh, don't imagine I mind about the money. As far as I am concerned, you may squander everything we have. (Oh, não ache que eu me importo com o dinheiro. Até onde eu sei, você pode gastar tudo o que temos.)* [A2B1C2D3E1F1G1H2] – I

Segundo *Lady Windermere*, em (24), ela não se importa com o dinheiro, portanto, seu esposo tem a permissão para gastar todas as finanças do casal. Temos o subtipo deôntico de autorização.

Os exemplos (25) e (26) têm em comum a transferência do poder de permissão, momento em que o enunciador se destitui do papel de fonte deôntica. Observemos.

(25) *Hopper: May I have the pleasure, Agatha? (Posso ter a honra, Agatha?)* [A2B1C2D4E6F1G1H1] - II

(26) *Lord Augustus: Now really, Mrs. Erlynne, **allow** me to explain.* (Agora de verdade, **permita-me** explicar.) [A1B1C2D4E6F1G2H1] – II

No primeiro caso, *Hopper* transfere para *Agatha* o poder de autorizá-lo, ou não, a dançar com ele, demonstrando ser um rapaz de bons modos. Trata-se, portanto, de um pedido de permissão em que *Agatha* é a fonte deôntica. No segundo caso, o mesmo ocorre com *Lord Augustus* e *Mrs. Erlynne*, sendo o pedido de permissão instaurado por meio do verbo pleno ‘allow’ (permitir). É interessante notarmos que, ainda que *Mrs. Erlynne* não seja uma dama da sociedade, ela não foi tratada com desrespeito.

No exemplo (27), diferentemente dos quatro últimos citados anteriormente, temos uma permissão sendo reportada pela enunciadora.

(27) *Lady Plymdale: He'll dance attendance upon her as long as she **lets** him, and won't bother me.* (Ele irá visitá-la até quando ela **permití-lo**, e não vai me incomodar.) [A1B1C2D3E2F3G2H2] - II

Lady Plymdale decide que *Mrs. Erlynne* não será um problema para seu casamento. Assim, enquanto essa senhora permitir, o esposo daquela irá visitá-la. Cabe, então, à *Mrs. Erlynne* o poder de autorizar o esposo de *Lady Plymdale* a frequentar sua casa.

Dentre as 299 ocorrências totais de enunciados deonticamente modalizados, em 58 casos o valor de permissão foi instaurado, dentre os quais, registramos que a concessão de autorização se deu em 40 casos, sendo a categoria de verbo auxiliar o meio de expressão mais frequente. Já o pedido de permissão, ocorreu apenas em 18 casos dentre aqueles 58 e foi expressa preferencialmente por verbos plenos. Acreditávamos que a frequência dos subtipos de permissão seria mais equilibrada. Mas, se levarmos em conta o gênero do enunciador em relação ao valor deôntico de permissão, há mais equilíbrio, visto que as personagens do gênero feminino instauraram o valor de permissão em 31 casos, enquanto os do gênero masculino instauraram em 27 casos.

No que diz respeito ao valor de proibição, 29 ocorrências foram registradas, correspondendo a 10% dos casos totais. Abaixo podemos observar dois exemplos, além do caso (8), já discutido anteriormente e que também trata do valor de proibição, instaurada por meio do verbo pleno ‘forbid’.

(28) *Mrs. Erlynne: (...) Ah, Mr. Dumby, how are you? I am so sorry I have been out the last three times you have called. Come and lunch on Friday.* (Ah, Mr. Dumby, como vai? Desculpe, eu estava fora das três últimas vezes que você me visitou. Venha almoçar na sexta.)

(...)

*Lady Plymdale: (...) You **are not to go** to lunch there; of course you understand that?* (Não é **para** você almoçar lá, claro que você entende isso?) [A6B1C3E1F2G2H2] – II

Dumby: My dear Laura, I wouldn't dream of going! (Minha querida Laura, eu não sonharia em ir!)

Ao observar que *Dumby* recebeu um convite de *Mrs. Erlynne*, *Lady Plymdale* o proíbe de aceitar, pois ele mentiu para ela, anteriormente, quando ela o perguntou sobre a identidade de tal senhora. Para isso, uma proibição é instaurada por meio da expressão modalizadora ‘*be + infinitive*’ (ser + infinitivo). De acordo com Swan (2005), essa estrutura, em língua inglesa, pode ser utilizada para a instauração de ordens. Assim, temos em (28) uma ordem para não ir, ou seja, uma proibição de ir.

Em (29), a proibição se dá por meio de uma oração afirmativa.

(29) *Duchess Of Berwick: (...) Augustus--you know my disreputable brother (...) is completely infatuated about her. It is quite scandalous, for she is absolutely **inadmissible** into society. Many a woman has a past, but I am told that she has at least a dozen, and that they all fit.* (Augustus – você sabe, meu irmão desonroso (...) é completamente apaixonado por ela. É um tanto escandaloso, pois ela é absolutamente **inadmissível** na sociedade. Muitas mulheres tem um passado, mas me contaram que ela tem ao menos uma dúzia e que todos eles se encaixam.) [A3B1C3E1F3G2H2] – II

Observamos, em (29), que a Duquesa não é a favor do relacionamento de seu irmão com *Mrs. Erlynne*, pois trata-se de um escândalo. Dessa forma, por meio do adjetivo ‘*inadmissible*’ (inadmissível), ela retira uma permissão e instaura uma proibição, pois, para ela, uma mulher com tantos passados não pode fazer parte da sociedade. Além disso, o advérbio ‘*absolutely*’ (absolutamente) assevera, isto é, intensifica a não permissão. Portanto, o modalizador deôntico usado em seu enunciado parece estar a serviço da expressão da característica vitoriana relacionada à divisão de classes: um homem pertencente à alta sociedade não deve se envolver com uma mulher que não pertence.

A categoria de verbos auxiliares registrou maior frequência quanto à expressão do valor deôntico de proibição, totalizando 21 casos. A seguir, temos um exemplo de proibição instaurada por um auxiliar modal.

(30) *Lady Windermere: I am not interested in her--and--you **should** not mention this woman and me in the same breath. It is an error of taste.* (Eu não estou interessada nela e você não **deveria** mencionar essa mulher e eu no mesmo fôlego. Isso é mal gosto.) [A2B1C1D1E1F2G1H2] – I

*Lord Windermere: Margaret, you could save this woman. She wants to get back into society, and she **wants** you to help her.* (Margaret, você poderia salvar essa mulher. Ela quer voltar para a sociedade e ela **quer** que você a ajude.) [A1B1C4E2F2G2H2] – I

Temos em (30), no enunciado da *Lady Windermere*, o valor deôntico de proibição codificado pelo auxiliar modal *should* (dever). Esse valor é instaurado mediante a negação de uma permissão, tendo em vista as relações estabelecidas por Lyons (1977) entre valores deônticos e polaridade. Isto é, a personagem nega, a seu marido, a permissão de incluí-la na mesma frase em que *Mrs. Erlynne* for mencionada. Note-se, portanto, que, para tomar tal atitude, ela reconhece que detém certa autoridade e não aceita todas as decisões ou atitudes de seu esposo.

Em contrapartida, *Lord Windermere* relata a vontade de *Mrs. Erlynne* de fazer parte da sociedade para justificar o valor de volição instaurado por essa senhora, e reportado por ele, de ter, em particular, a ajuda de *Lady Windermere* para realizar esse desejo. A volição usada em terceira pessoa, normalmente, não é considerada como um caso de modalidade deôntica. No entanto, uma análise do contexto em que esta ocorrência está inserida nos leva a averiguar que tal vontade, codificada pelo verbo pleno ‘*want*’ (querer), fez com que *Lord Windermere* se dirigisse à sua esposa e, além de simplesmente pedir, insistisse que ela convidasse *Mrs. Erlynne* para sua festa de aniversário. Temos que o valor de volição reportado por *Lord Windermere*, além de ter causado uma reação no comportamento dele para com sua esposa, trata-se de uma tentativa de levar *Lady Windermere* a realizar determinada ação: ajudar *Mrs. Erlynne* a voltar para a sociedade.

O valor de volição ocorreu em 18 enunciados deonticamente modalizados. Consideramos esse valor quando a serviço da modalidade deôntica, ou seja, quando instaurado para causar uma reação no outro, como em (31) e (32), abaixo, envolvendo uma volição

expressa pelo auxiliar modal ‘*should*’, que normalmente expressa um valor deôntico de obrigação.

(31) *Mrs. Erlynnne: I **should** so much like to know her.* (Eu **gostaria** muito de conhecê-la.) [A2B1C4E1F3G2H2] – II

(32) Hopper: But I **should like** to dance with Lady Agatha, Duchess. [A2B1C4E1F3G2H1] – II

No exemplo (31), observamos tal modal ser utilizado para expressar o desejo de *Mrs. Erlynnne* de conhecer uma senhora respeitada pela sociedade londrina, fazendo com que, logo em seguida, as duas senhoras sejam apresentadas. Seria possível, nesse caso, o uso da expressão *would like* (gostaria) para indicar a vontade de *Mrs. Erlynnne*, contudo, a escolha pelo verbo modal *should* acompanhado do intensificador *so* e do quantificador *much* parece enfatizar a volição expressa. Ou seja, a expressão ‘*so much*’ constitui uma marca de asseveração, nesse exemplo, intensificando o valor deôntico instaurado. O exemplo (32) é similar ao exemplo (31), no entanto, não há marcas de asseveração, estando o desejo de *Hopper* linguisticamente codificado pela expressão ‘*should like*’.

O verbo pleno ‘*want*’ corresponde ao meio linguístico de maior recorrência quando da instauração do valor de volição, ocorrendo em 12 casos, dentre as 18 ocorrências totais. Analisemos dois exemplos.

(33) *Lord Windermere: I **want** you to send her an invitation for our party tonight.* (Eu quero que você envie-a um convite para nossa festa de hoje à noite.) [A1B1C4E1F2G2H1] - I

(34) *Lady Plymdale: Because I **want** you to take my husband with you.* (Eu quero que você leve meu esposo com você.) [A1B1C4E1F2G2H2] – II

Em (33) e (34) os enunciadores são as próprias fontes deônticas e instauram, por meio do verbo pleno ‘*want*’, uma volição que causa uma reação em seus respectivos enunciatários. Em longa discussão com sua esposa, *Lord Windermere* expressa seu desejo, descrito no exemplo (33); a satisfação da sua vontade implica o envio do convite pela sua esposa, causando, portanto, uma reação no enunciatário. O mesmo raciocínio se aplica para (34), em que *Lady Plymdale*, em conversa com *Dumby*, expressa sua vontade de que este senhor leve seu esposo para a casa de *Mrs. Erlynnne*. Logo, para que esta vontade seja satisfeita, uma reação é gerada no comportamento de *Dumby*.

Assim, justificamos a inclusão dos exemplos (31) a (34), em relação ao valor de volição, no domínio da modalidade deôntica porque, como afirma Palmer (1986, p.96), esse tipo de modalidade é caracterizado como “contendo um elemento de desejo”, associando-se à ela significados de ação, quer sejam realizados pelo próprio Falante, quer sejam realizados pelo Ouvinte.

Quanto ao valor de habilidade, que corresponde a 7% das ocorrências analisadas, ou seja, 20 casos, segue a análise do exemplo (35). Para o tratamento desse valor, nos utilizamos da proposta de Verstraete (2004) e Van Linden, Verstraete, Cuyckens (2008), que caracterizam o valor de habilidade pela ausência da fonte deôntica. Assim, para esse valor, associamos a fonte do tipo ‘Não-especificada’ e, uma vez que não há fonte, a inclusão da fonte no alvo deôntico ‘Não se aplica’.

(35) *Mrs. Erlynn: I am afraid of the women. You must introduce me to some of them. The men I **can** always manage.* (Tenho medo das mulheres. Você tem que me apresentar para algumas delas. Os homens eu sempre **consigo** manobrar.) [A2B1C5E5F1G5H2] – II

O verbo modal *can* (poder) pode ser utilizado para expressar os valores deônticos de permissão ou de habilidade, segundo a proposta tipológica de Palmer (1986). Dado o caráter polissêmico desse verbo, é preciso analisarmos o contexto em que ele se insere para compreendermos o valor expresso.

Em (35), temos um exemplo daquele segundo valor, o de habilidade, por meio do qual *Mrs. Erlynn* deixa claro sua capacidade em lidar com os homens. O uso do advérbio de frequência ‘*always*’ (sempre) reforça tal habilidade, funcionando, nesse caso, como uma marca de asseveração. É interessante observarmos nesse exemplo a atitude de *Mrs. Erlynn*, pois mesmo inserida em um contexto no qual a mulher deveria ser submissa, ela é quem diz, sem medo de julgamentos, poder manobrar os homens. Esse é o tipo de comportamento que não é visto com bons olhos por *Lady Windermere* e o grupo de boas mulheres de Londres mencionado por esta própria personagem.

6.3 Fonte deôntica

Denominamos por ‘fonte deôntica’ o indivíduo ou instituição que instaura um valor deôntico (obrigação, permissão, proibição), a partir de princípios morais, legais, éticos, necessidades biológicas, físicas, etc. – noções que variam de acordo com a cultura na qual está inserida a fonte.

Para a especificação dos tipos de fonte a serem considerados em nossa análise, inspiramo-nos na proposta de Lyons (1977) e Verstraete (2004), como detalhado no capítulo 5. Nessa perspectiva, consideramos, em nossa análise, seis tipos de fonte, dentre os quais, um não se manifestou: ‘Inerente’. Dentre os 299 casos totais de modalidade deôntica, constatamos que o tipo de fonte mais recorrente foi ‘Enunciador’, com 234 ocorrências (78%), seguido do tipo ‘Enunciatário’, com 31 ocorrências (10%); ‘Não especificado’, com 20 registros (7%); ‘Indivíduo’, com 11 ocorrências (4%); e ‘Instituição’, presente em 3 casos (1%). Analisemos a fonte em alguns casos, a seguir.

(36) *Duchess of Berwick: I don't know what society is coming to. The most dreadful people seem to go everywhere. Really, someone **should** make a stand against it.* (Eu não sei o que será da sociedade. As pessoas mais terríveis parecem estar em todos os lugares. De verdade, alguém **deveria** fazer um protesto contra isso.) [A2B1C1D1E1F3G2H2] - I

(37) *Lady Windermere: But you **are not to** say foolish, insincere things to people.* (Mas não **é para** você dizer coisas bobas, insinceras para as pessoas.) [A6BB1C3E1F2G2H2] - I

(38) *Lord Windermere: I **have the right** to tell you never to enter this house, never to attempt to come near my wife.* (Eu **tenho o direito** de dizer para você nunca entrar nesta casa, nunca tentar se aproximar da minha esposa) [A6B1C2D3E1F1G1H1] – IV

Nos três casos expostos acima, temos o tipo de fonte mais frequente em nossa análise; ‘Enunciador’. Esse tipo ocorre quando o próprio enunciador é a fonte de onde emana o valor deôntico instaurado. Retomamos, aqui, Verstraete (2004) para lembrarmos uma de suas propostas discutidas no capítulo 4, de que quando enunciador e fonte deôntica coincidem, há maior comprometimento com a desejabilidade de ações, ou seja, é de interesse pessoal do enunciador que o EC descrito em seu enunciado venha a se atualizar.

Dessa forma, em (36), a Duquesa é a fonte da obrigação, que recai sobre o pronome indefinido ‘*someone*’ (alguém), considerado por nós como um alvo do tipo ‘Indivíduo’. Ao desejar que uma atitude seja tomada em relação às pessoas que não pertencem a alta sociedade e que estão frequentando os mesmos lugares que ela, o enunciado da Duquesa expressa alta desejabilidade, pois é de seu interesse que os lugares sejam mais seletos. Em (37), *Lady Windermere* é a fonte da proibição instaurada para *Lord Darlington*, ao convidá-lo para seu baile de aniversário. *Lord Windermere* é o enunciador e fonte da autorização expressa no enunciado do exemplo (38), logo, ele está particularmente interessado que sua autorização. Ele

evidencia sua autoridade, enquanto dono da sua casa, de decidir quem pode ou não pode entrar em sua casa.

Nos exemplos de (39) a (41), tratamos de casos em que a fonte é, respectivamente, o enunciatório, não-especificado e uma terceira pessoa definida.

(39) *Lord Darlington: And what a wonderful fan, Lady Windermere! **May** I look at it?* (Que belo leque! **Posso** vê-lo?) [A2B1C2D4E1F2G1H1] - I

(40) *Mrs. Erlynne: You **couldn't** stand dishonour!* (Você não conseguiria suportar desonra!) [A2B1C5E5F2G3H2] - III

(41) *Mrs. Erlynne: Lord Windermere says you **may**.* (Lord Windermere diz que você **pode**.) [A2B1C2D3E2F2G2H1] – IV

O valor de permissão instaurado no exemplo (39) é instaurado pela enunciatária *Lady Windermere*. A ocorrência da fonte do tipo ‘Enunciatório’ caracteriza a transferência de autoridade do enunciador para o enunciatório que passa, então a ser a fonte deôntica. Para casos como o exemplo em (40), em que o valor de habilidade é registrado, adotamos, com base em Verstraete (2004) e Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008), o tipo de fonte ‘Não-especificado’, indicando que não há uma fonte. Já nos casos em que o valor deôntico é instaurado por outro indivíduo que não o enunciador ou o enunciatório, constituído de uma terceira pessoa definida, como no caso (41), a fonte é do tipo ‘Indivíduo’. No caso expresso anteriormente, em específico, temos *Mrs. Erlynne* reportando uma permissão instaurada por *Lord Windermere*.

Apresentamos, a seguir, uma tabela relacionando os três tipos de fonte mais recorrentes e os valores deôntico de obrigação, permissão, proibição, considerando os subtipos.

Tabela 14 – Relação entre tipos de fonte e valores deônticos

	Enunciador	Enunciatório	Não-especificado
Obrig. interna	135	04	0
Obrig. externa	29	02	1
Autorização	29	05	0
Pedido permissão	0	17	0
Proibição	29	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Observamos, a partir da tabela 15, que o valor deôntico de obrigação do tipo interna foi o mais recorrente e instaurado pela fonte do tipo ‘Enunciador’ em nosso *corpus*. Ao nosso entender, tal fato se justifica porque obrigações com base em valores morais, religiosos, éticos, ou que envolvam um dever de consciência são expressas com mais força quando o enunciador é a própria fonte deôntica, pois há um comprometimento pessoal do Falante com o valor deôntico instaurado, como ressalta Verstraete (2004).

Explicando com outras palavras, podemos dizer que a desejabilidade de ações, isto é, a vontade de que o EC venha a se atualizar, é alta, gerando o efeito semântico de força no enunciado deonticamente modalizado. Além disso, essa desejabilidade constitui um traço de subjetividade da modalidade deôntica, como propõem os autores com quem concordamos sobre este assunto, Verstraete (2004), Menezes, (2006), Pessoa (2007) e Lopes (2009), respeitando-se a proposta estrutural da oração de Dik (1997).

Além do que foi discutido até aqui com relação à fonte deôntica, observamos que quase todos os personagens que, ao longo dos quatro atos que compõem a peça, instauraram algum valor deônticos, não se restringiram à instauração de um valor específico. A única exceção, dentre as ocorrências registradas, é o mordomo *Parker*, que apenas instaurou pedidos de permissão. Acreditávamos que, além dos de *Parker*, os enunciados de *Mrs. Erlynn*e também registrariam pedidos de permissão em grande frequência, visto que essa senhora não faz parte da alta sociedade, mas isso não se verificou.

Acreditamos que não há alta frequência de pedidos de permissão em seus enunciados devido ao efeito semântico que isso causaria. É sabido, desde o primeiro ato, que essa senhora quer voltar a fazer parte da alta sociedade londrina, por isso encontrou um meio de interagir com pessoas pertencentes a esse meio. Assim, ao interagir com membros da alta sociedade, seus enunciados são marcados por valores deônticos que também estão nos enunciados desses membros. Se seus enunciados fossem demasiadamente marcados por pedidos de permissão para agir, a estratificação social seria evidenciada, como ocorre nos enunciados de *Parker*.

6.4 Alvo e inclusão da fonte no alvo deôntico

O alvo deôntico corresponde àquele sobre quem recai um valor deôntico. Assim como para a especificação dos tipos de fonte, aqui também nos inspiramos nas propostas de Lyons (1977) e Verstraete (2004) para a criação dos tipos de alvo, como explicado mais detalhadamente no capítulo 5.

Dessa forma, consideramos, na análise empreendida em nosso *corpus*, seis tipos de alvo deôntico, a saber: ‘Enunciatário’, ‘Enunciador’, ‘Indivíduo’, ‘Não-especificado’, ‘Enunciador e enunciatário’, ‘Instituição’. Na próxima tabela temos um resumo da frequência de cada tipo de alvo, dispostos na ordem aqui apresentada, considerando-se as 299 ocorrências totais de modalidade deôntica. O tipo ‘Instituição’ foi registrado em nenhum caso, logo, não será apresentado na tabela.

Tabela 15 – Tipos de alvo deôntico

	Enunc.	Enunciador	Ind	Não – especif.	Enunciador e enunc.	Total
No. de ocorrências	157	88	35	12	7	299
Porcentagem	53%	29%	12%	4%	2%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Observa-se o elevado número de ocorrências de alvo do tipo ‘Enunciatário’, correspondendo à mais da metade das ocorrências totais. Note-se, ainda, que o tipo de alvo ‘Enunciador e enunciatário’ corresponde a apenas 2% das ocorrências, indicando que não houve preferência por se incluir no alvo deôntico. Dessa forma, julgamos importante realizarmos um cruzamento entre os tipos de fonte e de alvo mais frequentes.

De acordo com os resultados, o tipo de fonte ‘Enunciador’ foi o mais recorrente para todos os tipos de alvo. O tipo de alvo ‘Enunciatário’ coocorreu com essa fonte em 145 casos, indicando que o Falante tentou, diretamente, causar uma alteração na informação pragmática de seu Ouvinte, de acordo com o modelo de interação verbal proposto por Dik (1997). O alvo ‘Enunciador’ foi o segundo mais frequente para a fonte ‘Enunciador’, com 58 ocorrências, o que indica que, nesses casos, a fonte deôntica instaurou um valor deôntico que recaiu apenas em si própria. Sobre o alvo ‘Indivíduo’, recaíram valores deônticos instaurados pela fonte ‘Enunciador’ em 22 casos registrados e, sobre o alvo ‘Não-especificado’, a fonte ‘Enunciador’ instaurou valores deônticos em 7 ocorrências. Analisemos alguns exemplos da manifestação da modalidade deôntica, com ênfase no alvo.

(42) *Rosalie: Did your ladyship ring for me? (A senhora me chamou?)*

Lady Windermere: Tell Parker not to trouble. (Diga ao Parker para não se incomodar.) [A3B3C1D2E1F2G2H2] - IV

(43) *Lady Windermere: I can't go today, Arthur. There is some one I must see before I leave town.* (Eu não **posso** ir hoje, *Arthur*. Eu **preciso** ver uma pessoa antes de deixar a cidade.) [A2B1C1D1E1F1G1H2] - IV

(44) *Lord Darlington: But there are moments when one has to choose between living one's own life, fully, entirely, completely--or dragging out some false, shallow, degrading existence that the world in its hypocrisy demands.* (Mas há momentos em que a pessoa tem que escolher entre viver sua vida completamente—ou puxar uma existência falsa, superficial, que o mundo em sua hipocrisia demanda.) [A2B1C1D1E1F3G2H1] - II

No trecho em (42), *Lady Windermere* instaura uma ordem por meio do modo verbal imperativo, usado no verbo ‘*tell*’. A obrigação recai diretamente sobre o interlocutor, sua empregada *Rosalie*. O modo imperativo é o meio linguístico mais recorrente nos enunciados de *Lady Windermere*, quando essa senhora instaura um valor deôntico para seus empregados, utilizado em sentenças curtas, objetivas e diretas, como expresso em (42).

No exemplo (43), por outro lado, o alvo deôntico é a própria enunciativa, *Lady Windermere*. A incidência do valor deôntico sobre si mesmo se dá por meio do pronome pessoal de primeira pessoa do singular ‘*I*’, indicando, no caso em questão, que não é seu esposo *Arthur*, mas, sim, ela quem não pode ir e ela quem deve ver uma pessoa antes de viajar.

O caso expresso em (44), por sua vez, é um exemplo de um alvo do tipo ‘Indivíduo’. *Lord Darlington* não especifica uma pessoa, ao invés, ele usa o pronome ‘*one*’, significando, nesse caso, uma pessoa qualquer. Visto que a obrigação não recai sobre o enunciador ou sobre o enunciatário, mas sobre ‘*one*’, temos a classificação do alvo como ‘Indivíduo’.

Uma vez exemplificados os três tipos mais recorrentes de alvo deôntico, julgamos interessante estabelecer uma relação entre os valores deônticos e esse tipo de alvo, pois assim podemos compreender quais valores mais recaíram sobre quem. A próxima tabela apresenta os resultados de modo resumido.

Tabela 16 – Relação entre valores deônticos e tipos de alvo

	Enunciatário	Enunciador	Indivíduo
Obrigação Interna	84	41	9
Obrigação Externa	24	5	3
Autorização	17	8	8

Pedido de Permissão	0	15	1
Proibição	16	6	7

Fonte: Elaborada pela autora

Assim, de um total de 139 casos de obrigação interna, 84 recaíram sobre o enunciatário, enquanto apenas 41 recaíram sobre o enunciador. Dentre as 35 ocorrências de obrigação externa, observamos que a maior parte, 24 casos, recaíram sobre o enunciatário. Quanto aos tipos de permissão, dentre os 40 casos totais de concessão de autorização, em 17 casos o valor recaiu sobre o enunciatário; e dentre os 18 casos de pedidos de permissão, em 15, o valor recaiu sobre o próprio enunciador. Quanto à proibição, registrada em 29 casos totais, esta recaiu sobre o enunciatário em 16 casos.

Além disso, na tabela 17, abaixo, temos a quantificação da inclusão da fonte no alvo deôntico. A variável ‘Inclusão’ indica que a fonte se incluiu no alvo; a ‘Não-inclusão’ indica que a fonte não se inclui no alvo deôntico, ou seja, a fonte instaura um valor deôntico sem, contudo, se comprometer com seu cumprimento; e a ‘Não se aplica’ indica que, na ocorrência analisada, a categoria de inclusão da fonte no alvo não é aplicável, como ocorre nos casos em que o valor de habilidade é registrado ou a fonte é inexistente.

Tabela 17 – Inclusão da fonte no alvo deôntico

	Não-inclusão	Inclusão	Não se aplica	Total
No. de ocorrências	205	71	23	299
Porcentagem	68%	24%	8%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Os trechos abaixo, dentre os quais retomamos o exemplo (5), nos mostram como se dá a inclusão, ou não, da fonte no alvo deôntico, tomando como base a diferenciação entre fonte e alvo proposta por Van Linden, Verstraete e Cuyckens (2008).

(5) *Lady Windermere*: **Show him up--and I'm at home to any one who calls.** (**Traga**-o aqui para cima – e eu estou em casa para quem chamar.) [A5B3C1D2E1F2G2H2] – I

(45) *Duchess of Berwick*: *The last two dances you **might** pass on the terrace with Mr. Hopper.* (Você **pode** passar as duas últimas danças no terraço com Mr. Hopper.) [A2B1C2D3E1F2G2H2] – II

(46) *Lord Windermere: Margaret! I MUST speak to you.* (Margaret! Eu **TENHO QUE** falar com você.) [A2B1C1D1E1F1G1H1] – II

Nos exemplos (45) e (5), observamos que o valor deôntico instaurado pela fonte não recai sobre ela, resultando, portanto, na não-inclusão da fonte no alvo. Temos, em ambos os exemplos, a utilização de um ato diretivo, como explica Palmer (1986, p.98-100), uma vez que são atos usados para fazer com que o interlocutor execute um EC.

O valor deôntico em questão no exemplo (5) é o de obrigação. *Lady Windermere*, por meio de um comando no modo imperativo, utiliza o verbo ‘*show*’, que, no determinado contexto, tem o sentido de ‘trazer’, e instaura uma obrigação que recai apenas sobre *Parker*, seu mordomo. Ele reconhece a autoridade dela, uma vez que é sua empregadora, e realiza a ação.

Em (45), temos o auxiliar modal ‘*might*’ (poder) sendo utilizado pela duquesa (*Duchess of Berwick*) para codificar o valor deôntico de permissão, concedida à sua filha. Ao desempenhar seu papel de mãe, a Duquesa, fonte deôntica caracterizada pelo traço [+con], é responsável pela escolha de quem pode, ou não, dançar com sua filha no baile. A filha, por sua vez, criada nos moldes dos costumes vitorianos, reconhece a autoridade da mãe e respeita sua decisão. Assim, a autorização é dada à filha apenas, sem que a fonte, a Duquesa, esteja inclusa.

Diferentemente dos dois casos citados acima, em (46), o próprio *Lord Windermere* é tanto a fonte quanto o alvo deôntico, visto que ele impõe uma obrigação para si mesmo, diante de uma necessidade interna, por meio do auxiliar modal ‘*must*’ (dever). A modalização deôntica ocorre quando o modal ‘*must*’, localizado na segunda camada subjacente da oração, toma como escopo o EC ‘*[speak(I)(to you)]*’. O pronome de primeira pessoa (*I*), seguido do auxiliar modal, deixa em evidência que a fonte e enunciador é, também, o alvo. Diante dessa situação, observa-se que o enunciado expressa um alto grau de desejabilidade, como argumenta Verstraete (2004), visto que enunciador e fonte coincidem, culminando no comprometimento do falante com o valor deôntico instaurado.

6.5 O gênero do enunciador

Uma categoria extralinguística analisada por nós diz respeito ao gênero do enunciador dos trechos deonticamente modalizados. No capítulo 5, temos uma seção dedicada à discussão sobre os valores sociais e morais que nortearam a sociedade vitoriana. A análise por nós empreendida toma os modalizadores na perspectiva das escolhas feitas pelo escritor da

peça, Oscar Wilde, para a construção dos personagens que se inserem na sociedade da época vitoriana. Assim, ao analisarmos os modalizadores deônticos usados nos enunciados dos personagens, investigamos os efeitos produzidos e podemos analisar se eles correspondem às características discutidas no capítulo citado.

Um dos aspectos apontados por nós, quanto ao período vitoriano, foi a divisão, bastante delimitada, dos papéis exercidos pelas mulheres e pelos homens. Enquanto eles tinham a autoridade reconhecida e inquestionável, elas deveriam se manter de modo passivo, dedicadas ao lar, à família e à criação dos filhos, além de concordarem com as decisões tomadas por eles. Portanto, a categoria aqui em questão nos permite analisar a produção de enunciados, de ambos os gêneros, em termos quantitativos e daí partirmos para uma análise qualitativa.

A tabela que apresentamos abaixo indica a quantidade de enunciados produzidos por personagens do gênero feminino e por personagens do gênero masculino, assim como seus respectivos valores percentuais, correspondente à análise de todos os atos, ou seja, 299 ocorrências.

Tabela 18 – Gênero dos personagens

	Feminino	Masculino	Total
No. de ocorrências	196	103	299
Porcentagem	65,6%	34,4%	100%

Fonte: Elaborada pela autora

Acreditávamos, *a priori*, que os personagens do gênero feminino se apresentariam, ao longo da peça, de modo pouco expressivo, isto é, instaurando uma baixa quantidade de valores deônticos, ou talvez não os instaurando, devido ao papel passivo designado às mulheres vitorianas. Contrariamente, a partir dos dados da tabela 16, acima, pudemos observar que elas foram responsáveis por 65,6% dos enunciados deonticamente modalizados, ao passo que os personagens do gênero masculino modalizaram apenas 34,4% das ocorrências totais, uma porcentagem inferior à metade dos casos analisados.

Isso significa que as personagens do gênero feminino enunciaram mais da metade das ocorrências analisadas, ou seja, elas se comprometeram, em maior ou menor grau, com algum valor deôntico. Por isso, julgamos importante estabelecermos uma relação entre o gênero do personagem, feminino ou masculino, e os valores deônticos instaurados. Por meio da tabela abaixo, expomos o número de ocorrências de cada um desses valores em relação a cada gênero.

Tabela 19 – Relação entre gêneros e valores deônticos

	Obrigação	Permissão	Proibição	Habilidade	Volição	Total
Feminino	120	31	21	12	12	196
Masculino	54	27	08	08	06	103
Total	174	58	29	20	18	299

Fonte: Elaborada pela autora

Como podemos observar, com relação aos valores estritamente deônticos (obrigação, permissão e proibição), os enunciados das personagens do gênero feminino foram mais recorrentes, com 120 ocorrências nos casos de obrigação e 21 nos de proibição, ou quase tão recorrentes, com 31 ocorrências nos casos de permissão, quanto os enunciados dos homens. Cabe salientarmos, ainda, quanto aos subtipos de permissão, que as personagens do gênero feminino instauraram concessões de autorização em 26 casos e pedidos de permissão em apenas 5 ocorrências. Por outro lado, os personagens do gênero masculino concederam autorização em 14 casos e pediram permissão em 13.

Esse resultado não era esperado por nós, visto que o enredo da peça se passa na era vitoriana, época marcada pela divisão dos papéis das mulheres e dos homens, como já mencionado. Assim, uma de nossas hipóteses iniciais previa que os enunciados dos personagens do gênero masculino codificariam mais valores de obrigação e proibição, enquanto as mulheres codificariam mais pedidos de permissão, reconhecendo a autoridade masculina. No entanto, de acordo com a análise e interpretação dos dados, isso não se verificou, sendo nossa hipótese refutada.

Do ponto de vista desses valores instaurados, podemos concluir que, na peça analisada, os modalizadores deônticos, usados nos enunciados de ambos os gêneros, serviram à expressão da autoridade da patroa sobre o empregado, com *Lady Windermere* e *Parker*; da preservação e propagação dos valores morais da sociedade em que se inserem os personagens, nos papéis de *Duchess of Berwick* e *Agatha*; e à expressão da autoridade do marido no âmbito familiar, no papel de *Lord Windermere*. Esses efeitos causados por meio do uso dos modalizadores deônticos vão ao encontro das características da sociedade vitoriana. Por outro lado, esses mesmos modalizadores também estão nos enunciados de *Lady Windermere* quando a personagem se opõe a cumprir as ordens de seu esposo; de *Lady Plymdale*, que permite seu esposo frequentar a casa de *Mrs. Erlynne*; e da própria *Mrs. Erlynne*, que revela sua habilidade em manobrar os homens em uma época em que as mulheres deveriam ser submissas. Desse

modo, não podemos afirmar que os modalizadores deônticos na peça *Lady Windermere's fan* se prestam apenas à expressão de valores tipicamente vitorianos.

6.6 Síntese

Neste capítulo, empreendemos uma análise da modalidade deôntica na peça *Lady Windermere's fan*, de acordo com os pressupostos funcionalistas, significando que, dentre outras coisas, todos os enunciados foram analisados com relação à todas as categorias apresentadas no capítulo 5 e retomadas no capítulo 6 para fins analíticos. Dessa forma, a divisão aqui estabelecida apenas se deu por questões metodológicas, para que pudéssemos apresentar a análise do ponto de vista de cada categoria. Ao adotarmos a orientação funcionalista, prezamos pela integração dos aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos.

Ao analisarmos os meios de expressão pelos quais a modalidade deôntica foi instaurada, na seção 6.1, constatamos que a categoria ‘Verbo auxiliar’, na qual os auxiliares modais estão inclusos, foi a de maior produtividade, contabilizando 152 ocorrências dentre 299 casos totais. Ao relacionarmos essa categoria com os tipos de fonte, verificamos que dentre as 152 ocorrências de ‘Verbo auxiliar’, 119 foram utilizados com a fonte do tipo ‘Enunciador’, 17 com a fonte ‘Não-especificado’, 13 com a fonte ‘Enunciatário’, 2 com a fonte ‘Instituição’ e apenas 1 com a fonte ‘Indivíduo’. Além disso, incluímos a expressão ‘*to have the right/ a right/ no right (+ to +infinitive)*’ (ter o direito/ não direito (de +infinitivo) em nossa análise, na categoria ‘Expressões modalizadoras’, pois observamos a recorrência dessa expressão, durante a análise dos dados, para a instauração do valor deôntico de permissão ou proibição.

Em seguida, tratamos dos valores deônticos instaurados nos enunciados: obrigação, permissão, proibição. Com base em Palmer (1986), optamos por considerar os valores de volição e habilidade, quando estiverem a serviço da expressão da modalidade deôntica. Abordamos, ainda, os subtipos de obrigação, interna e externa, e, no caso de permissão, discorremos quando se tratava de um pedido de permissão para agir ou uma autorização concedida. O valor mais recorrente foi o de obrigação, registrado em 58% dos casos e seguido pelos valores de permissão, em 19%, e proibição, em 10%. Os valores de habilidade e volição, apresentaram menor frequência; 7 e 6%, respectivamente. Quanto aos subtipos de obrigação, constatamos que das 174 ocorrências de obrigação, 139 correspondem à obrigação do tipo interna, ao passo que apenas 35 casos são do tipo externa. Este resultado não era esperado por nós, pois acreditávamos que as obrigações externas se dariam em maior frequência, indicando obrigações impostas pela sociedade vitoriana, o que não se confirmou.

Na terceira seção desse capítulo, tratamos dos tipos de fonte deôntica que se prestaram a instaurar valores deônticos em nosso *corpus*. Constatamos que, o os três tipos de fonte mais recorrentes foram ‘Enunciador’, com 234 ocorrências, seguido do tipo ‘Enunciatário’, com 31 ocorrências; e ‘Não especificado’, com 20 registros. Dada a alta frequência a fonte ‘Enunciador’, contamos com o apoio teórico de Verstraete (2004) para justificar a alta desejabilidade de ações em alguns exemplos, pois, de acordo com o autor, quando enunciador e fonte deôntica coincidem, há maior comprometimento do falante com o valor deôntico. Observamos, ainda, que a obrigação do tipo interna foi o valor mais instaurado pela fonte ‘Enunciador’. Chegamos à conclusão, ao final da seção de que apenas o personagem *Parker* instaurou somente um tipo de valor deôntico: pedidos de permissão. Acreditávamos que, além dele, os enunciados de *Mrs. Erlynn*e também teriam tal característica.

Na sequência, tratamos do alvo e da inclusão da fonte no alvo deôntico. Constatamos que o tipo de alvo mais recorrente foi ‘Enunciatário’, correspondendo a 53% dos casos. O tipo ‘Enunciador’ correspondeu à 29% e o tipo ‘Enunciador e enunciatário’ corresponde a apenas 2% das ocorrências totais. Quanto à inclusão da fonte no alvo deôntico, esta se confirmou em apenas 24% dos casos. Em 68% das ocorrências, a grande maioria, não houve inclusão e, em 8% dos registros, a categoria de inclusão não era aplicável ao caso analisado.

Na penúltima seção, discorremos sobre o gênero do enunciador. Trata-se de uma categoria extralinguística. Sua inclusão na análise se justificou porque, por meio da sua relação com a categoria linguística de modalidade deôntica, pudemos investigar se os efeitos produzidos correspondem às características vitorianas discutidas no capítulo 4. Com base nos dados resultantes de nossa análise, verificamos que, contrariamente ao que acreditávamos, i) os enunciados das personagens do gênero feminino foram mais frequentes do que os enunciados do gênero masculino; e ii) as personagens do gênero feminino não instauraram apenas pedidos de permissão.

7 CONCLUSÃO

Como pudemos observar, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, alguns posicionamentos tiveram de ser adotados, partindo de decisões mais gerais para outras mais específicas. Quanto ao entendimento de língua adotado por nós, por exemplo, situamos nossa pesquisa no paradigma funcionalista, no qual a língua é entendida como um instrumento de interação social, cujo principal objetivo é estabelecer a comunicação entre seus usuários. Nessa perspectiva, a língua é uma atividade cooperativa e estruturada em que, no mínimo, dois participantes se utilizam de expressões linguísticas baseadas em normas e convenções.

Justificamos, ainda, nossa opção por tal abordagem porque ela nos permite considerar os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos de maneira integrada, ou seja, é possível transitar entre forma e função. O estudo da modalidade deôntica nos enunciados dos personagens de nosso *corpus*, sob esse viés, nos permitiu analisar os meios linguísticos por meio dos quais essa categoria foi codificada, bem como os efeitos de sentidos causados, em relação aos valores da sociedade vitoriana.

Uma vez selecionado o paradigma funcionalista, fez-se necessário optar por um modelo teórico, visto que o funcionalismo agrega modelos que podem ser radicais, moderados ou conservadores, como classifica Nichols (1984). Desse modo, escolhemos trabalhar com o funcionalismo holandês de Dik (1997), tido como um funcionalismo moderado. Esse autor propõe uma Gramática Funcional enquanto uma teoria geral da organização gramatical, capaz de descrever línguas humanas reais e fornecer meios para a descrição de gramáticas de línguas particulares.

Dik (1997) também propõe um modelo de interação verbal a partir do qual Falante, Ouvinte, suas respectivas capacidades (epistêmica, social, perceptual e lógica) e informações pragmáticas são levadas em consideração em uma análise linguística. De acordo com esse modelo, a interação entre os falantes de uma língua é apenas mediada pela linguagem, pois Falante e Ouvinte são detentores de informação pragmática que tem atuação no processo de interação verbal, seja por ocasião da enunciação ou da interpretação. Assim, observamos em alguns casos de nossa análise, que o uso da modalidade deôntica nos enunciados dos personagens reflete a tentativa do Falante em modificar a informação pragmática do Ouvinte, tentando fazer com que esse venha a atualizar um determinado EC. Assim, em um enunciado como *'I want you to send her an invitation'* (Eu quero que você mande um convite para ela),

analisado no exemplo (33), a vontade do Falante que instaura a volição é uma tentativa de causar uma reação no comportamento do Ouvinte.

Outra característica da proposta de Dik (1997) é a organização da oração em camadas hierarquicamente organizadas, que nos permite analisar a relação entre modalidade e modo verbal, por exemplo. De acordo com essa abordagem, é possível identificarmos diferentes tipos de modalização e localizarmos o escopo do modalizador. O tipo de modalidade está associado à camada na qual se encontra o modalizador. No caso da modalidade deôntica, o modalizador deve situar-se na segunda camada, na qual encontramos um EC localizado e qualificado. Este modelo de análise da oração é do tipo *bottom-up*, pois parte da seleção dos itens lexicais para o ato de fala.

Passamos, então, a discutir a categoria modalidade. Abordamos alguns conceitos dessa categoria sob a ótica da Lógica, dada sua importância para o desenvolvimento dos estudos da modalidade no âmbito da Linguística. Observamos que essa se trata de uma categoria cujos limites não são de fácil definição ou tão precisos quanto os limites de outras categorias como gênero, número ou tempo, por exemplo. Vimos que, diferentemente da modalidade lógica, a modalidade linguística é caracterizada pelo traço de subjetividade, pois um Falante imprime suas opiniões e atitudes em seu enunciado. Situamos, assim, nosso trabalho no campo dos estudos da linguagem, visto que, é de nosso interesse, o modo pelo qual o Falante de uma língua qualifica seu enunciado em termos de possibilidade e necessidade deônticas.

Discutimos que a modalidade linguística apresenta uma divisão clássica em modalidade alética, modalidade epistêmica e modalidade deôntica. A primeira diz respeito à veracidade das proposições, estando situada no eixo da existência e não sendo de interesse para a Linguística; a segunda, situada no eixo do conhecimento, está relacionada ao comprometimento de um Falante com a verdade de uma proposição em termos do conhecimento que ele detém sobre determinado EC. A terceira é o objeto de estudo de nossa pesquisa e está situada no eixo da conduta, do dever, estando relacionada à deseabilidade da fonte deôntica de atualização de um EC. Ela se caracteriza, também, por fazer referência a atos futuros, pois não se pode instaurar uma obrigação, permissão ou proibição no passado, e estar relacionada aos atos realizados por agentes moralmente responsáveis.

Os valores mencionados acima (obrigação, permissão, proibição) são estritamente deônticos, mas decidimos considerar, além deles, os valores de habilidade e volição, quando estiverem a serviço da modalidade deôntica. Discorreremos sobre a possibilidade de

determinação de um valor deôntico instaurado em um enunciado por meio de uma relação estabelecida entre esse valor e a polaridade. Segundo essa perspectiva, a não obrigação corresponde a uma permissão de não fazer, enquanto a obrigação é uma não permissão de não fazer. Já a permissão equivale à não obrigação de fazer e a não permissão corresponde à proibição de fazer. No entanto, decidimos analisar cada caso em seu contexto de ocorrência, de modo que esse jogo entre modalidade e polaridade não seja determinado categoricamente.

Quanto aos valores de obrigação e de permissão, assumimos dois subtipos de cada um deles. A obrigação pode ser do tipo interna ou externa. A ocorrência do primeiro subtipo indica um valor de consciência, moral, religioso, ou compulsões internas. O segundo, ao contrário, trata de uma obrigação imposta; diz respeito a situações em que alguém é obrigado a agir de um modo específico. Já para o valor de permissão, consideramos os subtipos ‘autorização’ e ‘pedido de permissão’. A instauração do primeiro indica que uma fonte deôntica reconheceu sua autoridade e concedeu uma permissão, logo, autorizou alguém a atualizar um determinado EC. A instauração do segundo, por outro lado, indica que aquele que pede permissão para agir não tem autoridade para atualizar um determinado EC sem que lhe seja concedida uma permissão. A análise desses subtipos nos permite compreender os efeitos semânticos obtidos em um determinado enunciado.

A fim de que obtivéssemos dados para procedermos com a investigação e alcançarmos nosso objetivo, estabelecemos nossas categorias de análise de modo a contemplar os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos, integradamente, a fim de emprendermos uma análise mais completa. Desse modo, a pesquisa levou em conta: os meios linguísticos de expressão da modalidade, o modo verbal, os valores deônticos, os tipos de obrigação e permissão, os tipos de fonte e de alvo deônticos e a inclusão da fonte no valor deôntico. Além disso, analisamos, também, os marcadores de atenuação e asseveração da força ilocucionária do enunciado, pois são responsáveis por causar efeitos semânticos e pragmáticos. Sobre esses marcadores, optamos por não realizar uma análise quantitativa, mas apenas descrevê-los quando da sua ocorrência.

Além dessas categorias linguísticas listadas no parágrafo anterior, também consideramos em nossa análise a categoria extralinguística de gênero do enunciador. Decidimos incluí-la na análise porque a sua relação com a categoria linguística de modalidade deôntica, permitiu-nos investigar se os efeitos produzidos nos enunciados deonticamente modalizados correspondem às características vitorianas discutidas no capítulo 4, referentes à delimitação do papel social dos homens e das mulheres da sociedade vitoriana.

Após realizada a análise dos dados, levando em conta todos os atos da peça *Lady Windermere's fan*, nosso *corpus*, obtivemos um total de 299 enunciados modalizados deonticamente. Relembramos, ainda, que cada ocorrência foi analisada com relação a todas as categorias citadas nos dois parágrafos anteriores.

No tocante aos meios de expressão da modalidade deôntica, constatamos que a categoria ‘Verbos auxiliares’ teve maior frequência, correspondendo a 51% das ocorrências. Estão inclusos nessa categoria, além dos verbos auxiliares e a expressão ‘*have + to + infinitive*’ (ter que/de + infinitivo), os modais auxiliares (*must, shall, can, should*). A categoria de modo verbal também registrou alta frequência, ocorrendo em 26,4% dos enunciados analisados. Esta categoria manteve estreita relação com um modo verbal em específico: o imperativo. Assim, verificamos que, em todos os casos de modalidade deôntica instaurada por meio do modo verbal, o modo imperativo também coocorreu. A categoria ‘Verbos plenos’ foi a terceira mais recorrente, estando registrada em 16% dos casos, sendo o meio de expressão favorito para a instauração do valor de permissão (25 casos). Já as expressões modalizadoras, os adjetivos e os substantivos, somados, corresponderam a apenas 6,6% das ocorrências. Interessante observarmos que, a recorrência da expressão ‘*to have the right/ a right/ no right (+ to + infinitive)*’ (ter o direito/ não ter direito (de + infinitivo) causou-nos questionamentos que nos levaram a concluir que seu uso estava associado aos valores de permissão ou proibição, portanto, incluí-mo-la em nossa análise, na categoria ‘Expressões modalizadoras’.

Sobre a polaridade, chamamos atenção, em determinado momento durante a análise descrita no capítulo anterior, para o fato de que ela pode estar associada à modalidade, permitindo que mais de um valor deôntico possa ser instaurado por meio da mesma expressão linguística, como explicado no caso (4), mediante análise e descrição do uso da expressão ‘*have to + infinitive*’, com base em Lyons (1977). No exemplo em questão, observamos que o uso dessa expressão em sentenças afirmativas permite que uma obrigação seja instaurada, ao passo que seu uso em sentenças negativas expressa uma permissão de não agir.

Quanto aos valores deônticos, incluímos em nossa investigação, além de obrigação, permissão e proibição, os de habilidade e volição, uma vez que podem estar a serviço da expressão da modalidade deôntica. Os dados obtidos por meio da análise nos mostraram que 58% de todas as ocorrências foram modalizadas deonticamente com o valor de obrigação. Uma vez que os personagens da peça estão inseridos na era vitoriana, época marcada pelo moralismo e pela clara distinção entre os deveres do homem e da mulher, a alta frequência do valor de obrigação era esperada por nós. Sobre os subtipos de obrigação, verificamos que o de maior

recorrência foi a obrigação interna, com 139 casos, dentre os 174 casos totais de obrigação. Por outro lado, a obrigação externa foi registrada em apenas 35 casos. Isso nos diz que, até o momento, a maior parte desses valores partiu de uma compulsão, necessidade interna ou de valores morais, religiosos ou de consciência. Acreditávamos, no entanto, que as obrigações externas se dariam em maior frequência e seriam preferencialmente instauradas pela fonte ‘Instituição’, indicando obrigações impostas aos personagens pela sociedade vitoriana, o que não se confirmou.

O valor de permissão foi registrado em 58 casos (19%), considerando-se os subtipos ‘autorização’ e ‘pedido de permissão’. As concessões de autorização ocorreram em 40 casos, sendo instauradas, preferencialmente, por meios de expressão da categoria ‘Verbo auxiliar’. Os pedidos de permissão, por outro lado, foram expressos, em sua grande maioria, por verbos plenos, e registraram 18 casos dentre aqueles 58. O valor deontico de proibição foi o terceiro mais recorrente, registrado em 10% das ocorrências. Os valores de habilidade e volição, considerados no âmbito da modalidade deontica por conveniência, visto que não são estritamente deonticos, mas podem estar a serviço da modalidade deontica, como explica Palmer (1986), foram registrados em, respectivamente, 7 e 6% dos casos.

Partindo da perspectiva dos valores deonticos instaurados, pudemos concluir que os modalizadores deonticos usados nos enunciados dos personagens de *Lady Windermere's fan* se prestaram, em alguns casos, à expressão de valores compartilhados pela sociedade vitoriana, como a autoridade da patroa sobre o empregado, a preservação e propagação de valores morais, a autoridade do marido no âmbito familiar. Por outro lado, esses modalizadores também expressaram a oposição da esposa quanto ao cumprimento de ordens impostas pelo seu marido, a permissão de outra esposa quanto à presença de seu esposo na casa de uma mulher de má reputação, e à habilidade de uma senhora em manobrar os homens em uma época em que as mulheres deveriam ser submissas. Parece-nos, portanto, que os modalizadores deonticos não se prestam à expressão apenas de valores vitorianos.

O tipo de fonte deontica nos indica a origem de onde emana a autoridade para a instauração de valores deonticos. Dentre os tipos de fonte cuja ocorrência foi registrada, ‘Enunciador’ foi o tipo preferido, em 78% dos casos; ‘Enunciatário’, em 10%; e ‘Não-especificada’, em 7%. Os tipos ‘Indivíduo’ e ‘Instituição’ ocorreram, conjuntamente, em 5% das ocorrências registradas. A alta ocorrência do tipo ‘Enunciador’ significa que i) os personagens são dotados de poder; ii) enunciador e fonte coincidem, indicando maior comprometimento do personagem com o valor deontico instaurado. Uma relação entre os tipos

de fonte e valor deôntico, mostrou-nos uma preferência pela fonte ‘Enunciador’ para a instauração de todos os valores deônticos, com destaque para a obrigação do tipo interna, levando-nos a entender que a expressão de valores morais, religiosos, éticos, ou que envolvam um dever de consciência se dá com mais força quando o enunciador é a própria fonte deôntica, dado o maior comprometimento com o valor deôntico.

Quanto aos tipos de alvo e à inclusão da fonte no alvo deôntico, registramos em nossa análise que, em 53% dos casos, o alvo ‘Enunciatário’ ocorreu; em 29%, o alvo ‘Enunciador’, quando o valor deôntico instaurado recaiu sobre o próprio personagem; e, em 12%, o alvo ‘Indivíduo’, quando o personagem instaurou um valor deôntico para outro personagem que não estava envolvido no evento comunicativo. Combinada com a preferência pela fonte ‘Enunciador’, a preferência pelo alvo ‘Enunciatário’ leva-nos a entender que, na maior parte dos casos, os personagens instauraram valores deônticos uns para os outros, diretamente, ao invés de terem instaurado para uma terceira pessoa definida ou para uma instituição, por exemplo. Notamos, ainda, a baixa produtividade do alvo ‘Enunciador e enunciatário’ (2%), o que já foi um indício de que os personagens não tiveram preferência por se incluir no alvo. Sobre essa inclusão, ela não ocorreu em 68% das ocorrências, apenas em 24%. Além disso, em 8% dos casos, a análise dessa categoria não foi aplicável. Dessa forma, entendemos que, quando o valor deôntico instaurado não recaiu sobre a fonte, ou seja, não houve inclusão da fonte no alvo deôntico, causou-se um efeito de distanciamento entre fonte e alvo deôntico que, em algumas situações, se prestaram a delinear limite entre patrão e empregado e reforçar a divisão social de classes, por exemplo.

Consideramos, também, em nossa análise, uma categoria extralinguística: o gênero do enunciador. Decidimos considerá-la em relação à modalidade deôntica para analisarmos a possível ocorrência de características vitorianas relacionadas à delimitação dos papéis dos homens e das mulheres. A partir dos resultados obtidos com a análise, constatamos que, contrariamente ao resultado que esperávamos, o número de ocorrências de enunciados deonticamente modalizados por personagens do gênero feminino foi maior que do gênero masculino, correspondendo a 65,6% do total de ocorrências. Os personagens do gênero masculino modalizaram seus enunciados, em termos de valores deônticos, apenas em 34,4% dos casos. Esse resultado foi inesperado porque, dado o fato de que os personagens estão inseridos na sociedade vitoriana, esperávamos que os personagens do gênero feminino instaurariam uma baixa quantidade de valores deônticos, ou talvez não os instaurassem, devido ao papel passivo designado às mulheres vitorianas.

Ao relacionarmos o gênero dos personagens com o valor deôntico instaurado, verificamos que as personagens do gênero feminino instauraram o valor de obrigação, em 120 casos; o valor de permissão, em 31 casos, sendo 26 ocorrências do subtipo ‘autorização’ e apenas 5 do subtipo ‘pedido de permissão’; e o valor de proibição, em 21 casos. Por outro lado, os personagens do gênero masculino apenas instauraram 54 obrigações; 27 permissões, sendo 14 do subtipo ‘autorização’ e 13 do subtipo ‘pedido de permissão’; e 8 proibições. Constatamos, a partir desses dados, que nossa hipótese inicial de que os enunciados produzidos por personagens do gênero feminino codificariam valores deônticos de pedido de permissão em maior quantidade não se verificou. Os modalizadores que caracterizaram deonticamente os enunciados de personagens do gênero feminino serviram para a instauração de todos os valores deônticos e não apenas ‘pedidos de permissão’, como, inicialmente, acreditávamos que ocorreria, visto que o comportamento das mulheres vitorianas era marcado pela submissão. Isto significa que, quanto ao gênero feminino, os modalizadores deônticos não se prestaram à expressão de personagens submissas. Acreditávamos, também, que os personagens do gênero masculino instaurariam um maior número de valores deônticos devido à autoridade concedida ao homem da sociedade vitoriana. Contudo, isso não ocorreu.

Desse modo, a análise dos modalizadores deônticos na peça *Lady Windermere's fan* nos permite concluir que os modalizadores deônticos na peça *Lady Windermere's fan* não se prestam exclusivamente à expressão de valores tipicamente vitorianos. Estando conscientes de que as reflexões desenvolvidas neste trabalho são iniciais, sugerimos, em uma pesquisa futura, uma análise que contemple a relação entre modalidade deôntica e estudos de gênero.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João de. A categoria modalidade. **Uniletras**, v.10, p.10-24, 1988.
- CAMACHO, Roberto G. Gramática, formalização e discurso. **Estudos Lingüísticos XXXV**. P. 3-26, 2006. Disponível em: <www.gel.org.br>. Acesso em: 27 abr. 2013.
- CERVONI, J. **A enunciação**. São Paulo: Ática, 1989.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ/Pontes, 1991.
- DIK, S. **The theory of functional Grammar**. Part I: The structure of the clause. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.
- FERREIRA, Lúcia M. A. **A estabilidade semântico-sintática do modal poder: evidências em três sincronias**. 2000. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOOSSENS, Louis. Modal shifts and predication types. In: AUWERA, J. V. der.; GOOSSENS, L. (Eds). **Ins ando uts of predication**. Holanda: Foris Publications, 1987, p.21-37.
- HOYE, Leo. **Adverbs and modality in English**. London: Longman, 1997.
- JÄEGER, Verena. **Changes in the use of adjectives, quasi-modals, and lexical verbs of obligation and necessity in spoken American English**. Disponível em: <http://www.english-linguistics.uni-mainz.de/Dateien/Jaeger_final_version_April_2012.pdf>. Acesso em 22 jan. 2014.
- KOCK, I. V. **Argumentação e linguagem**. 9a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- LOPES, Maria Fabíola V. **A modalidade deôntica na aula de inglês ministrada em português**. 2009. 263f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- _____, Maria Fabíola Vasconcelos. **Gramática de significados**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.
- LYONS, John. **Semantics**. v.2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MENEZES, L. C. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 186f. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCK, I. V. (org.). **Gamática do português falado – Desenvolvimentos**. Vol. VI. Campinas: Unicamp/FAPESP, p. 163-199, 1996.
- _____, M.H.M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____, M. H. M. **A polissemia dos verbos modais**. Ou: falando de ambiguidade. São Paulo: Alfa, 2000.

_____, M.H.M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**. v.43, p. 97-117, 1984. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org>>. Acesso em: 27 abr. 2013

NOGUEIRA, Márcia T. Modalidade e Argumentação. In: NOGUEIRA, Márcia T.; LOPES, Maria Fabíola V. (Orgs.). **Modo e Modalidade** – gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

PALMER, F. R. **Modality and the English modals**. London: Longman, 1979.

_____, F. R. **Mood and Modality**. London: Cambridge University Press, 1986.

PARRET, Herman. **Enunciação e pragmática**. Tradução: ORLANDI, Eni P. *et all*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PESSOA, Nadja P. A. **Modalidade deôntica e persuasão do discurso publicitário**. 151f. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

POTTIER, B. Sur la formulation des modalités em linguistique. **Langage**, v.43, 1976.

RAMALLE, Teresa M. R. **Manual de sintaxis del español**. Madrid: Castalia, 2005.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Um ensaio de filosofia da linguagem. Coordenação e tradução: VOGT, Carlos. Coimbra: Livraria Almeida, 1981.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions of the interpretations of ‘poder’ and ‘deber’ in Spanish. In: BYBEE, Joan, ; FLEISCHMAN, Suzanne (Org). **Modality in grammar and discourse**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995, p.67-105.

SWAN, M. **Practical English usage**. 3a edição. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SWEETSER, Eve. **From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure**. Cambridge University Press, 1990,

VAN LINDEN, An; VERSTRAETE, J.C; CUYCKENS, H. The semantic development of essential and crucial: paths to deontic meaning. **English Studies**. 2008. Disponível em: <<https://perswww.kuleuven.be/~u0005010/jcv/publications.html>>. Acesso em 22 jan. 2014.

VERSTRAETE, J.C. Subjective and objective modality: interpersonal and ideational functions on the English modal auxiliary system. **Journal of Pragmatics**. Bélgica, n.33, p. 1505-1528, 2001.

_____, J.C. The problem of subjective modality in the Functional grammar model. In: MACKENZIE, J.L; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. Á. (eds.) **A new architecture for Functional grammar**. (Functional Grammar series 24). Berlin: Mouton de Gruyter, p. 243-274, 2004.

_____, J.C. Scalar quantity implicatures and the interpretation of modality problems in the deontic domain. **Journal of Pragmatics**. Bélgica, n.37, p. 1401-1418, 2005.

ANEXOS

Ato I, p. 5 – 7

PARKER. Is your ladyship at home this afternoon?

LADY WINDERMERE. Yes--who has called?

PARKER. Lord Darlington, my lady.

(5) LADY WINDERMERE. [Hesitates for a moment.] **Show** him up--and I'm at home to any one who calls.

PARKER. Yes, my lady.

(...)

LORD DARLINGTON. How do you do, Lady Windermere?

LADY WINDERMERE. How do you do, Lord Darlington? No, I **can't** shake hands with you. My hands are all wet with these roses. Aren't they lovely? They came up from Selby this morning.

(16), (39) LORD DARLINGTON. They are quite perfect. [Sees a fan lying on the table.] And what a wonderful fan! **May** I look at it?

(16) LADY WINDERMERE. **Do**. Pretty, isn't it! It's got my name on it, and everything. I have only just seen it myself. It's my husband's birthday present to me. You know to-day is my birthday?

Ato I, p. 10 –11

LADY WINDERMERE. Don't you **WANT** the world to take you seriously then, Lord Darlington?

LORD DARLINGTON. No, not the world. Who are the people the world takes seriously? All the dull people one can think of, from the Bishops down to the bores. I **should like** YOU to take me very seriously, Lady Windermere, YOU more than any one else in life.

LADY WINDERMERE. Why--why me?

(17) LORD DARLINGTON. [After a slight hesitation.] Because I think we might be great friends. **Let** us be great friends. You may want a friend some day.

LADY WINDERMERE. Why do you say that?

LORD DARLINGTON. Oh!--we all want friends at times.

(17) LADY WINDERMERE. I think we're very good friends already, Lord Darlington. We **can** always remain so as long as you don't –

LORD DARLINGTON. Don't what?

LADY WINDERMERE. Don't spoil it by saying extravagant silly things to me. You think I am a Puritan, I suppose? Well, I have something of the Puritan in me. I was brought up like that. I am glad of it. My mother died when I was a mere child. I lived always with Lady Julia, my father's elder sister, you know. She was stern to me, but she taught me what the world is forgetting, the difference that there is between what is right and what is wrong. SHE **allowed** of no compromise. I **allow** of none.

Ato I, p. 12 – 14

(7) PARKER. The men want to know if they **are to** put the carpets on the terrace for to-night, my lady?

(...)

(7) LADY WINDERMERE. **Tell** them to do it at once, Parker.

[Exit PARKER C.]

LORD DARLINGTON. [Still seated.] Do you think then--of course I am only putting an imaginary instance--do you think that in the case of a young married couple, say about two years married, if the husband suddenly becomes the intimate friend of a woman of--well, more than doubtful character--is always calling upon her, lurching with her, and probably paying her bills--do you think that the wife **should** not console herself?

LADY WINDERMERE. [Frowning] Console herself?

LORD DARLINGTON. Yes, I think she **should**--I think she **has the right**.

LADY WINDERMERE. Because the husband is vile--**should** the wife be vile also?

(...)

(1) LORD DARLINGTON. [Rising and moving chair.] And I **must** say I think you are very hard on modern life, Lady Windermere. Of course there is much against it, I admit. Most women, for instance, nowadays, are rather mercenary.

LADY WINDERMERE. **Don't** talk about such people.

LORD DARLINGTON. Well then, setting aside mercenary people, who, of course, are dreadful, do you think seriously that women who have committed what the world calls a fault should never be forgiven?

LADY WINDERMERE. [Standing at table.] I think they **should** never be forgiven.

LORD DARLINGTON. And men? Do you think that there **should** be the same laws for men as there are for women?

Ato I, p. 26 – 27

LADY WINDERMERE. You needn't be afraid, Duchess, I never cry.

DUCHESS OF BERWICK. That's quite right, dear. Crying is the refuge of plain women but the ruin of pretty ones. Agatha, darling!

LADY AGATHA. [Entering L.] Yes, mamma. [Stands back of table L.C.]

(13), (15) DUCHESS OF BERWICK. **Come** and **bid** good-bye to Lady Windermere, and **thank** her for your charming visit. [Coming down again.] And by the way, I **must** thank you for sending a card to Mr. Hopper--he's that rich young Australian people are taking such notice of just at present.

Ato 1, p.36 - 38

PARKER. Yes, my lord. [Comes down L.C.]

LORD WINDERMERE. **Have** this note **sent** to Mrs. Erlynne at No. 84A Curzon Street. [Crossing to L.C. and giving note to PARKER.] There is no answer!

[Exit PARKER C.]

(2) LADY WINDERMERE. Arthur, if that woman comes here, I **shall** insult her.

LORD WINDERMERE. Margaret, **don't** say that.

LADY WINDERMERE. I mean it.

LORD WINDERMERE. Child, if you did such a thing, there's not a woman in London who wouldn't pity you.

(2) LADY WINDERMERE. There is not a GOOD woman in London who would not applaud me. We have been too lax. We **must** make an example. I propose to begin to-night. [Picking up fan.] Yes, you gave me this fan to-day; it was your birthday present. If that woman crosses my threshold, I **shall** strike her across the face with it.

LORD WINDERMERE. Margaret, you couldn't do such a thing.

(...)

LADY WINDERMERE. I shall dine in my own room. I don't want dinner, in fact. **See** that everything is ready by half-past ten. And, Parker, **be** sure you pronounce the names of the guests

very distinctly to-night. Sometimes you speak so fast that I miss them. I am particularly anxious to hear the names quite clearly, so as to make no mistake. You understand, Parker?

PARKER. Yes, my lady.

LADY WINDERMERE. That will do!

(...)

[Speaking to LORD WINDERMERE] Arthur, if that woman comes here--I warn you -

LORD WINDERMERE. Margaret, you'll ruin us!

(8) LADY WINDERMERE. Us! From this moment my life is separate from yours. But if you wish to avoid a public scandal, **write** at once to this woman, and **tell** her that I **forbid** her to come here!

LORD WINDERMERE. I will not--I **cannot**--she **must** come!

LADY WINDERMERE. Then I **shall** do exactly as I have said. [Goes R.] You leave me no choice. [Exit R.]

LORD WINDERMERE. [Calling after her.] Margaret! Margaret! [A pause.] My God! What **shall** I do? I dare not tell her who this woman really is. The shame would kill her. [Sinks down into a chair and buries his face in his hands.]

Ato II, p. 39

DUCHESS OF BERWICK. [Up C.] So strange Lord Windermere isn't here. Mr. Hopper is very late, too. You have kept those five dances for him, Agatha? [Comes down.]

LADY AGATHA. Yes, mamma.

(45) DUCHESS OF BERWICK. [Sitting on sofa.] Just **let** me see your card. I'm so glad Lady Windermere has revived cards.--They're a mother's only safeguard. You dear simple little thing! [Scratches out two names.] No nice girl **should** ever waltz with such particularly younger sons! It looks so fast! The last two dances you **might** pass on the terrace with Mr. Hopper.

Ato II, p. 42 – 43

DUCHESS OF BERWICK. How clever you are, Mr. Hopper. You have a cleverness quite of your own. Now I **mustn't** keep you.

(32) HOPPER. But I **should** like to dance with Lady Agatha, Duchess.

DUCHESS OF BERWICK. Well, I hope she has a dance left. Have you a dance left, Agatha?

LADY AGATHA. Yes, mamma.

DUCHESS OF BERWICK. The next one?

LADY AGATHA. Yes, mamma.

(25) HOPPER. **May** I have the pleasure? [LADY AGATHA bows.]

DUCHESS OF BERWICK. Mind you take great care of my little chatterbox, Mr. Hopper.

[LADY AGATHA and MR. HOPPER pass into ball-room.]

Act II, p. 47 – 53

LADY PLYMDALE. Lord Windermere, I've something most particular to ask you.

LORD WINDERMERE. I am afraid--if you will **excuse** me--I **must** join my wife.

LADY PLYMDALE. Oh, you **mustn't** dream of such a thing. It's most dangerous nowadays for a husband to pay any attention to his wife in public. It always makes people think that he beats her when they're alone. The world has grown so suspicious of anything that looks like a happy married life. But I'll tell you what it is at supper. [Moves towards door of ball-room.]

(46) LORD WINDERMERE. [C.] Margaret! I **MUST** speak to you.

(...)

(19) LORD WINDERMERE. [R.C.] Mrs. Erylne is coming here, and if you in any way annoy or wound her, you will bring shame and sorrow on us both. **Remember** that! Ah, Margaret! only **trust** me! A wife **should** trust her husband!

LADY WINDERMERE. [C.] London is full of women who trust their husbands. One can always recognise them. They look so thoroughly unhappy. I am not going to be one of them. [Moves up.] Lord Darlington, will you give me back my fan, please? Thanks. . . . A useful thing a fan, isn't it? . . . I want a friend to-night, Lord Darlington: I didn't know I would want one so soon.

LORD DARLINGTON. Lady Windermere! I knew the time would come some day; but why to-night?

LORD WINDERMERE. I **WILL** tell her. I **must**. It would be terrible if there were any scene. Margaret . . .

(...)

LORD WINDERMERE. [In a low voice.] It was terribly rash of you to come!

(35) MRS. ERLYNNE. [Smiling.] The wisest thing I ever did in my life. And, by the way, you **must** pay me a good deal of attention this evening. I am afraid of the women. You **must**

introduce me to some of them. The men I **can** always manage. How do you do, Lord Augustus? You have quite neglected me lately. I have not seen you since yesterday. I am afraid you're faithless. Every one told me so.

(26) LORD AUGUSTUS. [R.] Now really, Mrs. Erlynne, **allow** me to explain.

MRS. ERLYNNE. [R.C.] No, dear Lord Augustus, you **can't** explain anything. It is your chief charm.

(...)

LORD DARLINGTON. You look faint. Come out on the terrace.

(21) LADY WINDERMERE. Yes. [To PARKER.] Parker, **send** my cloak out.

MRS. ERLYNNE. [Crossing to her.] Lady Windermere, how beautifully your terrace is illuminated. Reminds me of Prince Doria's at Rome.

[LADY WINDERMERE bows coldly, and goes off with LORD DARLINGTON.]

(31) Oh, how do you do, Mr. Graham? Isn't that your aunt, Lady Jedburgh? I **should** so much like to know her.

CECIL GRAHAM. [After a moment's hesitation and embarrassment.] Oh, certainly, if you wish it. Aunt Caroline, **allow** me to introduce Mrs. Erlynne.

(...)

DUMBY. [To CECIL GRAHAM.] Did you introduce Mrs. Erlynne to Lady Jedburgh?

CECIL GRAHAM. **Had to**, my dear fellow. Couldn't help it! That woman **can** make one do anything she wants. How, I don't know.

(...)

(3) MRS. ERLYNNE. [C. To LADY JEDBURGH.] On Thursday? With great pleasure. [Rises, and speaks to LORD WINDERMERE, laughing.] What a bore it is to **have to be** civil to these old dowagers! But they always insist on it!

Act II, p. 55 – 56

LADY PLYMDALE. You haven't told me her name yet! Who is she?

DUMBY. [Coughs slightly and smooths his hair.] She's a Mrs. Erlynne.

LADY PLYMDALE. That woman!

DUMBY. Yes; that is what every one calls her.

(20) LADY PLYMDALE. How very interesting! How intensely interesting! I really **must** have a good stare at her. [Goes to door of ball-room and looks in.] I have heard the most shocking things about her. They say she is ruining poor Windermere. And Lady Windermere, who goes in for being so proper, invites her! How extremely amusing! It takes a thoroughly good woman to do a thoroughly stupid thing. You **are to** lunch there on Friday!

DUMBY. Why?

(34) LADY PLYMDALE. Because I **want** you to take my husband with you. He has been so attentive lately, that he has become a perfect nuisance. Now, this woman is just the thing for him. He'll dance attendance upon her as long as she **lets** him, and won't bother me. I assure you, women of that kind are most useful. They form the basis of other people's marriages.

Ato II, p.58 –61

LADY WINDERMERE. Lord Darlington!

(44) LORD DARLINGTON. My life--my whole life. **Take** it, and **do** with it what you will. . . . I love you--love you as I have never loved any living thing. From the moment I met you I loved you, loved you blindly, adoringly, madly! You did not know it then--you know it now! **Leave** this house to-night. I won't tell you that the world matters nothing, or the world's voice, or the voice of society. They matter a great deal. They matter far too much. But there are moments when one **has to** choose between living one's own life, fully, entirely, completely--or dragging out some false, shallow, degrading existence that the world in its hypocrisy **demand**s. You have that moment now. **Choose!** Oh, my love, **choose**.

LADY WINDERMERE. [Moving slowly away from him, and looking at him with startled eyes.] I have not the courage.

LORD DARLINGTON. [Following her.] Yes; you have the courage. There may be six months of pain, of disgrace even, but when you no longer bear his name, when you bear mine, all will be well. Margaret, my love, my wife that shall be some day--yes, my wife! You know it! What are you now? This woman has the place that belongs by right to you. Oh! go--go out of this house, with head erect, with a smile upon your lips, with courage in your eyes. All London will know why you did it; and who will blame you? No one. If they do, what matter? Wrong? What is wrong? It's wrong for a man to abandon his wife for a shameless woman. It is wrong for a wife to remain with a man who so dishonours her. You said once you would make no compromise with things. **Make** none now. **Be** brave! **Be** yourself!

LADY WINDERMERE. I am afraid of being myself. **Let** me think! **Let** me wait! My husband may return to me. [Sits down on sofa.]

LORD DARLINGTON. And you would take him back! You are not what I thought you were. You are just the same as every other woman. You would stand anything rather than face the censure of a world, whose praise you would despise. In a week you will be driving with this

woman in the Park. She will be your constant guest--your dearest friend. You would endure anything rather than break with one blow this monstrous tie. You are right. You have no courage; none!

LADY WINDERMERE. Ah, give me time to think. I **cannot** answer you now. [Passes her hand nervously over her brow.]

LORD DARLINGTON. It **must** be now or not at all.

Ato II, p.66

MRS. ERLYNNE. Charming ball it has been! Quite reminds me of old days. [Sits on sofa.] And I see that there are just as many fools in society as there used to be. So pleased to find that nothing has altered! Except Margaret. She's grown quite pretty. The last time I saw her--twenty years ago, she was a fright in flannel. Positive fright, I assure you. The dear Duchess! and that sweet Lady Agatha! Just the type of girl I like! Well, really, Windermere, if I am to be the Duchess's sister-in-law

LORD WINDERMERE. [Sitting L. of her.] But are you--?

(...)

MRS. ERLYNNE. Oh, yes! He's to call to-morrow at twelve o'clock! He wanted to propose to-night. In fact he did. He kept on proposing. Poor Augustus, you know how he repeats himself. Such a bad habit! But I told him I wouldn't give him an answer till to-morrow. Of course I am going to take him. And I dare say I'll make him an admirable wife, as wives go. And there is a great deal of good in Lord Augustus. Fortunately it is all on the surface. Just where good qualities **should** be. Of course you **must** help me in this matter.

LORD WINDERMERE. I am not called on to encourage Lord Augustus, I suppose?

MRS. ERLYNNE. Oh, no! I do the encouraging. But you will make me a handsome settlement, Windermere, won't you?

LORD WINDERMERE. [Frowning.] Is that what you want to talk to me about to-night?

MRS ERLYNNE. Yes.

LORD WINDERMERE. [With a gesture of impatience.] I will not talk of it here.

MRS. ERLYNNE. [Laughing.] Then we will talk of it on the terrace. Even business should have a picturesque background. Should it not, Windermere? With a proper background women **can** do anything.

Ato III, p. 83 - 85

(4), (40) MRS. ERLYNNE. [Starts, with a gesture of pain. Then restrains herself, and comes over to where LADY WINDERMERE is sitting. As she speaks, she stretches out her hands towards her, but does not dare to touch her.] Believe what you choose about me. I am not worth a moment's sorrow. But don't spoil your beautiful young life on my account! You don't know what may be in store for you, unless you leave this house at once. You don't know what it is to fall into the pit, to be despised, mocked, abandoned, sneered at--to be an outcast! to find the door shut against one, **to have to** creep in by hideous byways, afraid every moment lest the mask should be stripped from one's face, and all the while to hear the laughter, the horrible laughter of the world, a thing more tragic than all the tears the world has ever shed. You don't know what it is. (...) I may have wrecked my own life, but I will not let you wreck yours. You--why, you are a mere girl, you would be lost. You haven't got the kind of brains that enables a woman to get back. You have neither the wit nor the courage. You **couldn't** stand dishonour! No! **Go** back, Lady Windermere, to the husband who loves you, whom you love. You have a child, Lady Windermere. **Go** back to that child who even now, in pain or in joy, may be calling to you.

LADY WINDERMERE. [Holding out her hands to her, helplessly, as a child might do.] **Take** me home. **Take** me home.

MRS. ERLYNNE. [Is about to embrace her. Then restrains herself. There is a look of wonderful joy in her face.] **Come!** Where is your cloak? [Getting it from sofa.] Here. **Put** it on. **Come** at once!

LADY WINDERMERE. Yes, there is! Listen! Oh! that is my husband's voice! He is coming in! **Save** me! Oh, it's some plot! You have sent for him.

[Voices outside.]

MRS. ERLYNNE. **Silence!** I'm here to save you, if I can. But I fear it is too late! There! [Points to the curtain across the window.] The first chance you have, slip out, if you ever get a chance!

Ato III, p. 91 - 92

DUMBY. The youth of the present day are quite monstrous. They have absolutely no respect for dyed hair. [LORD AUGUSTUS looks round angrily.]

CECIL GRAHAM. Mrs. Erlynne has a very great respect for dear Tuppy.

DUMBY. Then Mrs. Erlynne sets an admirable example to the rest of her sex. It is perfectly brutal the way most women nowadays behave to men who are not their husbands.

(9) LORD WINDERMERE. Dumby, you are ridiculous, and Cecil, you **let** your tongue run away with you. You **must** leave Mrs. Erlynne alone. You don't really know anything about her, and you're always talking scandal against her.

CECIL GRAHAM. [Coming towards him L.C.] My dear Arthur, I never talk scandal. I only talk gossip.

Ato IV, p.103 – 104

ROSALIE. Did your ladyship ring for me?

LADY WINDERMERE. Yes. Have you found out at what time Lord Windermere came in last night?

ROSALIE. His lordship did not come in till five o'clock.

(...)

LADY WINDERMERE. Did he say anything?

ROSALIE. Something about your ladyship's fan. I didn't quite catch what his lordship said. Has the fan been lost, my lady? I can't find it, and Parker says it was not left in any of the rooms. He has looked in all of them and on the terrace as well.

(42) LADY WINDERMERE. It doesn't matter. **Tell** Parker not to trouble. That will do.

Ato IV, p.105 e 106

LORD WINDERMERE. My dear child, you are not well. You've been doing too much. **Let** us go away to the country. You'll be all right at Selby. The season is almost over. There is no use staying on. Poor darling! We'll go away to-day, if you like. [Rises.] We can easily catch the 3.40. I'll send a wire to Fannen.

(43) LADY WINDERMERE. Yes; **let** us go away to-day. No; I **can't** go to-day, Arthur. There is some one I **must** see before I leave town-- some one who has been kind to me.

Ato IV, p.108 e 109

PARKER. Mrs. Erlynne has called to return your ladyship's fan which she took away by mistake last night. Mrs. Erlynne has written a message on the card.

LADY WINDERMERE. Oh, **ask** Mrs. Erlynne to be kind enough to come up. [Reads card.] **Say** I shall be very glad to see her. [Exit PARKER.] She wants to see me, Arthur.

LORD WINDERMERE. [Takes card and looks at it.] Margaret, I **BEG** you not to. **Let** me see her first, at any rate. She's a very dangerous woman. She is the most dangerous woman I know. You don't realise what you're doing.

LADY WINDERMERE. It is right that I should see her.

LORD WINDERMERE. My child, you may be on the brink of a great sorrow. **Don't** go to meet it. It is absolutely **necessary** that I should see her before you do.

Ato IV, p.119 e 120

LORD WINDERMERE. I don't trust you. I **WILL** tell my wife. It's better for her to know, and from me. It will cause her infinite pain--it will humiliate her terribly, but it's right that she should know.

MRS. ERLYNNE. [Going up to him.] If you do, I will make my name so infamous that it will mar every moment of her life. It will ruin her, and make her wretched. If you dare to tell her, there is no depth of degradation I will not sink to, no pit of shame I will not enter. You **shall not** tell her--I **forbid** you.

LORD WINDERMERE. I should feel it was not true. A mother's love means devotion, unselfishness, sacrifice. What could you know of such things?

MRS. ERLYNNE. You are right. What could I know of such things? Don't let us talk any more about it--as for telling my daughter who I am, that I do not **allow**. It is my secret, it is not yours. If I make up my mind to tell her, and I think I will, I shall tell her before I leave the house--if not, I shall never tell her.

LORD WINDERMERE. [Angrily.] Then **let** me beg of you to leave our house at once. I will make your excuses to Margaret.

Ato IV, p.123 e 124

LADY WINDERMERE. [To MRS. ERLYNNE.] Oh! What **am I to** say to you? You saved me last night? [Goes towards her.]

MRS. ERLYNNE. Hush--**don't** speak of it.

LADY WINDERMERE. I **must** speak of it. I **can't** let you think that I am going to accept this sacrifice. I am not. It is too great. I am going to tell my husband everything. It is my **duty**.

MRS. ERLYNNE. Then pay your debt by silence. That is the only way in which it can be paid. **Don't** spoil the one good thing I have done in my life by telling it to any one. Promise me that what passed last night will remain a secret between us. You **must** not bring misery into your husband's life. Why spoil his love? You **must** not spoil it.